Soraia Cristina da Silva Pimentel

Emigrar em tempos de guerra.

A emigração no distrito de Coimbra em 1914-1918

Dissertação de Mestrado em História, na área de especialização em Época Contemporânea, orientada pela Doutora Maria Antónia Lopes, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014

· U C ·

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

Emigrar em tempos de guerra.

A emigração no distrito de Coimbra em 1914-1918

Soraia Cristina da Silva Pimentel

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Emigrar em tempos de guerra
Subtítulo	A emigração no distrito de Coimbra em 1914-1918
Autora	Soraia Cristina da Silva Pimentel
Orientadora	Doutora Maria Antónia Lopes
Júri	Presidente: Doutor António de Oliveira Resende Vogais: 1. Doutor Rui de Ascensão Ferreira Cascão 2. Doutora Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes
Identificação do curso	2º Ciclo em História
Área científica	História
Especialidade	História Contemporânea
Data da defesa	15-X-2014
Classificação	16 Valores

· U C ·

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Doutora Maria Antónia Lopes, por ter aceitado orientar-me e por ter sido sempre tão prestável e paciente comigo.

Agradeço também à professora Maria João por todo o carinho que demonstrou ao longo desta caminhada.

Aos meus pais e à minha irmã que sempre acreditaram em mim e sempre me apoiaram; sem eles nada disto seria possível. Ao Joel, pelo amor, paciência, dedicação e por nunca me deixar desistir deste sonho.

Ao meu primo Renato que desde cedo se mostrou um exemplo a seguir e ao longo da minha vida académica me incentivou a estudar. À minha avó, uma das minhas referências na vida e que esteja onde estiver estará certamente orgulhosa. A saudade é enorme. Este trabalho é inteiramente dedicado a ela.

À Liliana e à Carla, amigas de longa data que muito contribuíram para que esta dissertação se realizasse.

Muito obrigada a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, me ajudaram a tornar este sonho realidade.

*“*Em Portugal a emigração não é, como em toda a parte, a transbordação de uma população que sobra; mas a fuga de uma população que sofre*”*

Eça de Queirós

Uma campanha alegre (1890-1891)

Resumo

A presente dissertação estuda a emigração no distrito de Coimbra entre 1914 e 1918, ou seja, durante a Primeira Guerra Mundial.

Numa primeira fase, o que se pretende é perceber este fenómeno em Portugal, através de estudos já realizados e, ainda, salientar os pontos positivos e negativos das fontes utilizadas para a elaboração deste trabalho. Faz-se também uma breve contextualização do nosso país e da região coimbrã nos começos do século XX.

De seguida, inicia-se uma análise detalhada dos registos de passaporte e cartas de chamada referentes ao mesmo distrito, o que nos permite ter uma ideia da tipologia dos emigrantes, uma vez que a partir destas fontes ficamos a conhecer algumas das suas características (físicas, profissionais, familiares, níveis de literacia...), os destinos predominantemente escolhidos (Brasil), se viajavam sozinhos ou com as famílias e aspetos da nova vida do outro lado do Atlântico.

Palavras-chave: Emigração, distrito de Coimbra, Primeira Guerra Mundial, Registos de passaporte, cartas de chamada.

Abstract

This dissertation studies the emigration in the district of Coimbra between 1914 and 1918, in other words, during the First World War.

Initially, the aim is to understand this phenomenon in Portugal, through previous studies and also highlight the positive and negative points of the sources used for the preparation of this work. It also makes a brief contextualization of our country and the Coimbra region in the early twentieth century.

Then begins a detailed analysis of the records of passport and call letters concerning the same district, which allows us to have an idea of the type of emigrants, since that, from these sources we get to know some of their characteristics (physical, professional, family, literacy levels ...), the predominantly chosen destinations (Brazil), whether traveling alone or with families and aspects of the new life across the Atlantic.

Keywords: emigration, District of Coimbra, World War I, Passport records, call letters.

Índice

Agradecimentos 2
Resumo 4
Abstract 5
Introdução 8
Capítulo I: O fenómeno emigratório em Portugal: estudos e fontes 10
1. Emigração. Que fenómeno é este? 10
2. O Estado da questão em Portugal 11
3. A emigração e o seu impacto na economia nacional 13
4. O passaporte como fonte histórica 16
5. A carta de chamada e a sua utilidade enquanto fonte 17
Capítulo II: Portugal e o distrito de Coimbra nos inícios do século XX 19
1. Portugal e a Primeira Guerra Mundial 19
1.1. O despontar do conflito mundial e o quadro político português 19
1.2. Portugal e as colónias 22
1.3. A entrada de Portugal na guerra em espaço europeu 23
1.4. A sociedade portuguesa face aos acontecimentos militares que se desenrolavam na Europa 26
1.5. A paz 28
2. O distrito de Coimbra nos inícios do século XX. O quadro possível 29
2.1. População 29
2.2. Economia e sociedade 30
Capítulo III: Os emigrantes do distrito de Coimbra 33
1. Os principais agentes da emigração 34
1.1. Ritmo mensal dos passaportes 35
1.2. Os principais traços físicos 36
1.3. Naturalidade 39
1.4. Profissões e níveis de instrução 45
1.5. Situação militar 48
1.6. O estado civil e a emigração em grupo 48
1.7. A autorização do marido para viajar 51
Capítulo IV: O Brasil e os outros destinos vistos como Eldorados 52

1. O Brasil como destino maioritariamente escolhido 52
2. O Brasil nos inícios do século XX 54
2.1. Enquadramento político 54
2.2. Economia 56
3. A atração pelos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro 57
4. Outros destinos no mundo para além do Brasil 57
Capítulo V: O emigrante, o regresso, a saudade e a família nas cartas de chamada 60
1. Aspetos comuns a todas as cartas de chamada 60
2. "Vem ter comigo mulher" 62
3. O transporte de imigrantes 64
3.1. A evolução dos transportes e a emigração 65
3.2. Cuidados a ter durante a viagem 67
3.3. "Diz-me em que vapor vens para te ir buscar" 67
4. A nova vida do emigrante português 68
Conclusão 75
Anexos 77
Fontes e estudos 161

Introdução

A emigração foi e continua a ser algo muito presente na História da sociedade portuguesa. A evolução deste fenómeno acentuou-se essencialmente nos finais do século XIX e até ao terceiro quartel da centúria de XX. Variando conforme as épocas, as pessoas deixariam a sua pátria por razões económicas, religiosas, políticas e de natureza social.

O objetivo deste trabalho é perceber como é que a emigração se desenvolveu no distrito de Coimbra entre 1914 e 1918, ou seja, durante a Primeira Grande Guerra. Para que tal fosse possível foram analisados 4.099 registos de passaportes e 31 cartas de chamada – documentação que se encontra toda no Arquivo da Universidade de Coimbra, mais propriamente no "Fundo do Governo Civil".

Importa referir que a escolha do título se prende com o facto de estarmos perante um acontecimento mundial que fez diminuir a emigração, uma vez que com a contenda se gerou um sentimento de insegurança em relação à navegação que se encontrava vulnerável aos ataques de submarinos. Deste modo, e durante o conflito, os emigrantes dirigir-se-iam principalmente para os países beligerantes, como a França ou Inglaterra. No entanto, não foi isso que aconteceu com o distrito em estudo, como vamos ver.

Esta dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. No primeiro, abordarei a deslocação de indivíduos para fora de Portugal e o impacto da mesma na economia, os estudos que já existem sobre o tema e, ainda, qual a tipologia e potencialidades das fontes usadas para a realização desta investigação.

No segundo capítulo, faz-se uma breve contextualização de Portugal e do distrito de Coimbra nos inícios do século XX. Assim, falarei do nosso país e da sua participação na Primeira Guerra Mundial, da sociedade e sua reação aos acontecimentos que decorriam na Europa, das consequências do final do conflito e, por fim, da região coimbrã no que diz respeito à população, economia e sociedade.

O terceiro capítulo é construído a partir das informações recolhidas nos registos de passaportes, que nos permitem delinear a tipologia dos emigrantes. Além das

características físicas de cada um, são fornecidos outros dados, como a naturalidade, a profissão ou estado civil, por exemplo.

No quarto capítulo, trata-se dos destinos escolhidos. O Brasil era na época em estudo o local que mais pessoas recebia. Assim sendo, apresento uma breve resenha histórica e caracterização desse país nos começos do século XX.

O quinto capítulo é constituído pelos dados reunidos a partir das cartas de chamada. Estes manuscritos são uma fonte de investigação importante que acabam por completar os passaportes. Além disso, ajudam-nos a ter uma ideia de como se suscitava todo o processo emigratório, desde a própria autorização dada pelo marido para a esposa viajar, que normalmente vinha expressa nestas missivas, ao transporte e cuidados a ter durante a viagem. Muitas vezes, é através destes documentos que conseguimos perceber se a aventura de deixar o país em busca de melhores condições de vida tinha corrido bem, pois os autores contam no papel alguns aspetos do seu quotidiano.

Gostaria de dizer que realizar este trabalho foi para mim um grande desafio, não só pelas fontes que foram recolhidas e analisadas, mas também devido à falta de bibliografia que existe sobre o distrito de Coimbra nos inícios do século XX. No entanto, foi sem dúvida um grande prazer fazê-lo e ultrapassar os obstáculos que se iam colocando ao longo da sua execução.

A imagem da capa desta dissertação de mestrado é da autoria de Domingos Rebelo (1891-1975), denomina-se "Os emigrantes" e data de 1926, encontrando-se atualmente no museu Carlos Machado nos Açores.

Capítulo I: O fenómeno emigratório em Portugal: estudos e fontes

1. Emigração. Que fenómeno é este?

A emigração assume formas e características diferenciadas, tanto a nível espacial como temporal, em função de variáveis políticas, económicas ou sociais. Emigrar é sinónimo de deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou passar a viver noutro país. Joel Serrão classifica esta atuação em Portugal da seguinte forma: "O drama nacional da emigração é uma das faces de todo o processo socioeconómico do Portugal contemporâneo, pelo menos a partir da década de 30 do século passado [XIX]"[1].

De facto, o nosso país sempre foi marcado por diversos ciclos migratórios e, segundo o mesmo autor, podemos definir cinco. Sobre o primeiro não se conhece a data de origem mas sabe-se que vai até 1868. Este é um período que está ligado à primeira fase da Regeneração. O segundo vai de 1869 até 1918, notando-se um sucessivo crescimento deste fenómeno, que se torna hemorrágico de 1911 a 1913. Pode dizer-se que por volta de 1870 Portugal começa a perder a batalha incentivada pela experiência liberal no sentido do seu desenvolvimento e da sua independência económica. O terceiro período definido por Joel Serrão ocorre entre 1919 e 1932 e coincide com a transição da primeira para a segunda República, sendo uma fase em que a emigração se encontra instável porque ora avança, ora recua. A quarta etapa tem como balizas cronológicas os anos de 1933 e 1948, ou seja, é o tempo áureo do Estado Novo atravessado pela Segunda Guerra Mundial. Por fim, o último ciclo vai de 1949 até 1973 e marca a subida quase constante da saída de portugueses, acentuada na década de sessenta, agora já em direção à Europa[2].

É importante referir que entre 1855 e 1973 a emigração real foi sempre superior à legal. Neste período saíram legalmente de Portugal metropolitano 3.174.750 pessoas[3]. Os maiores contingentes emigratórios portugueses nos inícios do século XX eram

[1] Serrão, Joel, *A emigração portuguesa: sondagem histórica*, Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p. 27.
[2] Idem, *Ibidem*, p. 36.
[3] Idem, *Ibidem*, p. 37.

provenientes dos distritos do Porto, Viana do Castelo, Aveiro e Vila Real, mas os de Bragança e Braga também se tornaram importantes emissores de gentes.

Como sintetizou o historiador que estou a seguir, a emigração portuguesa do século XIX e inícios do século XX "é consequência natural do baixo nível médio de vida, efeito por seu turno, de um crescimento económico lento, do qual são índices seguros a curva da nossa industrialização e o predomínio no conjunto nacional das actividades agrárias, que mobilizaram e mobilizam, percentagens excessivas da população"[4]. O baixo nível de vida levou os portugueses a emigrar preferencialmente para o Brasil, que era visto como: "a galinha dos ovos de ouro". Fatores como a língua e a ilusão de uma civilização semelhante apareciam como algo que serviria para facilitar a adaptação dos portugueses ao Brasil. Só os açorianos escolhiam um destino diferente, partindo maioritariamente para os Estados Unidos da América.

2. O Estado da questão em Portugal

A emigração é um tema que tem sido bastante estudado em Portugal, principalmente em áreas como a História, a Geografia e a Sociologia. Seria impossível destacar todos os trabalhos que já foram elaborados sobre o tema; por isso, irei mencionar os que me parecem mais significativos para a realização da minha pesquisa. A primeira obra que destaco é de Joel Serrão: *A emigração portuguesa – sondagem histórica*, já citada. Considero este livro absolutamente fundamental para o estudo da temática. Nele se faz uma ótima síntese da história da emigração em Portugal, desde o Antigo Regime até à Época Contemporânea, traçando o perfil dos agentes migratórios.

Miriam Halpern Pereira é outra historiadora que se tem destacado no estudo dos movimentos migratórios. Desta autora saliento a obra *A política portuguesa de emigração (1850-1930),* onde são abordados assuntos como a liberdade e a contenção da mesma, as redes de recrutamento, as remessas de dinheiro por parte dos emigrantes e a política portuguesa de emigração[5].

[4] Serrão, Joel, "Emigração" em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Porto: Livraria Figueirinhas, vol. 2, 2002, p. 371.
[5] Pereira, Miriam Halpern, *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Lisboa: Instituto Camões, 2002.

Emigração e Imigração em Portugal nos séculos XIX e XX é um volume de atas que resulta do Colóquio Internacional sobre Migrações em Portugal nos séculos mencionados[6]. São trabalhados temas como a emigração feminina e familiar, a família como rede de apoio, as cidades de São Paulo e de Santos enquanto destino dos emigrantes e a questão da economia brasileira.

Jorge Fernandes Alves, especialista em história da emigração, é autor de trabalhos importantes sobre a mesma, principalmente sobre a emigração oitocentista no distrito do Porto[7]. Neles, já abordou temas como a alfabetização ou a emigração da região do norte para o Brasil.

Sacuntala de Miranda tem também uma obra importante: *A emigração portuguesa e o Atlântico (1870-1930)*[8]. Apesar de ser direcionada para a emigração dos Açores, a autora faz uma breve introdução de carácter geral sobre a emigração, onde fala sobre o estado da questão em Portugal, refere o crescimento contínuo da mesma, o Brasil como destino principal e a notória desigualdade entre sexos no que diz respeito a este fenómeno.

Na sua tese de doutoramento *Violência, Justiça e Sociedade Rural - Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Irene Vaquinhas aborda também as migrações dos concelhos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova, os registos de passaportes como fonte, as razões que levam as pessoas a abandonar o país, a questão da emigração individual, familiar ou a de menores e o Brasil enquanto país recetor[9].

A historiadora e socióloga Maria Ioannis Baganha tem também estudado este fenómeno e é autora de vários artigos sobre o mesmo. Irei destacar apenas um que se

[6] Nizza, Maria Beatriz da Silva (org.), *Atas do Colóquio Internacional sobre emigração e imigração em Portugal, séculos XIX e XX*, Lisboa: Fragmentos, 1993.
[7] Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, s.n., 1994; *Ler, escrever e contar na emigração oitocentista*, separata da *Revista de História das ideias*, vol. 20, Faculdade de Letras, Coimbra, 1999, pp. 289-313.
[8] Miranda, Sacuntala de, *A emigração portuguesa e o Atlântico: 1870-1930*, Lisboa: Edições Salamandra, 1999.
[9] Vaquinhas, Irene Maria, *Violência, Justiça e Sociedade rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858-1918*, Porto: Edições Afrontamento, 1996, pp. 81-114.

denomina "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional"[10].

Outro aspeto importante quando se estuda a emigração, está relacionado com o transporte de emigrantes. Existem já alguns artigos que se focam neste assunto e aqui volto a destacar apenas um: "O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914", de Joaquim Costa Leite[11]. Neste artigo salientam-se as alterações no setor dos transportes ocorridas na segunda metade do século XIX e como tal mudança afetou também Portugal, que foi aceitando tal acontecimento de forma gradual: a viagem de vela é comparada à viagem a vapor, com mais vantagens do que a primeira.

O capítulo "Demografia e Sociedade", de Rui Cascão, é também de leitura imprescindível para a compreensão da emigração e de outras componentes demográficas do século XIX em Portugal, incluindo as principais doenças da época[12].

Por fim, a última obra que quero referir intitula-se *Portugal: Atlas das migrações internacionais*[13]. Este é bastante completo e dá uma visão da emigração portuguesa durante um período de mais de cem anos (1850-1975), passando por destinos como o Brasil, E.U.A., África ou Europa e abordando também as remessas e as políticas emigratórias.

Existem muitos outros estudos que mereciam destaque, mas não sendo possível referenciá-los a todos, ficam aqui mencionadas os que considero mais relevantes.

3. A emigração e o seu impacto na economia nacional

A emigração é um fenómeno que tem impacto em várias áreas, sendo a economia uma das principais.

[10] Baganha, Maria Ioannis, "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional", *Análise Social,* vol. XXIX, (128),1994-4º, pp. 959-980.
[11] Leite, Joaquim da Costa, "O transporte de emigrantes da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914", *Análise Social,* vol. XXVI, (112-113), 1991-3.º-4.º, pp. 741-752.
[12] Cascão, Rui, "Demografia e Sociedade", *História de Portugal* dir. por José Mattoso, vol. V, *O Liberalismo,* coord. por Luís Reis Torgal e João Lourenço, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 365-377.
[13] Pires, Rui Pena (coord.), *Portugal: atlas das migrações internacionais*, Lisboa: Tinta-da-China, 2010.

Mas afinal qual é a razão para os ciclos migratórios serem uma constante na nossa história? A permanência deste acontecimento no nosso país deve-se à continuidade de grandes desigualdades a nível regional e à existência de desequilíbrios geoeconómicos entre Portugal e os países de destino escolhidos. As desigualdades regionais permitem explicar a inalteração deste fenómeno, mesmo que haja um progresso económico verificado a nível nacional. Já no que diz respeito aos desequilíbrios geoeconómicos internacionais, provocam a existência de vantagens comparativas nos países recetores, dando racionalidade económica à ideia de deixar a pátria. Estes são os fatores que explicam a continuidade da emigração em Portugal e simultaneamente determinam o seu impacto a nível económico.

Para avaliar o efeito da emigração na economia portuguesa são utilizados dois critérios: a *ratio* do valor das remessas monetárias sobre o valor das exportações e o *ratio* do valor das mesmas sobre o do produto interno bruto. De facto, a emigração portuguesa pode e deve ser examinada como saída de mão-de-obra nacional e o valor das remessas como o contravalor monetário dessa exportação e que seria comparado com o valor de outras exportações.

Sendo assim, os números expostos por Eugénia Mata especialista em história económica[14], quer no que diz respeito à exportação, quer às estimativas das remessas entre 1830 e 1930, mostram uma mudança, pois calcula-se que as remessas representariam aproximadamente 50% das exportações e nas vésperas da Primeira Guerra Mundial atingiriam os 57%, para descer aos 48% pouco antes da grande crise de 1929. Importa referir que estes são números passíveis de revisão e que só a partir de 1950 se conseguem ter cômputos mais precisos. Nesta década, as remessas seriam 13% do valor das exportações, 25% no decénio seguinte, 56% nos anos 70 e 45% nos anos 80[15].

Falando agora do critério que coloca em análise a *ratio* do valor das remessas sobre o valor do PIB, pode-se dizer que é utilizado porque é normal caracterizar os emigrantes como força de trabalho supérflua para o mercado nacional, mas necessária no mercado internacional, cuja produtividade no exterior é devolvida em parte, através das remessas para a economia nacional. Sendo assim, e comparado o valor destas com o

[14] Eugénia Mata é citada por Maria Ioannis Baganha em "As correntes migratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional", *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994-4.º, p. 963.
[15] Baganha, Maria Ioannis B., "As correntes migratórias...", cit., *loc.*

valor do produto interno bruto, desde os finais do século XIX até à Primeira Guerra Mundial, as remessas representariam 2%; com o aproximar da crise de 1929 seriam 4%; e com o decorrer do tempo foram sempre apresentando um crescimento contínuo em relação ao PIB, pois nos anos 80 já atingiriam os 10% do mesmo[16].

Para Maria Ioannis Baganha, e face a estes números, é inegável que a emigração foi durante o século XX o bem mais valioso que a sociedade portuguesa produziu para exportação, dado que nenhum outro produto ou serviço apresentou, por si só, tal peso nas exportações nacionais.

Percebe-se, pois, que as remessas foram um fator importante para a economia nacional. Mas se, por um lado, existem autores que defendem que foram usadas de forma produtiva, outros consideram que se aplicaram principalmente para consumo. O economista Edgar Rocha defende esta segunda opinião: "As remessas serviram, em grande medida, de subsídio de subsistência do modelo económico e do regime político em vigor na altura"[17]. Por sua vez, A. Leeds defende que a emigração se caracterizou por ser uma exportação de mão-de-obra excedentária. Outros autores, como Sousa Ferreira, discordam desta opinião e defendem o oposto. Este último diz o seguinte sobre isto: "A partir de um certo ponto, a emigração transformou-se num factor negativo que a longo prazo pode conduzir ao empobrecimento do país"[18].

Temos então, dois pontos de vista diferentes sobre o impacto da emigração na economia nacional: para Maria Ioannis Baganha, se o que defende A. Leeds estiver correto, a emigração portuguesa não pode ter sido um fator prejudicial ao crescimento económico português, porque: "quem vende um bem para o qual não tem qualquer utilidade, qualquer que seja o contravalor obtido, não sofre prejuízo com a venda efetuada"[19]. Por outro lado, se Sousa Ferreira estiver certo, os ciclos migratórios portugueses foram um fator desfavorável ao crescimento da economia, independentemente do volume e do uso das remessas.

Assim, podemos concluir, e partilhando a opinião dos dois autores, que se por um lado as remessas foram uma grande ajuda para a economia do país, a emigração também afetou o crescimento demográfico, que foi acompanhado por envelhecimento e

[16] Idem, *Ibidem*, *loc. cit.*
[17] Idem, *Ibidem*, *loc. cit.* .
[18] Idem, *Ibidem*, *loc. cit.*
[19] Idem, *Ibidem*, *loc. cit.*

feminização da população, pois os poucos emigrantes que regressavam à Pátria não conseguiam evitar o despovoamento das várias regiões do país. Assim sendo, penso que a emigração também teve consequências negativas na economia, porque embora as remessas tenham ajudado a equilibrar as finanças, Portugal acabou por perder população jovem que estaria em idade ativa para trabalhar, dinamizar a economia e consumir.

4. O passaporte como fonte histórica

Para realizar este trabalho de investigação recorri a várias fontes: uma delas foi o registo de passaportes, tendo consultado os três livros do distrito de Coimbra, respeitantes aos anos 1914 a 1918.

O passaporte contém dados que nos possibilitam conhecer diferentes características de quem emigra porque nos dá sempre as seguintes informações: o nome de quem o requer, a idade, a naturalidade, a altura, a cor de cabelo, de pele e de olhos, a forma da boca e do nariz, os sinais particulares físicos, a filiação, o estado civil, a profissão, a alfabetização do requerente[20], o local para o qual desejava emigrar e se levava alguém na sua companhia. Este último aspeto é muito importante, pois permite ao historiador perceber se a emigração era individual, coletiva ou familiar. Neste último caso, por vezes o registo de concessão de passaportes apresenta também informações sobre as características físicas de quem acompanhava o titular. No entanto, a emigração pode ser coletiva e não ser familiar, pois ao recolher os dados provenientes destas fontes, reparei que existem casos em que os requerentes dos passaportes levavam na sua companhia menores que depois entregariam aos familiares dos mesmos. Outro aspeto que é mencionado, e que diz respeito somente ao sexo masculino, é a sua situação militar. Outros dados nem sempre são apresentados, como a validade do passaporte e a classe em que se iria viajar e esta informação seria importante, pois ajudaria a determinar com maior precisão a posição socioeconómica do emigrante; outro campo que aparece sempre em branco está relacionado com as viagens realizadas ao Brasil antes de emigrar.

[20] Em relação à alfabetização, importa dizer que há um campo nos registos de passaportes que nos dá expressamente essa informação, não se tratando de dedução a partir da presença de assinatura.

Referida a informação fornecida por cada registo de passaporte, apontarei agora as suas potencialidades e fragilidades.

No que diz respeito aos aspetos positivos, pode dizer-se que é uma boa fonte para se trabalhar a emigração em termos quantitativos, permitindo um tratamento estatístico e informatizado das distintas informações que fornece.

Em relação aos aspetos negativos, uma das limitações frequentemente visível para quem recorre ao seu estudo está relacionada com a profissão do requerente, pois no caso do sexo masculino este é maioritariamente descrito como sendo agricultor, sem se especificar qual a sua relação com a terra, e, no caso do sexo feminino, a maioria é doméstica, o que dificilmente poderia corresponder à realidade da época para essas camadas sociais.

De outras condicionantes sofrem estas fontes: "fontes administrativas, os registos de passaportes sofrem das limitações inerentes a qualquer registo oficial, como tradutor da realidade concreta, limitações estas decorrentes quer dos presumíveis casos de emigração clandestina ou mesmo de emigração oficial de naturais do distrito mas cujos requerimentos de passaporte tenham sido solicitados noutros governos civis"[21]. De facto, ao longo da recolha de informação, deparei-me com casos em que quem solicitava o registo não pertencia ao distrito de Coimbra mas que, mesmo assim, o pedia no governo civil deste distrito.

Para terminar, friso, como tantos outros, que a utilização deste tipo de documentação como única fonte para o estudo da emigração não permite conhecer a universalidade do movimento migratório que, como se sabe, assumia um carácter clandestino que escapava a estes registos.

5. A carta de chamada e a sua utilidade enquanto fonte

As cartas de chamada foram outra fonte manuscrita a que recorri para a realização deste trabalho.

[21] Vaquinhas, Irene Maria, *Violência, Justiça...*, cit., p. 83.

Tais cartas podem ser definidas como documentos que manifestavam e asseguravam uma garantia de auxílio ao emigrante que desejava juntar-se à sua família já emigrada. Por outro lado, comprovavam a vontade do chefe de família quando este chamava a mulher e os filhos para junto de si. É que, na época em estudo, as mulheres casadas não podiam viajar sem autorização do marido. Estes documentos são, pois, bem reveladores da situação de menoridade jurídica das mulheres.

Analisando as várias cartas de chamada, percebe-se que quase todas elas abrem da mesma forma: "Espero que te encontres bem de saúde". A partir daqui são vários os assuntos que são tratados, desde a vida no Brasil, às dificuldades que lá se viviam, do dinheiro que seria enviado para Portugal, ou mesmo para o Brasil, até aos assuntos relacionados com a partida do ente querido a quem era dirigida a carta[22]. Nestes casos, o remetente pedia ao familiar ou amigo que o avisasse quando iria partir para depois ele ou outrem o ir buscar, sendo também abordadas as diversas formas de se conseguir dinheiro para as passagens.

Estas fontes de investigação são muito importantes porque nelas encontramos os testemunhos dos próprios emigrantes que se referem à sua nova vida. Mesmo as cartas mais lacónicas permitem concluir que a "aventura" de emigrar teria sido bem-sucedida, uma vez que, normalmente, quando alguém chamava a sua família para junto de si era porque já teria conseguido o mínimo de condições.

A carta de chamada é uma fonte ligada à emigração ainda pouco trabalhada em comparação com os registos de passaportes, sendo difícil encontrar bibliografia sobre o tema, mas considero que este tipo de documentos complementa os registos de passaportes, permitindo uma visão mais completa e humanizada da emigração portuguesa.

[22] As cartas de chamada são documentos que abordam vários assuntos relacionados com a vida do emigrante. O principal objetivo destas missivas era chamar para junto de quem as escrevia a família que ficara em Portugal, mas muitas vezes é através deste documento que percebemos o quotidiano de quem deixou o país e as indicações que este dava ao ente querido que mais tarde se lhe iria juntar.

Capítulo II: Portugal e o distrito de Coimbra nos inícios do século XX

1. Portugal e a Primeira Guerra Mundial

Para realizar a contextualização de Portugal na 1ª Grande Guerra dividi o meu texto em cinco pontos fundamentais: o despontar do conflito mundial e o quadro político português; Portugal e as colónias; a entrada de Portugal na guerra; a sociedade portuguesa e como viveu as hostilidades que se desenvolviam na Europa; e, por fim, as negociações da paz e o papel do nosso país.

1.1. O despontar do conflito mundial e o quadro político português

A Primeira Guerra Mundial que deflagrou na Europa nos primeiros dias de Agosto de 1914 e terminou em 1918 com a assinatura do armistício, foi um episódio traumático do século XX.

Foram vários os antecedentes que levaram ao desencadear dos tumultos, sobretudo relacionados com imperialismos europeus em confronto e a emergência de nacionalismos aguerridos. O desejo da França de recuperar a Alsácia-Lorena, que tinha perdido em 1871, foi também importante e, como causa imediata, o assassínio do herdeiro do Império Austro-Húngaro na cidade de Serajevo[23]. Devido a estas razões opuseram-se neste conflito duas alianças: a Tríplice Aliança constituída pela Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália (embora, a Itália mais tarde abandone a Tríplice Aliança e passe para o lado da Tríplice Entente) e a Tríplice Entente formada pela Inglaterra, Rússia e França. No entanto, com o desenvolver da guerra, juntam-se às duas vários países, incluindo Portugal, ao lado da última.

[23] Gilbert, Martin, *A Primeira Guerra Mundial*, vol.1, Lisboa: Esfera dos Livros, 2007, p. 33.

A contenda desenvolveu-se em três fases: a guerra em movimento (1914), sendo este o período que corresponde ao início dos ataques entre países; a guerra de trincheiras (1915-1917), que decorreu em solo francês; e por fim, as ofensivas (1918)[24].

Em relação a Portugal e ao seu quadro político nesta altura, importa dizer que vigorava a 1ª República e que o chefe do governo era Bernardino Machado. Quando em julho de 1914, devido à crise política que se fazia sentir na Europa, se começa a equacionar a possibilidade de uma guerra, a nível nacional surgem várias opiniões: existia quem olhasse para a situação de forma fria, quem a visse do ponto de vista emocional e havia outros que pensavam nos interesses nacionais de ordem externa e interna. Nos incentivos de carácter externo destacam-se três aspetos: a manutenção da autoridade sobre as colónias, a independência nacional em consequência de uma possível ação hegemónica da Espanha e a aspiração de fazer chegar ao fim a subalternidade dos portugueses face à Grã-Bretanha. Internamente, dois fatores pesavam: ou alcançar a restauração da monarquia ou colocar um ponto final aos conflitos entre republicanos e monárquicos[25].

Embora vá abordar o papel da sociedade civil e a forma como viveu o conflito, penso que será pertinente neste item referir qual seria a sua posição política. Assim sendo, a população nacional encontrava-se dividida sobre quem deveria ganhar o confronto: uns simpatizavam com o triunfo dos Aliados, outros com a vitória da Alemanha. Do lado dos aliados estavam todos os partidos republicanos, os monárquicos seguidores de D. Manuel II, os católicos moderados e a maçonaria. Do lado oposto, ou seja, a favor da Alemanha, encontravam-se os monárquicos radicais e alguns setores religiosos mais conservadores. Mas também havia quem não fosse a favor da guerra: era o caso do partido socialista e dos movimentos anarquistas e sindicais, todos pacifistas[26].

Outro facto importante e que se deve ter em conta, era a ligação já antiga entre Portugal e a Grã-Bretanha[27], pelo que desde o princípio do conflito se colocou a hipótese da entrada de Portugal ao seu lado. Face a isto, a classe política volta a estar repartida: a favor da beligerância estavam os democráticos, enquanto os evolucionistas

[24] Primeira Guerra Mundial. Artigo disponível em://www.infopedia.pt/$primeira-guerra-mundial, visitado em 14/6/2014.
[25] Sampaio, Guilherme, "Religião, República e Guerra", *Agência Ecclesia Semanário de actualidade religiosa*, 2010, pp. 54-55.
[26] Marques, A. H. Oliveira, *Breve História de Portugal*, Lisboa: Editorial Presença, 2009, p. 565.
[27] Martins, Custódio; Pinheiro, R., "Portugal-Inglaterra. A mais antiga aliança da Europa actual", *Portugal na guerra, Revista patriótica ilustrada*, nº 2, Junho de 1916, pp. 5-6.

apoiavam a Inglaterra e combateriam juntamente com esta apenas se fosse necessário. Quanto aos unionistas e machadistas, encontravam-se preocupados com as colónias que eram há muito cobiçadas por ingleses e alemães, tornando-se, portanto, necessário garantir a inviolabilidade desse território[28]. Os monárquicos moderados e os católicos entrariam na guerra se os territórios coloniais fossem atacados.

Devido à discórdia que se fazia sentir a nível social e político, o governo de Bernardino Machado decidiu-se pela posição mais confortável à sua vocação conciliadora e procurou inteirar-se sobre a opinião do governo britânico. Este, depois de refletir, pediu a Portugal para se declarar não-neutral e não-beligerante. No momento em que todos os países assumiam uma postura objetiva no conflito bélico, Portugal tinha uma atitude ambígua que salvaguardava os interesses ingleses mas tornava débeis os nacionais[29].

À Inglaterra convinha que o nosso país permitisse a passagem de tropas nos nossos domínios, que os navios ingleses pudessem utilizar os portos marítimos estratégicos do Atlântico e de África e que as relações comerciais entre portugueses e alemães findassem. Em contrapartida, a Grã-Bretanha prometia a defesa marítima das costas dos territórios coloniais portugueses que poderiam vir a ser atacados[30].

A posição nacional face à guerra é tornada pública no dia 7 de Agosto de 1914. Mas cinco dias depois da comunicação, a Grã-Bretanha pede ao nosso país permissão para que uma força militar britânica, que deveria completar o contingente de Niassalândia, pudesse atravessar o território de Moçambique. O pedido foi aceite e, assim, Portugal estava a praticar um ato bélico quando não tinha declarado a sua participação na guerra, algo que com o tempo iria mudar.

[28] Cardoso, Rui; Ramalho, Margarida Magalhães; Marques, Ricardo, *A Primeira Guerra Mundial*, vol. 7, Lisboa: Esfera dos Livros, 2007, p. 89.
[29] Marques, A. H. Oliveira, *Breve História de Portugal*, cit., p. 565.
[30] Curado, Gonçalo Saraiva Loureiro Rego, *Entre a neutralidade e a beligerância: A Europa do Sul face à I Guerra Mundial*, Lisboa: Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013, p. 83.

1.2. Portugal e as colónias

Com os acontecimentos que se desencadeavam na Europa foi necessário proteger os territórios coloniais portugueses. Assim, a 18 de Agosto de 1914, o Estado republicano decretou a mobilização de dois destacamentos para Angola e Moçambique. No início do decreto afirmava-se que a decisão resultava da "necessidade e conveniência, de nas atuais circunstâncias, serem devidamente guarnecidos alguns pontos das fronteiras sul da província de Angola e norte de Moçambique"[31].

Para Angola foram enviadas duas expedições: a primeira em 1914 comandada pelo tenente coronel do Estado-Maior Alves Roçadas e a segunda em 1915, encabeçada pelo general António Júlio Pereira de Eça. Ambas se dirigiram para sul. A primeira tinha como objetivo assegurar a ordem pública e a integridade da colónia. Já a segunda serviu para fazer frente a uma nova investida germânica, mas também foi útil para pacificar as regiões sublevadas. Importa dizer que para além destas duas campanhas militares de grande importância, existiram outras com menor relevância contra algumas rebeliões nativas que haviam sido incentivadas pelos alemães[32].

No caso de Moçambique, foram constituídas quatro expedições: a primeira foi comandada pelo tenente-coronel de artilharia Pedro Massano de Amorim, e tinha como finalidade a reocupação do território de Quionga. No entanto, devido à incapacidade operacional das tropas nacionais, tal não aconteceu. Deste modo, os militares instalaram-se em Porto Amélia, onde, juntamente com os habitantes, melhoraram a rede viária e as linhas telegráficas da região[33].

O segundo conjunto de soldados enviados para terras moçambicanas, constituído por 1.558 homens, embarcou em outubro de 1915 e foi dirigido pelo major de artilharia José Luiz de Moura Mendes[34]. Esta mobilização tinha uma intenção dupla: a ocupação de Quionga e de alguns territórios alemães a norte do rio Rovuma. Ora a região de

[31] Cit. por Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra*, Matosinhos: QuidNovi, 2010, p. 141.
[32] Pires, Nuno Lemos, "Portugal na Grande Guerra de 1914-1918". Artigo disponível em http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents. Visitado em 1/6/2014.
[33] Rita, Fernando, "A Primeira Grande Guerra em Moçambique (1914-1918)", p. 8. Artigo disponível em: http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt. Visitado em 29/6/2014.
[34] Idem, *Ibidem*, p. 9.

Quionga já estava abandonada quando foi ocupada, não tendo existido qualquer sucesso na conquista de espaços pertencentes à Alemanha pelas forças portuguesas[35].

A terceira expedição foi organizada a partir de um decreto que data de 25 de maio de 1916, tendo sido liderada pelo general José César Ferreira Gil. Nesta jornada são ocupados diversos locais em território alemão, como Nevala e Massassi, mas as áreas não são mantidas por muito tempo. Esta terá sido uma das maiores campanhas, sendo formada por 128 oficiais, 352 sargentos e 4.356 praças[36].

A quarta e última atividade militar em Moçambique decorreu já depois da entrada de Portugal na guerra. Foi encabeçada pelo coronel de cavalaria Tomás de Sousa Rosa e desembarcou em Mocímboa, a 12 de setembro de 1917, sendo constituída por cerca de 6.000 homens[37], uma vez que foi reforçada com elementos de guarnição moçambicanos e teve como ideal principal a cooperação e coordenação com as tropas aliadas, com a ideia de guarnecer e atrair sobre as suas posições no rio Rovuma as forças germânicas, o que possibilitava aliviar a pressão das mesmas sobre os ingleses e os belgas. Assim, o comando aliado informou Sousa Rosa das suas pretensões de continuar a deslocar o inimigo para o Rovuma, tendo os militares portuguesas reforçado a defesa daquela área e aqui contaram com a ajuda dos aliados.

Como se viu, não foi fácil a tarefa de Portugal garantir a integridade das suas colónias de Angola e Moçambique. O que será que o final da guerra e as respetivas negociações trouxeram para estes espaços? Isso se verá no item reservado às negociações.

1.3. A entrada de Portugal na guerra em espaço europeu

Já o conflito ia a meio quando a Alemanha declarou guerra ao nosso país, a 9 de março de 1916, invocando contra Portugal: a autorização da passagem de tropas inglesas a partir de Moçambique, a proibição de abastecer os vapores germânicos com carvão, a falta de neutralidade em águas territoriais, a existência de uma base naval

[35] Cardoso, Rui; Ramalho, Margarida Magalhães; Marques, Ricardo, *A Primeira Guerra Mundial*, cit., pp. 95-98.
[36] Rita, Fernando, "A Primeira Grande Guerra em Moçambique (1914-1918)", cit. p. 8.
[37] Idem, *Ibidem*, p. 10.

inglesa na Madeira, a cedência de material de guerra aos aliados, a violação dos arquivos do consulado alemão em Moçâmedes, as campanhas militares em África, a prisão de funcionários e oficiais alemães, as ofensas aos mesmos no Parlamento e na imprensa e o confisco de navios[38].

Por todos estes motivos, a Alemanha considerava que Portugal agia como um vassalo da Inglaterra, submetendo-se a todas as suas vontades, o que levou a potência germânica à declaração de guerra. Com o ingresso de Portugal no cenário europeu de guerra, tornava-se necessário mobilizar pessoas e ultrapassar as lacunas do exército nacional, pois era reduzido o número de homens que seriam capazes de ocupar os postos de comando inferiores, tanto ao nível de oficiais como de sargentos, e eram necessários, também, médicos e veterinários. Neste contexto, é criado em Tancos, pelo general e ministro de guerra Norton de Matos, o Corpo Expedicionário Português (CEP) e foram ainda formados um segundo e terceiro corpos. Estes contingentes deveriam seguir para França em três fases distintas no ano de 1917[39].

Em dezembro de 1916, realizou-se uma convenção luso-britânica com o objetivo de definir a presença do CEP na Flandres francesa, ficando decidido que este agiria como um todo sob as ordens de um general português. No entanto, ficaria subordinado tática e estrategicamente ao comando-chefe inglês e, no caso dos dois países combaterem em conjunto, a liderança de todas as tropas seria entregue ao oficial de maior graduação[40].

Em janeiro de 1917, a 1ª brigada do CEP, dirigida pelo general Gomes da Costa, embarca em três veleiros britânicos. Para além destas unidades, outras foram mandadas para França para estabelecer a base portuguesa[41].

Esta 1ª divisão nacional era constituída por 1.180 oficiais e 32.700 sargentos e praças[42]. Em termos de equipamento, o exército deixava muito a desejar, uma vez que faltavam carros para transporte de munições e para as peças de artilharia, viaturas automóveis, carros para o deslocamento de feridos, munições de infantaria e artilharia, e

[38] Silva, Pedro Ferreira da, "A entrada de Portugal na Grande Guerra", *Revista Militar*, nº 2424, Janeiro 2004, p. 8. Disponível em: http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=372. Visitado em 4/6/2014.
[39] Cardoso, Rui; Ramalho, Margarida Magalhães; Marques, Ricardo, *A Primeira Guerra Mundial*, p. 41.
[40] Oliveira, Maria José Monteiro de, *"Deste triste viver". Memórias dos prisioneiros de guerra portugueses na primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 8.
[41] Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra*, p. 274.
[42] Idem, *Ibidem* p. 274.

instrumentos cirúrgicos. Nada disto era produzido em Portugal e também pouco ou nada havia armazenado[43].

A força nacional chegou à Flandres francesa no dia 8 de fevereiro de 1917 e entrou nas trincheiras pela primeira vez em abril. É também neste mês que os Estados Unidos da América declaram guerra à Alemanha e passam a participar no conflito ao lado da Tríplice Entente[44].

Ao longo de 1917, Portugal combateu na contenda mundial, mas penso que se pode dizer que é no ano seguinte que se destaca, mesmo que seja de forma negativa. No dia 9 de abril de 1918 deu-se a batalha de La Lys, confrontando-se por um lado a Alemanha e o Império Austro-Húngaro e por outro a França, Inglaterra e Portugal. Neste combate, a Alemanha atacou o "ponto mais fraco", ou seja, o CEP. Foi um dos confrontos mais sangrentos em que estiveram envolvidas tropas nacionais e ainda hoje não se sabe ao certo quantas pessoas perderam a vida, mas calcula-se que foram cerca de 1.300[45].

Depois deste acontecimento, o que restava do corpo militar nacional foi cedido a duas divisões britânicas, mas ainda no final do mês de abril o comando da Inglaterra prescindiu de qualquer empenhamento operacional dos portugueses. Na prática, as nossas forças foram remetidas para trabalhos de organização do terreno, uma situação que não agradava ao governo em Lisboa e era humilhante para os elementos do CEP[46].

O que fazer com as tropas que sobravam foi alvo de um forte debate entre ingleses e portugueses: os primeiros continuavam a negar quaisquer possibilidades de reintegrar os militares nacionais (só se fossem liderados por oficiais britânicos), enquanto os portugueses tentavam resgatar a ideia de serem um aliado credível de uma Pátria soberana e independente. Todavia, embora se fosse insistindo na criação de

[43] Curado, Gonçalo Saraiva Loureiro Rego*, "Entre a neutralidade e a beligerância: A Europa do Sul face à I Guerra Mundial"*. Dissertação de mestrado em História Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013, p. 102.
[44] Oliveira, Maria José Monteiro de, "*"Deste triste viver"...*, pp. 13-14.
[45] Pereira, Alexandrina; Almeida, Rui Pinto de, "Grandes Batalhas de Portugal- Batalha de La Lys", Documentários RTP, produção Braveant, 2006. Disponível em http://ensina.rtp.pt/artigo/batalha-de-la-lys-documentario/. Visitado em 2/8/2014.
[46] Idem, *Ibidem*.

reforços prontos e disponíveis em Lisboa, a Inglaterra manteve-se intransigente. O papel do CEP na 1ª Grande Guerra Mundial tinha terminado[47].

1.4. A sociedade portuguesa face aos acontecimentos militares que se desenrolavam na Europa

Em 1911, Portugal tinha 5.960.056 habitantes e em 1920 o número crescera pouco, para 6.032.991. Estas informações são-nos dadas pelos censos de 1911 e 1920. A natalidade aumentou para 32,5‰ em 1920, mas a taxa de mortalidade também cresceu. De 1915 a 1920 chegou aos 27‰. Apesar disso, o saldo da época acabou por ser positivo com 0,87% de taxa de crescimento[48]. Um dos aspetos que levou ao aumento da mortalidade foram as epidemias: primeiro a tuberculose que entre 1917 e 1918 fez cerca de 3.000 mortos, mais a gripe pneumónica que foi a grande doença da época. No continente europeu a denominada *influenza* ou gripe espanhola provocou mais óbitos que a Primeira Grande Guerra[49]. Já em Portugal, o efeito foi também devastador, calculando-se que o número de vítimas terá atingido as 55.780 em 1918[50]. Esta doença foi considerada a mais grave pandemia que atingiu o mundo desde a Peste Negra em meados do século XIV[51]. Deve-se-lhe juntar ainda a varíola, que é frequentemente mencionada nos registos de passaportes do distrito de Coimbra, e que em 1918 terá causado em Portugal mais 4.300 vítimas[52].

No que toca à economia, o país continuava a ser predominantemente rural e a maioria das pessoas vivia no e do campo. Em 1913 a indústria ocupava 114.058 operários e em 1917 a estatística industrial contabiliza 8.425 fábricas, nas quais trabalhariam 21.804 menores, 142.565 homens e 48.464 mulheres. No entanto, grande parte das indústrias eram estabelecimentos artesanais, sendo que na sua generalidade

[47] Idem, *Ibidem*.
[48] Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra*, cit., p. 444.
[49] Ver Sousa, Paulo Silveira e; Castro, Paula; Lima, Maria Luísa; Sobral, José Manuel, *Responder à epidemia: Estado e sociedade civil no combate à gripe pneumónica (1918-1919)*, Coimbra: Faculdade de Letras, separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 29, 2008, p. 471.
[50] Idem, *Ibidem*, p. 471.
[51] Sobral, Manuel José; Lima, Maria Luísa; Castro Paulo; Sousa, Paulo Silveira e (org.), *A Pandemia Esquecida: Olhares comparados sobre a pneumónica 1918-1919*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p. 41.
[52] Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra*, p. 445.

estariam ligados ao setor de madeiras e mobiliário, seguindo-se a alimentação, a metalúrgica e os têxteis[53].

Portugal estava, pois, economicamente pouco evoluído e a Primeira Guerra Mundial trouxe consequências: a inflação cresceu, o comércio marítimo diminuiu e faltavam matérias-primas. O Estado endividou-se tanto a nível externo como a nível interno através de empréstimos, da emissão de bilhetes e do aumento da circulação fiduciária[54]. A agricultura também foi afetada. Mas a grande preocupação do governo português durante o conflito foi o aumento do custo de vida. Para combater estes efeitos, o governo começou logo a tomar medidas em 1914. Era o início de uma série de decretos que tinham como objetivo proteger a população, garantindo o abastecimento e combatendo a inflação[55].

O dia-a-dia dos portugueses encontrava-se condicionado pela guerra em vários aspetos. Neste contexto, vão ser também tomadas medidas que os levavam a ter que poupar, como é o caso do decreto nº 2.922, de 30 de dezembro de 1916, relacionado com o consumo da luz: "A iluminação tanto a gás como a eletricidade era reduzida, 50% a pública e 30% a particular. Quem ultrapassasse os limites estabelecidos teria de pagar multas correspondentes"[56].

Outra grande consequência da guerra foi a agitação social que se fez sentir. Estas inquietações populares foram resultantes do agravamento das condições de vida porque "Se os géneros escasseiam, os preços sobem. Se os preços sobem, os salários são insuficientes e há que lutar por aumentos através da greve"[57]. E, de facto, por causa do pão, desde cedo começaram as greves e tumultos em localidades como Gouveia, Lamego, Aveiro e Lisboa. Várias padarias chegaram a ser assaltadas. Nas ilhas também ocorreram incidentes. As greves seriam uma constante por todo o país[58].

Era então este, *grosso modo*, o ambiente que se fazia sentir em Portugal, vivendo-se um período complicado que atingiu não só o território de combate mas

[53] Idem, *Ibidem*, p. 446.
[54] Van Rossun, Arnold Arie, *A questão das subsistências no Porto, no período da Grande Guerra*, Porto, Dissertação de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, p. 13.
[55] Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra*, pp. 447-448.
[56] Idem, *Ibidem*, p. 448.
[57] Idem, *Ibidem*, p. 450.
[58] Van Rossun, Arnold Arie, *A questão das subsistências...*, pp. 34-35.

também a estrutura interna do país, tal como sucedeu em todas as nações que participaram na "Grande Guerra".

1.5. A paz

A Primeira Guerra Mundial terminou no dia 11 de novembro de 1918, quando a Alemanha aceitou o armistício proposto pelos aliados. Posto isto, em janeiro de 1919 iniciou-se em Versalhes a Conferência de Paz. Portugal fez-se representar por Egas Moniz, ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Sidónio Pais e, mais tarde, em março, por Afonso Costa[59].

Nesta altura, o presidente da República era Canto e Castro e este deixou bem claro que os objetivos nacionais na participação da reunião de paz eram principalmente de caráter económico e financeiro. A saber: a participação no conselho executivo da Sociedade das Nações (órgão antecessor da atual ONU e que foi idealizado no decorrer desta reunião), o pagamento de reparações e indemnizações por parte da Alemanha e o perdão da dívida de guerra contraída, ou então, pelo menos, a ligação do seu pagamento à liquidação das reparações por Berlim[60].

Em junho de 1919 é assinado em Versalhes o tratado de paz que termina com o primeiro conflito mundial. A Alemanha é formalmente culpabilizada pela contenda e perde as suas colónias. Fica também impedida de ter um exército com mais de 100.000 homens e tem de pagar indemnizações aos vencedores. Portugal alcança o reconhecimento da integridade das colónias nacionais e vê solucionada a questão da restituição de Quionga, espaço localizado em Moçambique que tinha sido ocupado pelos germânicos em 1894[61]. Com o final do conflito e como consequência deste tratado surgem novos países: Polónia, Checoslováquia, Jugoslávia, Finlândia, Estónia, Letônia e Lituânia, entre outros.

A Europa estava agora em paz, mas com marcas profundas: redução demográfica, uma vez que morreram milhões de pessoas no conflito, destruições de

[59] Marques, A. H. Oliveira, *Breve História de Portugal*, p. 573.
[60] Teixeira, José Medeiros, "Centenário da República: A República no mundo", *Revista Seara Nova*, nº 1713, Outono 2010. Disponível em: http://www.searanova.publ.pt/pt/1713/. Visitado em 30/6/2014.
[61] Marques, A. H. Oliveira, *Breve História de Portugal*, p. 573.

edifícios, equipamentos e unidades de produção, quebra do sistema monetário, perda de ativos financeiros no exterior, interrupção do comércio internacional e intensos processos inflacionários resultantes de financiamentos realizados pelos bancos emissores para enfrentarem os enormes gastos de guerra.

2. O distrito de Coimbra nos inícios do século XX. O quadro possível

Uma vez que este trabalho se reporta à emigração do distrito de Coimbra, achei por bem realizar uma breve contextualização sobre o mesmo, mas a tarefa revelou-se difícil de executar porque existem poucas obras capazes de dar informações sobre toda a região coimbrã nos inícios do século XX. Por isso, o que aqui se apresenta é o cenário possível a nível populacional, económico e social.

2.1. População

Para ter uma ideia da demografia do distrito de Coimbra recorri a um artigo de Joaquim Correia da Silva, já de 1920, no qual o autor trabalha os dados do censo de 1911.

Assim, sabe-se que a população em Portugal continental neste ano era de 5.547.708 e que em toda a área do distrito de Coimbra seria de 359.387. Nasceram no distrito em estudo 11.536 pessoas. O número de óbitos foi de 6.515[62].

Já no que se refere ao sexo dos habitantes, pode-se dizer que 196.487 (54,67%) eram mulheres e 162.900 homens (45,33%). Em relação às idades, os menores de 15 anos seriam 121.530 (33,8%). Entre os 15 e 60 anos temos 197.585 (55%), por fim, com 60 ou mais registam-se 40.272 (11,2%) pessoas[63].

Quanto ao estado civil, e porque se incluíram todas as idades, a maioria do sexo masculino era celibatária, mais precisamente 100.420, depois 56.822 eram casados, 5.525 viúvos, 76 separados judicialmente e 52 divorciados. Já no género feminino, são

[62] Silva, Joaquim Correia, "Breve estudo demográfico do distrito de Coimbra", *Revista O Instituto*, nº 9, vol. 67, 1920, p. 439.
[63] Idem, *Ibidem*, p. 444.

contabilizadas 113.545 solteiras, 65.295 casadas, 17.488 viúvas, 87 separadas judicialmente e 77 divorciadas[64].

O concelho mais populoso era o de Coimbra com 62.423 indivíduos, seguido da Figueira da Foz (45.252), Cantanhede (29.559), Oliveira do Hospital (27.242), Montemor-o-Velho (23.916), Soure (22.323), Arganil (21.151), Penacova (17.701), Tábua (17.533), Pampilhosa da Serra (13.548), Miranda do Corvo (12.859), Condeixa-a-Nova (12.553), Góis (12.466), Lousã (12.368), Penela (11.932), Mira (8.510) e Vila Nova de Poiares (8.061)[65].

Cruzando estes números com as áreas concelhias, conclui-se que o concelho mais densamente povoado era o de Coimbra, com 196h/km^2, seguindo-se a Figueira da Foz com 128, Oliveira do Hospital com 119, Montemor-o-Velho que regista 102h/km^2, Miranda do Corvo com 101, Lousã com 96, Condeixa-a-Nova com 92, Penela com 91, Vila Nova de Poiares com 90, Soure com 85, Tábua com 84, Penacova com 81, Cantanhede com 75, Arganil com 74, Mira com 72 e Góis e Pampilhosa da Serra com 47 e 34h/km^2 respetivamente[66].

No que diz respeito à instrução do distrito de Coimbra em 1911, sabe-se que a grande maioria era analfabeta. No caso dos homens, 109.140 (30,37%) não tinham qualquer tipo de instrução literária e 53.760 (14,96%) sabiam ler[67].No sexo feminino, o analfabetismo atingia os 48,70% respeitantes a 175.025 mulheres, as que sabiam ler eram 21.462 (5,97%)[68].

2.2. Economia e sociedade

João Lourenço Roque classifica o distrito de Coimbra no século XIX da seguinte forma: "apresentava um rosto vincadamente rural, matizado por linhas e manchas industriais – sobretudo de carácter oficinal e domiciliário – e por núcleos e correntes

[64] Idem, *Ibidem*, pp. 442-443.
[65] Idem, *Ibidem*, p. 440.
[66] Idem, *Ibidem*, p. 444.
[67] Idem, *Ibidem*, p. 448.
[68] Idem, *Ibidem*, *loc. cit.*

comerciais, de pequeno ou longo curso"[69]. Esta caracterização refere-se ao século XIX, mas a verdade é que nos inícios da centúria seguinte o cenário não seria muito diferente, ou seja, economicamente esta zona do centro do país continuava a ser predominantemente rural, pois, em 1911, 64% da população vivia da agricultura[70]. Prevaleciam no concelho e no distrito os trabalhos de lavoura e uma economia em grande parte "tradicional". A pequena propriedade ou a pequena exploração salientavam-se, apesar de existirem grandes propriedades acumuladas com "parcelas dispersas"[71].

Quanto à cidade de Coimbra, encontrando-se cercada de campos, estava em parte impregnada de uma ruralidade física, social e mental, características que acabaram por perdurar ainda durante algum tempo[72]. Contudo, era também centro de mercados e serviços, o que se devia à sua localização, na interseção de vias e de locais de passagem.

Nos primeiros anos do século XX começa a assistir-se a um certo desenvolvimento industrial que se expande para além da cidade que é sede do concelho e do distrito. Alguns setores industriais ganham um papel de destaque, como os curtumes, a cerveja, a cerâmica, o têxtil, a moagem e as massas alimentícias[73]. Em 1911 a indústria empregava 17,59% da população do distrito, sendo a seguir à agricultura o segundo setor onde mais gente trabalhava[74], mas, de facto, ainda muito diminuto.

O concelho de Coimbra seria um polo de atração e para tal muito contribuiu a sua Universidade que teve grande importância a nível educacional mas também económico, pois até à Primeira Guerra Mundial a "economia urbana" estava muito focada nessa instituição[75].

Coimbra seria então um município com "vida", mas o conflito armado trouxe consequências, gerando dificuldades de restrição de abastecimento, principalmente de matérias-primas e artigos industriais importados, levando tal situação a que a cidade tivesse um papel de maior relevância como núcleo de mercado regional, possibilitado

[69] Roque, João Lourenço, "Coimbra no século XIX - Breves imagens urbanísticas e sociais*", Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)*, coord. Maria José Azevedo Santos, Coimbra: Santa Casa da Misericórdia; Viseu: Palimage, 2003, p. 23.
[70] Silva, Joaquim Correia da, "Breve estudo demográfico do distrito de Coimbra", cit., p. 445.
[71] Roque, João Lourenço, "Coimbra no século XIX- Breves imagens urbanísticas e sociais", cit., p. 40.
[72] Idem, *Ibidem, loc. cit*.
[73] Mendes, José Amado, "Coimbra no primeiro quartel do século XX: aspetos económico-sociais", Coimbra: Imprensa de Coimbra, separata da *Revista Biblos*, nº 60, 1985, p. 392.
[74] Silva, Joaquim Correia, "Breve estudo demográfico do distrito de Coimbra", cit., p. 445.
[75] Idem, *Ibidem*, p. 391.

também pela evolução que sofreram os transportes, quer os ferroviários quer, especialmente, os rodoviários. Neste sentido, a cidade dos estudantes passa a ser conhecida no pós-guerra pela sua Universidade mas também pela sua prática comercial: "Coimbra que há uma vintena de anos [isto é, cerca de 1916], vivia quási exclusivamente da condição universitária da cidade, preside hoje à atividade comercial da sua enorme esfera de influência económica"[76].

Na sede do distrito, o comércio começava a ser o setor mais importante em termos de capital monetário e humano envolvido. No entanto, atravessou períodos de desenvolvimento e de crise, o que é visível no número de sociedades constituídas e extintas e nas falências[77]. Estas e a dissolução de sociedades foram mais constantes nos anos que antecederam a Grande Guerra e durante esta. Quando o conflito terminou, intensificou-se o ritmo de criação de sociedades, com particular incidência nos anos 1920-1924[78]. O surto salientou-se em diversas áreas comerciais: mercearias, malhas, retrosaria e calçado[79].

Em suma: pode concluir-se que, apesar de já existir desenvolvimento no plano industrial, nomeadamente em Coimbra, o "motor" económico do distrito continuava a ser a agricultura, que era o setor que empregava a maioria da população. Assim, era perfeitamente natural ver sair deste território pessoas que ansiavam por uma vida melhor.

[76] Citado por Mendes, José Amado, "Coimbra no primeiro quartel do século XX...", cit., p. 391.
[77] Idem, *Ibidem*, *loc. cit.*
[78] Idem, *Ibidem*, *loc. cit.*
[79] Idem, *Ibidem*, *loc. cit.*

Capítulo III: Os emigrantes do distrito de Coimbra

O que se pretende neste capítulo é caracterizar os emigrantes que partiram do distrito de Coimbra e que para isso solicitaram passaporte no governo civil entre 1914 e 1918, quer sejam homens, mulheres ou crianças.

Para que tal fosse possível recorri aos registos de passaportes que se encontram no Arquivo da Universidade de Coimbra. No total, recolhi e analisei 4.099 documentos que se reportam a 4.835 pessoas e achei por bem retirar todo o tipo de informação que me ofereciam.

Antes, porém, de entrar na análise destas pessoas que decidiram emigrar, tracem-se rapidamente as características gerais do fluxo migratório do distrito.

Tabela nº 1 - Número de emigrantes que solicitaram passaporte

1914	1915	1916	1917	1918
1325	871	650	647	606

Fonte: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Depois de analisar a tabela acima, percebe-se que a emigração do distrito de Coimbra entre 1914-1918 diminuiu de forma constante e rápida, passando do 1º para o último ano em análise para menos de metade o que, com certeza, se pode relacionar com a Primeira Guerra Mundial. Apesar de Joel Serrão considerar o período de 1869-1918 hemorrágico, pois em 1911 saíram do país 49.000 pessoas, no ano seguinte 77.000 e em 1913 foram 67.000, o número de expatriados diminui muito em 1914, para 20.918[80].

Já no distrito de Coimbra, segundo Joaquim Correia da Silva, em 1913 emigraram 5.850 pessoas[81]. No ano seguinte, em 1914, do mesmo distrito saíram 1.325 indivíduos[82]. Em 1907, usando também os registos de passaportes do distrito de Coimbra, recolhi 3.350[83].

[80] Serrão, Joel, "Emigração" em *Dicionário de História de Portugal*, *cit.*, p.368.
[81] Silva, Joaquim Correia, "Breve estudo demográfico do distrito de Coimbra", cit., p. 456.
[82] O nº 1.325 refere-se ao valor de passaportes por mim recolhidos nesse ano.
[83] Pimentel, Soraia, "O adeus a Portugal: A emigração no distrito de Coimbra em 1907", Coimbra, trabalho de seminário apresentado no seminário Populações e Economia 3, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.

O que se pode concluir de tudo isto é que o número de expatriados cai significativamente no continente e no distrito de Coimbra durante os anos da guerra.

1. Os principais agentes da emigração

O sexo masculino era o maior agente da emigração: dos 4.099 registos reunidos mais de metade – 2.497 – foram concedidos a homens, que representavam, portanto, 60,9%.

Nos 4.099 passaportes recolhidos, encontrámos 1.419 mulheres, sendo 1.045 titulares do documento e as restantes 374 averbadas nos passaportes dos chefes de família[84].

Já o número de menores que saíram do distrito de Coimbra entre 1914 e 1918 foi de 557, 72% do sexo masculino e 28% sexo feminino. Foi considerado menor quem tinha idade inferior a vinte e um anos, mas adiante-se desde já que 131 correspondem a crianças com faixa etária abaixo dos catorze anos. Englobando todas as idades, a grande maioria destes passaportes foi concedida ao género masculino: 72%.

Esta distribuição por géneros integra-se nos padrões já estabelecidos, pois sabe-se que a emigração masculina foi sempre maior do que a feminina, embora esta última começasse a crescer a partir de 1890. Entre 1879 e 1890 o sexo feminino não ultrapassou os 12,4% da totalidade dos emigrantes portugueses, mas de 1891 a 1900 o valor atingira já os 20%[85]. Rui Cascão reafirma-o, que até 1890 a proporção de mulheres que deixaram o país nunca atingiu os 10%[86].

Pode-se então dizer, que os homens foram (e continuam a ser) os maiores agentes de emigração, mas de facto existe há mais de 100 anos uma evolução crescente na saída das mulheres.

---

[84] Dos 374 passaportes mencionados, importa dizer que 146 são referentes a casais e 228 a mulheres que partem com os filhos e marido.

[85] Lopes, Maria Antónia, "Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho da Meda (1886-1896) ", *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV (2001-2002), p. 412. Ver também, entre outros, Barbosa, Hermínia Vieira, "Contextos da emigração numa comunidade do concelho de Braga: Esporões, 1869 – 1935", Comunicação apresentada no XIII Congresso Internacional – AHILA, Universidade dos Açores, p. 6. Disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29719/1/Contextos%20da%20emigra%C3%A7%C3%A3o.pdf. Visitado em 7/8/2014.

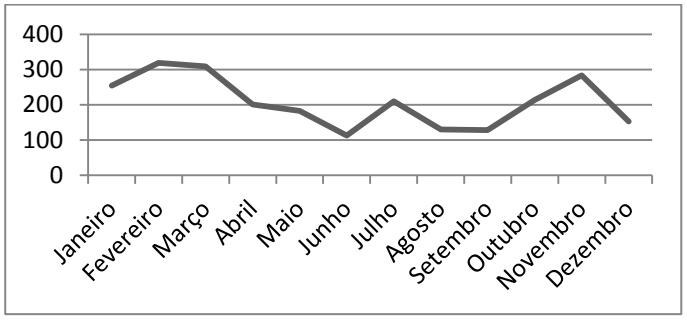
[86] Cascão, Rui, "Demografia e Sociedade", cit., p. 366.

1.1. Ritmo mensal dos passaportes

De acordo com os dados apresentados a seguir, pode dizer-se que a nossa emigração se caracteriza por ser sazonal, uma vez que muitos emigrantes aproveitavam para trabalhar na agricultura no verão e deixavam o país predominantemente no inverno (e outono)[87].

Os meses em que foram requeridos mais passaportes masculinos no distrito de Coimbra, em número superior a 250, são os de inverno e outono. Assim temos: fevereiro com 319 concessões, 309 em março, 283 em novembro e 254 em janeiro. Já os meses quentes, e com a importante exceção de julho, são os que apresentam valores mais diminutos: agosto com 130, setembro com 128 e junho com 113.

Gráfico 1 - Ritmo mensal dos passaportes masculinos

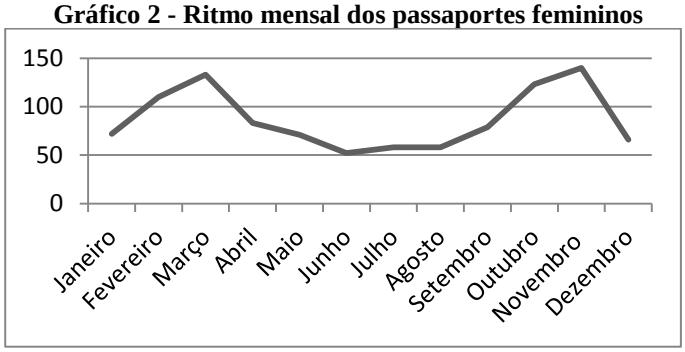


Fonte: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

No caso do sexo feminino[88], os meses de maior atribuição de passaportes foram também os de outono e inverno. Surge-nos, pois, novembro com 140, março com 133, outubro com 123, fevereiro com 110. Já entre os que têm menos afluência, destacam-se julho e agosto, ambos com 58, e junho com 52.

[87] Carqueja, Bento, *O povo portuguez. Aspectos sociaes e económicos*, Porto: Livraria Chardron, 1916, p. 896.
[88] Para este item, só contabilizei as mulheres que viajaram com passaportes individuais.

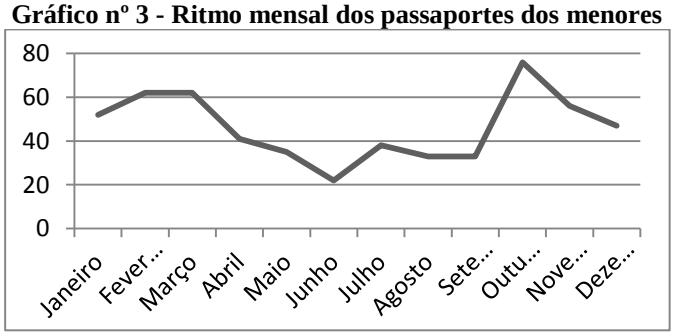
Gráfico 2 - Ritmo mensal dos passaportes femininos



Fonte: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Com os menores, o cenário de atribuição de passaportes pouco se altera, indo de um máximo em outubro com 76 casos, seguido de fevereiro e março, ambos com 62, até ao mínimo de junho com 22.

Gráfico nº 3 - Ritmo mensal dos passaportes dos menores



Fonte: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

1.2.Os principais traços físicos

O tipo de fonte aqui utilizada dá-nos dados importantes sobre as pessoas que emigravam. Alguns deles são sobre os traços físicos: altura, forma do rosto, do nariz e da boca, cor dos olhos, do cabelo, dos sobrolhos e de pele.

O rosto dos indivíduos adultos do sexo masculino é caracterizado de quatro maneiras distintas: comprido, oval, redondo e largo. A configuração mais atribuída foi a oval, com 55,03%, de seguida a comprida, com 38,53%; por fim, surgem os rostos

redondos (6,41%) e os largos (0,04%)[89]. Já o feitio do nariz, pode ser definido como sendo regular ou grosso e é a primeira designação que é mencionada na quase totalidade dos casos (99,76%)[90]. Em todos os passaportes do sexo masculino a boca apresenta um formato regular.

Em relação ao sexo feminino, não se conhece o formato do rosto em 374 casos (26,36%). Considerando apenas as restantes 1045 situações, 49,89% das mulheres possuíam caras ovais, 18,68% compridas e 5,07% redondas. O formato do nariz é maioritariamente regular (74%), mas não conhecemos essa informação para 26% da série[91].

Quanto aos menores, apresentam na sua maioria uma cara de feitio oval (62,30%), sendo comprido em 25,85% dos casos e redondo em 11,49% (em 0,36% das ocorrências este dado não é fornecido). Praticamente todos os menores são descritos com nariz regular (99,64%), omitindo-se a informação apenas em 0,36% do universo.

A distribuição da cor dos olhos era a que seria de esperar na população portuguesa, pois esta tinha-os predominantemente escuros[92]. Nos emigrantes do distrito de Coimbra, a grande maioria dos homens tem olhos castanhos: 2.252. Nestes, 75,21% são unicamente castanhos, 10,33% castanhos-claros e 4,65% castanhos-escuros. De todos os emigrantes, apenas 4 tinham os olhos pretos (0,16%). As cores mais claras, como o azul (7,81%), azul-claro (0,04%), azul-escuro (0,12%) e verde (0,44%), são mencionadas em menor escala. É ainda referenciado um cego (0,04%) e um individuo com os olhos claros, sem indicação da cor. Refiram-se ainda os "garços" (0,16%) que quer dizer esverdeados ou verde azulado e os "pardos" (1%), que deve ser de cor indefinida, acinzentada[93].

As mulheres tinham em 51% dos casos os olhos castanhos, a que se acrescentam 5,92% castanhos-claros, 3,03% castanhos-escuros, 0,28% pretos, 5,64% azuis, 0,07% azuis-claros, 0,21% verdes, 0,78% pardos, 0,14% claros, 0,07% garços e em 26,36% delas, a informação é omitida[94]. Tal como acontece com os homens e com as mulheres, os menores possuíam sobretudo olhos castanhos que, nas suas diferentes tonalidades,

[89] Ver anexo, tabela nº 1.
[90] Ver anexo, tabela nº 2.
[91] Ver anexo, tabela nº 9.
[92] Carqueja, Bento, *O povo portuguez*, cit., p. 45.
[93] Ver anexo, tabela nº 3.
[94] Ver anexo, tabela nº 10.

representavam 92,10%, 6,64% eram azuis, 0,72% pardos, apenas um tinha olhos pretos (0,18%) e nada sabemos sobre dois outros (0,36%)[95].

À semelhança do que acontece com os olhos, a cor de cabelo e de sobrolhos mais declarada é também o castanho[96]. Importa dizer que 75,7% da população portuguesa teria nesta altura o cabelo desta cor[97]. Assim, com o cabelo castanho temos 34,76% dos homens, castanho-escuro 21,67% e castanho-claro 4,77%. De seguida destaca-se o preto com 27,03%, o grisalho com 9,25%, o louro com 1,72%, o branco com 0,68%. Somente com uma situação registada estão o louro escuro, o escuro e o ruivo 0,04%[98]. Já no que diz respeito aos sobrolhos 40,41% indivíduos tinham-nos castanhos, 22,27% castanhos-escuros, 5,89% castanhos-claros, 28,11% pretos, 1,76% louros, 1,16% grisalhos, 0,12% brancos e ambos com 0,04% louros escuros e escuros[99], em 0,20% casos a cor não é mencionada.

O cabelo castanho predominava também no sexo feminino[100] com 25,30%, a que se somavam 16,42% com castanho-escuro e 3,95% com castanho-claro. Vinha depois o preto (21,56%), o grisalho (3,66%), o louro (2,18%), o branco (0,49%) e o "escuro" (0,07%). 26,36% registos femininos não referem qualquer cor.

Nos menores o cenário não é muito distinto dos anteriores, uma vez que 49,19% tinham o cabelo castanho, 20,29% castanho-escuro, 10,59% castanho-claro, 14,72% preto, 4,49% louro, 10,18% branco, 0,18% escuro e de 0,36% não se sabe a cor[101]. Assim, a cor do cabelo, sobrolhos e olhos está de acordo com o padrão que caracterizava e caracteriza o típico português, ou seja, a tonalidade castanha dominava.

De acordo com estudos já há muito realizados, a população portuguesa era nos inícios do século XX uma das mais morenas[102]. Ora, esta informação não corresponde inteiramente à que é dada nos registos de passaportes do distrito de Coimbra, pois não podemos considerar a designação "natural" como sendo morena, uma vez que, quem fez os registos de passaportes distingue as duas tonalidades. Posto isto, o sexo masculino

[95] Importa mencionar que na tabela nº 17 a tonalidade castanha foi agrupada, dando a informação completa no texto. Adotei o mesmo procedimento noutras variáveis.
[96] Ver anexo, tabelas nº 5, 12 e 18.
[97] Carqueja, Bento, *O povo portuguez*, cit., p. 46.
[98] Ver anexo, tabela nº 4.
[99] Neste caso, não é referida nenhuma cor, só a tonalidade escura.
[100] Ver anexo, tabela nº 11.
[101] Ver anexo, tabela nº 15.
[102] Carqueja, Bento, *O povo portuguez*, cit., p. 44.

apresenta em 1,36% dos casos, cor trigueira, corada e morena em 0,08%, regular em 0,04% e natural em 98,44%[103]. A pele feminina é maioritariamente descrita como sendo natural, com 72,59% exemplos; 0,85% das mulheres apresentavam uma cor trigueira, 0,07% é designada por morena e outro tanto clara, e nas restantes 26,43% este dado não é referido[104]. Uma grande percentagem dos menores, ou seja, 99,10%, tinham uma tonalidade de pele natural, 0,36% trigueira, 0,18% morena e por fim, em 0,36% o campo não foi preenchido[105].

A altura é algo que varia muito segundo o sexo, as condições sociais, as etnias e as épocas. Segundo Bento Carqueja, que escreveu em 1916, a estatura média do português era então de 1,645m, e, nessa época, o naturalista e antropólogo Joseph Deniker calculava que a estatura do homem luso variava entre 1,35m e 1,90m. Tudo isto corresponde aos dados por mim recolhidos e analisados[106]. A média de altura dos emigrantes masculinos do distrito de Coimbra entre 1914 e 1918 é de 1,64m. A altura mínima é de 1,35m e a máxima de 1,86m.

No sexo feminino a média de alturas é de 1,54m, sendo que a máxima é de 1,73m e a mínima de 1,34m. Então, no que diz respeito às alturas podemos concluir, que os emigrantes do distrito de Coimbra estavam dentro dos parâmetros definidos por Bento Carqueja[107].

É importante referir que não tratei altura dos menores porque ainda se encontravam em crescimento.

1.3. Naturalidade

Observando a tabela abaixo, conclui-se, como seria de esperar, que a grande maioria dos emigrantes provinha do distrito de Coimbra. Mesmo assim, existem indivíduos que

[103] Ver anexo, tabela nº 6.
[104] Ver anexo, tabela nº 13.
[105] Ver anexo, tabela nº 18.
[106] Carqueja, Bento, *O povo portuguez...*, cit., p. 42.
[107] Assim como o estavam, também, os emigrantes de umas décadas anteriores, provenientes do concelho da Meda, no norte do distrito da Guarda. Aí, os homens mediam em média 1,64m e as mulheres 1,50m (Lopes, Maria Antónia, "Emigração e população em finais do século XIX...", cit., p. 410).

provinham de outros distritos. O que é fácil de explicar porque apesar de serem naturais de outras regiões, a maioria residia no distrito de Coimbra.

Tabela nº 2 - Naturalidade dos emigrantes adultos do sexo masculino 1914-1918

Naturalidades	Casos	%
Distrito de Coimbra	2298	92,03
Outros distritos (todos continentais)	192	7,69
Estrangeiro	5	0,20
Colónias africanas	1	0,04
Sem informação	1	0,04

Fonte: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Debruçando-nos agora só nos outros distritos, podemos concluir que são originários da Guarda 102 indivíduos, 24 de Viseu, 19 de Aveiro, 17 de Leiria, 7 de Santarém e Lisboa, 5 de Vila Real, 3 de Bragança e Porto, 2 de Castelo Branco e somente com 1 registo Portalegre, Faro e Viana do Castelo[108].

Tabela nº 3 - Naturalidade masculina por distritos (sem Coimbra)

Distritos	%
Guarda	53,13
Viseu	12,50
Aveiro	9,90
Leiria	8,85
Santarém	3,65
Lisboa	3,65
Vila Real	2,60
Bragança	1,56
Porto	1,56
Castelo Branco	1,04
Portalegre	0,52
Faro	0,52
Viana do Castelo	0,52

Fonte: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

[108] Ver anexo, mapa nº 1.

É de salientar o peso percentual do distrito da Guarda, o que é estranho, mas pode ser explicado através das migrações internas, pois todos estes homens eram residentes nos diversos concelhos de Coimbra. Ou, pelo menos, assim o declararam.

Na região coimbrã, o concelho que mais se salienta pela saída de homens é o de Coimbra (assim, como é aquele que apresenta uma maior população e uma maior densidade demográfica) com 302 exemplos. Depois, por ordem decrescente, 291 são de Cantanhede, 282 da Figueira da Foz, 216 de Penacova, 213 de Oliveira do Hospital, 197 de Miranda do Corvo, 163 da Lousã, 121 de Montemor-o-Velho, 113 de Mira, 104 de Penela, 83 de Tábua, 69 de Condeixa-a-Nova, 53 de Arganil, 49 de Góis, 40 de Vila Nova de Poiares e, por fim, 2 casos da Pampilhosa da Serra[109].

Mapa nº 1 - Concelhos de Coimbra de onde eram provenientes os requerentes de passaportes (1914-1918)

Fontes: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918;
http://www.mapadeportugal.net/distrito.asp?n=coimbra.

Comparando estes valores com a densidade populacional, obtida através do censo de 1911, retiram-se algumas conclusões: o concelho de Coimbra era o mais denso (196h/km^2) e foi precisamente daqui que saíram mais pessoas em 1914. O município

[109] É importante mencionar que 14 indivíduos são apresentados como sendo expostos, 11 provenientes da roda de Coimbra pelo que os englobei no concelho de Coimbra, e 3 originários das rodas de Viseu, Leiria e Lisboa, que foram inseridos nos respetivos municípios.

com menos emigrantes é o de Pampilhosa da Serra, que é precisamente aquele que apresenta menor densidade populacional (34h/km^2). Contudo, é possível que deste concelho, assim do de Soure, as pessoas se dirigissem a outros governos civis para a obtenção do passaporte.

No que diz respeito ao sexo feminino, pode-se concluir que 966 eram provenientes do distrito de Coimbra, de outras regiões e ilhas adjacentes 60, das colónias africanas 2, dos países estrangeiros 16 e em 375 não temos esta informação.

Tabela nº 5 - Naturalidade feminina 1914-1918

Naturalidades	**%**
Distrito de Coimbra	68,08
Sem informação	26,43
Outros distritos continentais e insulares	4,23
Países estrangeiros	1,13
Colónias africanas	0,14

Fonte: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Debruçando-nos sobre os diferentes distritos, chegamos à conclusão que é o de Leiria que se destaca, com 14, seguido de Viseu com 11, 7 do Porto, 6 de Lisboa, 4 Guarda, 3 de Aveiro, Santarém e Vila Real, 2 de Braga e Castelo Branco e por fim, 1 de Évora, Faro, Horta, Setúbal e Viana do Castelo[110].

As mulheres, à semelhança dos homens que eram naturais de outros distritos que não Coimbra, eram quase todas residentes no mesmo.

Tabela nº 6 - Naturalidade feminina por distritos (sem Coimbra)

Distritos	**%**
Leiria	23,33
Viseu	18,33
Porto	11,67
Lisboa	10,00
Guarda	6,67
Aveiro	5,00

[110] Ver anexo, mapa nº 2.

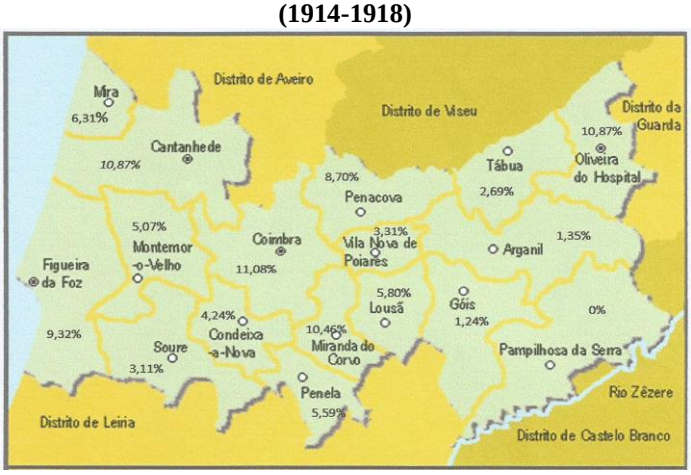
Santarém	5,00
Vila Real	5,00
Braga	3,33
Castelo Branco	3,33
Évora	1,67
Faro	1,67
Horta	1,67
Setúbal	1,67
Viana do Castelo	1,67

Fonte: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Em relação aos concelhos do distrito de Coimbra, à semelhança do que acontece com o sexo masculino, é do de Coimbra que são originárias mais mulheres (107)[111], seguido de Cantanhede e Oliveira do Hospital com 105, Miranda do Corvo com 101, 90 da Figueira da Foz, 84 de Penacova, 61 de Mira, 56 da Lousã, 54 de Penela, 49 de Montemor-o-Velho, 41 de Condeixa-a-Nova, 32 de Vila Nova de Poiares, 30 de Soure, 26 de Tábua, 13 de Arganil e 12 de Góis. Da Pampilhosa da Serra não houve nenhuma.

Tal como acontece com os homens, a relação com a densidade populacional parece evidente. Estranhamente, a Figueira da Foz que é o segundo concelho com maior densidade populacional (128) aparece-nos neste mapa em quinto lugar com 9,32%. A seguir à Pampilhosa, Góis era o concelho de Coimbra com menos densidade populacional em 1911.

Mapa nº 2 - Concelhos de Coimbra de onde eram provenientes as requerentes de passaportes (1914-1918)



[111] Três mulheres eram expostas da roda de Coimbra. Foram consideradas, como a lei o fazia, naturais desse concelho.

Fontes: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918;
http://www.mapadeportugal.net/distrito.asp?n=coimbra.

Com os menores, o cenário pouco se altera, ou seja, a maioria é proveniente do distrito de Coimbra.

Tabela nº 8 - Naturalidade dos menores 1914-1918

Naturalidades	**Casos**
Distrito de Coimbra	521
Outros distritos (todos continentais)	21
Países estrangeiros	14
Colónias africanas	1

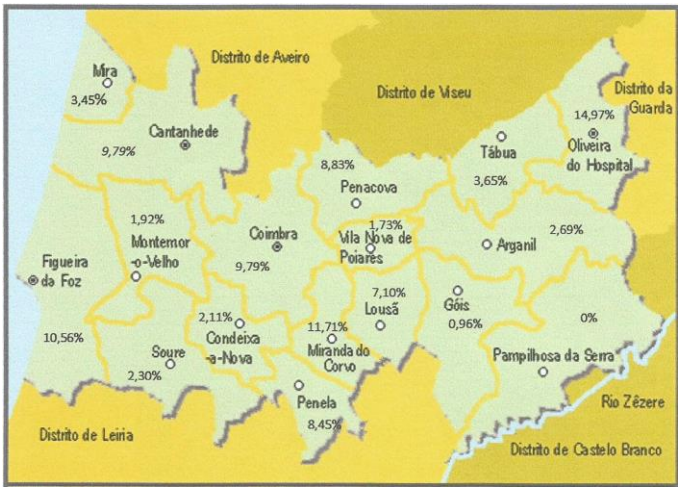
Fonte: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

À semelhança do que aconteceu com o sexo masculino, a seguir ao distrito de Coimbra, é do da Guarda que provêm mais crianças, registando-se 5 (23,81%) casos. De seguida surge-nos o de Viseu com 4 (19,05%), 3 (14,29%) de Aveiro e Leiria, 2 (9,52%) de Lisboa e Castelo Branco e por fim, 1 (4,76%) do Porto e Beja[112].

Já o concelho da região em estudo, de onde saíram mais menores, foi o de Oliveira do Hospital, com 78 casos, Miranda do Corvo com 61, Figueira da Foz com 55, Cantanhede e Coimbra com 51, 46 de Penacova, 44 de Penela, 37 da Lousã, 19 de Tábua, 18 de Mira, 14 de Arganil, 12 de Soure, 11 de Condeixa-a-Nova, 10 Montemor-o-Velho, 9 de Vila Nova de Poiares e 5 de Góis. A Pampilhosa da Serra continua ausente. Quanto a Coimbra, e ao contrário do que acontece nos adultos, aparece em quarto lugar.

Mapa nº 3 - Os concelhos de Coimbra de onde eram provenientes os requerentes menores de passaportes (1914-1918)

[112] Ver anexo, mapa nº 3.



Fontes: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918, http://www.mapadeportugal.net/distrito.asp?n=coimbra.

1.4. Profissões e níveis de instrução

No campo profissional, pode dizer-se que as ocupações declaradas são imensas. Assim, dividi-as por setores de atividade. O que mais se destaca, como seria de esperar uma vez que a população coimbrã era maioritariamente rural[113], é o primário, que regista 1.873 casos, e que é, principalmente, constituído por agricultores (55,31%) mas também por pescadores (3,31%) que eram naturais dos concelhos de Mira e Figueira da Foz. Os agricultores podiam ser, também, proprietários.

O sector terciário ocupava 310 homens e o secundário 307. Existem ainda 9 homens com profissões duplas (3 são negociantes e proprietários, 2 proprietários e comerciantes, 1 proprietário e empregado do comércio, 2 agricultores e proprietários e 1 agricultor e operário), 3 "trabalhadores" sem especificidade de setor, 2 estudantes e 2 situações para mim ilegíveis[114].

Tabela nº 11 - Profissões masculinas

Actividades profissionais por sector	%
Sector primário	74,74
Sector secundário	12,25

[113] Já no caso dos homens que não pertenciam ao distrito de Coimbra, a maioria das profissões que são referenciadas nada têm a ver com a agricultura mas sim com o comércio. Isto tem a ver com os locais de onde eram naturais estes homens, onde a agricultura seria praticada em menor escala do que em Coimbra, possivelmente, pois não tenho dados que o possam confirmar.
[114] Ver anexo, tabela nº 7.

Sector terciário	12,37
Profissões duplas	0,36
Sem especificação de sector	0,12
Estudante	0,08
Ilegíveis	0,08

Fonte: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Ora, se compararmos estes dados com os que Joaquim Silva apresentou encontramos algumas parecenças: entre 1900 e 1911, 64% da população de ambos os sexos do distrito de Coimbra vivia da agricultura e importa dizer que este valor é bastante superior à média do continente que é de 57,3%. Da indústria viviam no nosso distrito 17,59% dos habitantes, do comércio 4,65%, ambos com valores baixos no panorama nacional, onde atingiam, respetivamente 21% e 6,44%[115]. Comparando a distribuição das ocupações da população distrital e da série aqui analisada, conclui-se, sem surpresa, que o setor que mais expulsava era o primário.

Falando agora do sexo feminino, é de salientar que 914 mulheres são designadas como domésticas (o que a maioria das vezes não corresponderia à verdade, uma vez que provinham dos campos), que não é registada a atividade profissional de 380, que 79 pertencem ao sector primário, 39 ao secundário, 6 ao terciário e há ainda 1 com dupla profissão[116].

Tabela nº 12 - Profissões femininas

Actividades profissionais por sector	Casos	%
Domésticas	914	64,41
Sem informação	380	26,78
Sector primário	79	5,57
Sector secundário	39	2,75
Sector terciário	6	0,42
Profissão dupla	1	0,07

Fonte: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

[115] Silva, Joaquim Correia, "Breve estudo demográfico do distrito de Coimbra", cit., p. 445.
[116] Ver anexo, tabela nº 14.

Já com os menores o cenário pouco muda, uma vez que é o sector primário que volta a estar em evidência com 263 exemplos (46,68% dos menores eram agricultores). Além de agricultores, eram também proprietários e aparece ainda um lavrador. O que se segue é o terciário com 73 indivíduos e o secundário com 32. Devem ainda mencionar-se as seguintes situações: 130 raparigas domésticas, 34 rapazes estudantes, 22 casos sem informação, 2 sem especificidade de sector e 1 ilegível[117].

Tabela nº 13 - Profissões dos menores

Actividades profissionais por sector	**%**
Sector primário	48,83
Domésticas	23,34
Sector terciário	11,49
Estudante	6,10
Sector secundário	5,75
Sem informação	3,95
Sem especificação de sector	0,36
Ilegível	0,18

Fonte: AUC-GCC. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

No que diz respeito à alfabetização masculina, mais de metade dos indivíduos adultos sabe escrever, apresentando uma percentagem de 66% (1.645 homens), 33% (837) não escrevem e ignora-se esta informação em 1% (15). No sexo feminino, 810 mulheres (57%) não sabem escrever, 235 (17%) conseguem fazê-lo e em 374 casos (26%) a fonte é omissa.

Em relação à instrução dos menores, pode-se afirmar que 67,50% sabiam escrever.

Ora de acordo com estes dados, dois terços dos emigrantes do sexo masculino eram alfabetizados. Segundo Bento Carqueja, a instrução dos emigrantes portugueses era geralmente muito baixa: em 1912, por exemplo, a proporção de analfabetos foi de 65,96%[118]. Noutro trabalho que realizei sobre a emigração no distrito de Coimbra em 1907 pude concluir que a iliteracia, embora já não maioritária, era manifesta nos inícios

[117] Ver anexo, tabela nº 19.
[118] Carqueja, Bento, *O povo portuguez...*, cit., p. 403.

do século XX, pois nesse ano numa amostra de 3.054 homens, 53,99% sabia escrever[119].

De acordo com Jorge Fernandes Alves, quem decidia emigrar procurava aprender a ler e a escrever: "A verdade é que estamos a falar de emigração, isto é, de uma fracção de população que desenvolve uma aprendizagem das primeiras letras precisamente para sair do território, o que em alguma medida deixa, em termos relativos, o país de partida mais analfabeto"[120].

1.5. Situação militar

Os passaportes dão-nos também informações sobre a situação militar do homem em idade adulta e esta podia assumir diversas designações: ressalva, licença de número, baixa, isento definitivamente, inspeção, incapaz de todo o serviço e reserva[121].

Já para os jovens do sexo masculino muitas vezes a emigração servia como (tentativa de) fuga ao serviço militar, muito mais agora, com o país em guerra. A fonte não nos permite saber a quantos terá sido recusado o passaporte. O recrutamento podia ser designado da seguinte forma: caução, ressalva, incapaz de todo o serviço, isento definitivamente, licença de número e reserva[122].

1.6. O estado civil e a emigração em grupo

O estado civil dos emigrantes adultos masculinos do distrito de Coimbra, entre 1914 e 1918, é o seguinte: 1784 (71,45%) eram casados, 616 (24,67%) solteiros, 58 (2,32%) viúvos, 26 (1,04%) divorciados e em 13 (0,52%) casos não se conhece esta

[119] Pimentel, Soraia, "O adeus a Portugal: A emigração no distrito de Coimbra em 1907", cit., p. 23.
[120] Alves, Jorge Fernandes, *Ler, escrever e contar na emigração oitocentista*, Separata da *Revista de História das Ideias*, 20, Coimbra, Faculdade de Letras, 1999, p. 297.
[121] Arquivo da Universidade de Coimbra, Fundo do Governo Civil de Coimbra (AUC-GCC), Registos de passaportes referentes aos anos entre 1914 e 1918.
[122] Não posso desenvolver mais este ponto porque a fonte só me fornece estes dados, mas é possível encontrar no Arquivo da Universidade de Coimbra as cadernetas militares de alguns emigrantes (AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915).

informação[123]. Já em 1907, nesta região, a percentagem de homens casados era elevada com 50,30%, os solteiros eram 39,52%, os viúvos 1,08% e 0,10% não apresenta este dado no passaporte[124].

Os emigrantes eram (e são) geralmente pessoas novas, na força da vida. Bento Carqueja já o afirmou[125], outros estudos locais apontam no mesmo sentido[126], por exemplo, no estudo que realizei para o distrito de Coimbra em 1907, a idade média dos homens é de 30,26 anos[127], mas os homens da série aqui estudada, sendo embora jovens, atingiam a idade média de 35,57 anos[128]. Isso não significa ausência de idosos, pois a idade extrema atinge os 84.

A emigração masculina é maioritariamente solitária: 80% viajam sozinhos, o que é compreensível, pois os homens casados, embora fossem a maioria, tendiam a chamar a família para junto de si só quando já tinham conseguido reunir boas condições de vida. Mesmo assim, dos 2.497 registos masculinos analisados, 228 homens levaram consigo a esposa e os filhos, 146 só a esposa e 73 só os filhos. Houve ainda 10 que viajaram com outros familiares (irmãos, sobrinhos ou primos) e 49[129] fizeram-se acompanhar de pessoas que não eram da família. Importa salientar 198 casos de chefes de empresas ou indústrias que se deslocaram com operários. Sobre estes trabalhadores pouco se sabe, apenas que eram naturais dos vários concelhos do distrito de Coimbra e que iam para França, mas a fonte não revela o ramo de atividade. Pode-se presumir que estes homens fossem mão-de-obra necessária a esse país devido à Guerra, mas nada encontrei na bibliografia que pudesse esclarecer esta questão.

Quanto ao estado civil das mulheres, estas eram também maioritariamente casadas: 651. O número das solteiras é de 299, 89 eram viúvas, 5 divorciadas e 375 não têm este dado descrito nos documentos. À semelhança do que acontece com os homens, a emigração das mulheres adultas é predominantemente jovem, sendo a idade média de 34,1. A emigrante mais velha saiu de Portugal aos 78 anos.

---

[123] Média que me parece elevada. No concelho da Meda, por exemplo, entre 1889 e 1896, 48% dos homens que emigraram eram casados, 47% solteiros e 3% viúvos (Lopes, Maria Antónia, "Emigração e população em finais do século XIX...", cit., p. 410).
[124] Pimentel, Soraia, "O Adeus a Portugal: A emigração no distrito de Coimbra em 1907", cit., p. 20.
[125] Carqueja, Bento, *O povo português*..., cit.., p. 398.
[126] Em finais do século XIX, os homens da Meda nos anos citados emigravam sobretudo com 20-29 anos e as mulheres com 20-24 anos (Lopes, Maria Antónia, "Emigração e população em finais do século XIX...", cit., p. 410
[127] Pimentel, Soraia, "O Adeus a Portugal: A emigração no distrito de Coimbra em 1907", cit., p. 22.
[128] Mas há que ter em conta que nestes meus cálculos não incluí os menores de 21 anos.
[129] Ver anexo, tabela nº 8.

Ao contrário do que acontecia com o sexo masculino, 54% das mulheres iam acompanhadas. Em 539 casos viajavam com os filhos, noutras 9 situações com outros familiares, que podiam ser irmãos, sobrinhos e netos. Já em 22 outros casos, as mulheres faziam-se acompanhar de pessoas que não eram suas familiares: como outros menores ou até senhoras que eram tratadas por donas, o que mostra que seriam de uma classe social mais elevada. Há ainda um registo em que, estranhamente, o requerente é a esposa que seguiria com o marido e o filho. Tinham solicitado passaporte no governo civil de Viseu. Importa dizer que 46% (485 situações) das mulheres realizava a viagem de forma solitária.

Nesta época a maioridade era atingida aos vinte e um anos. Assim sendo, é normal que já existissem pessoas casadas ainda que menores perante a lei, porque o Código Civil permitia o casamento, com o consentimento dos pais a partir dos 14 anos no caso dos homens e 12 no das mulheres (art.º 1073º)[130]. De facto, entre os requerentes menores, 20 (3,59%) eram já casados, 35% de rapazes e 65% de raparigas. Surge mesmo um caso de viuvez. Trata-se de uma rapariga de 19 anos, natural de Vila Seca (Condeixa-a-Nova) que emigrou para o Rio de Janeiro. Mas é, naturalmente, o conjunto dos solteiros/as que se distingue neste grupo etário: 536 (96,23%).

Na sua maioria, 70%, os menores requeriam passaportes singulares. Em concreto, 391 deslocaram-se sozinhos, 133 com pessoas que não eram parentes e apenas 33 juntamente com familiares, podendo ser o pai ou a mãe mas também irmãos, tios ou avós.

Para finalizar este ponto, importa fazer um breve comentário ao estado civil dos emigrantes e respetivas idades. O que podemos concluir é que a emigração era na sua maioria solitária, mas quem mais partia eram pessoas casadas em ambos os sexos. No caso dos homens, emigravam com a ideia de poder sustentar a família que cá ficava e na maioria das mulheres o objetivo era reunir-se com o marido que tinha partido antes. Importa ainda dizer que a emigração é, tal como noutras regiões e na generalidade do país, predominantemente jovem.

[130] Código Civil de 1867, disponível em http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1664.pdf. Visitado em 3/9/2014.

1.7.A autorização do marido para viajar

Até 1921 a mulher não podia sair do país sem a carta de chamada[131]. Recolhi 31 e vou tratar delas no capítulo V desta dissertação.

No entanto, no decorrer da minha pesquisa, encontrei uma declaração sem que de uma carta de chamada se tratasse. Embora seja uma missiva, esta serve unicamente para consentir a partida da esposa para junto do marido, sem qualquer outro assunto de índole privada. É proveniente de São Paulo, datada de 19 de Julho de 1917, e endereçada à mulher do autor, dizendo o seguinte: "… autorisa por meio d ´esta a sua mulher a vir para a sua companhia, achando-se nos Estados Unidos do Brasil com residencia afixada na cidade de S. Paulo, para onde deve seguir. Por isso espero das autoridades competentes não haver algum impedimento mediante este documento por mim rubricado"[132]. O documento, que tem todas as características de uma declaração e não de uma carta de chamada, é assinado e reconhecido pelo notário.

[131] Barbosa, Diogo, "Tutela masculina ou o difícil caminho para fora de Portugal?", *A Comuna,* janeiro – março, nº 29, 2013, pp. 45-47.
[132] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.

Capítulo IV: O Brasil e os outros destinos vistos como Eldorados

Neste capítulo irei falar dos destinos escolhidos pelas pessoas que solicitaram passaporte no Governo Civil de Coimbra entre 1914 e 1918. No decorrer da análise dos registos recolhidos, percebe-se que o Brasil é, nesta época, o local mais procurado. Para que se compreendam as razões dessa procura, na segunda parte deste item irei fazer uma breve caracterização desse país nos inícios do século XX no que diz respeito ao quadro político, economia e sociedade. Por fim, veremos que os portugueses escolhiam outros pontos do mundo além deste para começar uma nova vida.

1. O Brasil como destino maioritariamente escolhido

No século XIX e primeiras décadas do XX, a maioria da emigração portuguesa encaminhava-se para terras de Vera Cruz. Entre 1890 e 1929 entraram neste país 1.030.666 indivíduos lusos[133]. Importa dizer que na década de 80 de Oitocentos 85% dos expatriados portugueses se dirigiram para o Brasil[134].

Sabemos que, em 1912, 92,94% da emigração nacional se dirigiu para o Brasil, 3,46% para o resto da América do Sul, 3,07% para a América do Norte, 0,33% para a Europa, 0,16 para a Oceânia e por fim 0,04 para a África. Já em 1913 para o Brasil foram 92,12%, para a América do Norte 5,59%, para o resto da América do Sul 1,62%, para a Europa 0,47%, África 0,15%, Oceânia 0,04% e a Ásia 0,004%[135].

Como se vê pelos números apresentados, o Brasil continuava a ser neste período a primeira e quase exclusiva escolha das pessoas que decidiram deixar o país. Um exemplo disso, é o estudo feito para o concelho da Meda entre 1889 e 1896, onde 98% dos emigrantess escolheram as terras de Vera Cruz e 2% a África Portuguesa[136]. Dando outro exemplo, mais circunscrito no espaço, mas mais lato no tempo, 79% da emigração da freguesia de Esporões (concelho de Braga) entre 1869 e 1935 dirigiu-se para o

[133] Barbosa, Rosana, "Um panorama histórico da emigração para o Brasil", *Revista Arquipélago História*, 2ª série, VII, 2003, p. 192.
[134] Cascão, Rui, "Demografia e Sociedade", cit., p. 366
[135] Percentagens por mim calculadas a partir dos números de saídas de emigrantes para os diferentes destinos referidos por Bento Carqueja na obra citada.
[136] Lopes, Maria Antónia, "Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho da Meda (1886-1896)", cit., p. 416.

Brasil. Como a série se prolonga até meados dos anos 1930, este país começava a ser menos procurado, mas era ainda hegemónico. Os restantes 21% foram para outros locais como a Argentina ou E.U.A.[137].

Também no distrito de Coimbra, entre 1914 e 1918, o destino largamente preferido foi o Brasil, em ambos os sexos. Senão vejamos: 3.377 foi o número total de emigrantes do distrito de Coimbra que se dirigiram para aí, 78,13% dos homens, 91,10% das mulheres e 85% dos menores.

Perante este cenário, deve colocar-se a seguinte questão: Quais são as razões que levam a que esse país seja a escolha preferida do povo português? O primeiro motivo prende-se com a economia brasileira, pois esta oferecia melhores condições que a nossa, uma vez que foi crescendo rapidamente, necessitando de mão-de-obra, o que levou a que os salários fossem mais elevados.

Outra razão tem a ver com a cultura que caracterizava o país, pois era muito semelhante àquela que se vivia em Portugal. E depois há mais um fator muito importante que se prende com o apoio que se poderia encontrar de familiares e amigos que teriam partido primeiro. Muitas vezes, eram estes que já lá estavam fixados que recomendavam, através de correspondência, a partida de algum ente querido.

Mas depois de chegarem à República Brasileira implantavam-se onde? Tanto no caso do sexo masculino (61,20%), como no feminino (70,17%) e também nos menores (65,61%), o estado federativo que recebeu mais imigrantes foi o de São Paulo, e aqui importa destacar a cidade de Santos. De seguida, o de Rio de Janeiro, para onde se dirigiram 31,21% da emigração masculina, 24,79% da feminina e 26,37% da juvenil.

Outras regiões são mencionadas com menor percentagem nos registos em estudo. No que diz respeito aos homens, temos o Pará (4,00%), Amazonas (2,26%), e, com muito menor expressão, Pernambuco (0,62%), Rio Grande do Sul e Baía (ambos com 0,36%)[138]. Já nas mulheres, os poucos destinos que escapam aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro são o Pará (2,31%), Amazonas (1,58%), Pernambuco (0,63%), Baía (0,32%) e Rio Grande do Sul (0,11%). Importa ainda dizer que não se sabe o

[137] Barbosa, Hermínia Vieira, "Contextos da emigração numa comunidade do concelho de Braga...", cit., p. 3.
[138] Ver anexo, mapa nº 4.

estado eleito em 0,11% das situações, pois só é referido o país[139]. Com os mais novos, o cenário não se altera quase nada. Depois de São Paulo e Rio de Janeiro, vem o Pará (2,95%), Amazonas (2,53%), Baía (1,05%), Rio Grande do Sul (0,63%), Pernambuco e Maranhão (0,21%). Existem também casos em que não se sabe qual o local escolhido[140].

Se se olhar para o estudo sobre a Meda entre 1889 e 1896 percebe-se que os naturais daqui rumavam na sua maioria para a cidade de Santos (68,1%), para São Paulo (13,5%), Rio de Janeiro (11,9%), Minas Gerais (3,8%), Baía (0,4%) Pará (0,1%) e São Vicente (0,1%)[141]. Outro exemplo é o dos emigrantes masculinos do distrito de Coimbra em 1907, que já tive ocasião de recolher, e onde encontramos algumas semelhanças: dos 3.054 homens que emigraram nesse ano, 1.745 estabeleceram-se em Santos, 798 no Rio de Janeiro, 224 em Manaus, 163 em Pará, 7 em Porto Alegre e Rio Grande do Sul, Baía e Campinas receberam 3 cada uma e Minas Gerais e Pernambuco 1[142]. Ora, dado isto, pode-se concluir que os emigrantes portugueses se estabeleciam essencialmente nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Os destinos brasileiros dos emigrantes do distrito de Coimbra do quinquénio 1914-1918 inseria-se, portanto, no padrão tradicional da emigração nacional.

2. O Brasil nos inícios do século XX

Para se compreenderem as razões desta distribuição geográfica da emigração portuguesa, faça-se um breve sumário da história política, económica e social das terras de Vera Cruz nos inícios do século XX.

2.1. Enquadramento político

Na história política do Brasil existem alguns momentos que merecem ser salientados. Em 1889 a monarquia é abolida. Manuel Deodoro da Fonseca, o marechal que dirigiu a rebelião militar que instaurou o regime republicano, veio a ser o primeiro

[139] Ver anexo, mapa nº 5.
[140] Ver anexo, mapa nº 6.
[141] Lopes, Maria Antónia, "Emigração e população em finais do século XIX...", cit., p. 416.
[142] Pimentel, Soraia, "O Adeus a Portugal: A emigração no distrito de Coimbra em 1907", cit., p. 17.

presidente da 1ª República, que duraria até 1930[143]. É, pois, este o regime político em vigor no Brasil durante os anos a que se reporta esta tese.

Esta época brasileira, que é também conhecida por República Velha, começou por ser difícil, pois viviam-se tempos de instabilidade no campo financeiro, social e político, sendo frequentes motins populares e militares. As relações diplomáticas com Portugal tinham sido cortadas em 1889 e só foram retomadas no mandato presidencial de Prudente José Morais de Barros (1894-1898)[144].

Com o tempo, a agitação social que caracterizava o país foi passando, o que tornou possível tomar certas decisões importantes, tanto a nível económico como de saúde e urbanização. Mas se, internamente, o Brasil se ia compondo, internacionalmente também existiam motivos para o elevar a um lugar de notoriedade, uma vez que o seu principal produto de exportação, o café, era uma fonte segura de rendimentos.

Contudo, esta estabilidade viria a ser colocada em causa no mandato de Hermes da Fonseca, entre 1910 e 1914, período em que surgem revoltas de marinheiros, dos governos de Estados e a guerra do Contestado. Este conflito teve início em outubro de 1912 e terminou em agosto de 1916. Em disputa estava a região do Contestado que se localiza entre as do Paraná e Santa Catarina. Esta guerra civil foi travada entre o governo e camponeses[145].

Algum tempo depois do começo desta contenda, mais precisamente dois anos, surge na Europa a Primeira Guerra Mundial. Numa primeira fase, a posição do Brasil é de neutralidade mas, em junho de 1917, declara guerra à Tríplice Aliança, o que foi provocado por dois ataques por parte da Alemanha a dois navios brasileiros. No entanto, o Brasil não enviou para o terreno de batalha qualquer soldado[146]. A sua participação pode ser definida como sendo de carácter "logístico", uma vez que não perdeu qualquer militar, mas associou-se às hostilidades mandando medicamentos e grupos de

[143] "Brasil" in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, São Paulo: Verbo, 1998, vol. 3, p. 359.
[144] Idem, *Ibidem*, p. 362.
[145] Santos, Maria Cristina Ferreira dos, "A Guerra do Contestado: desfazendo as amarras do esquecimento", *Revista Nau Literária*, Porto Alegre, vol. 6, nº 1, Jan/Jun. 2010, p. 1. Artigo disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/viewFile/13268/10332. Visita em 4/7/2014.
[146] Mendonça, Valterian Braga, *A experiência estratégica brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*, Niterói: Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2008, pp. 39-48.

assistência médica com o intuito de ajudar os feridos da Tríplice Entente; também realizou missões de patrulhamento no Atlântico[147].

Passado o tumulto e já em 1930, dá-se a "Revolução de 30", implantando no país um novo modelo de desenvolvimento industrial e urbano. É neste ano que começa a denominada "Era de Vargas", que durou até 1945 e se designa assim devido ao nome do chefe de Estado, Getúlio Dorneles Vargas. Caracteriza-se pela regência autoritária e centralizada em que o populismo, o nacionalismo, o trabalhismo e a industrialização são as bases principais.

2.2. Economia

Deixando agora a política e passando à economia, importa dizer que ao longo dos tempos se constituiu por diversos ciclos. O primeiro diz respeito ao pau-brasil, que se seguiu à "descoberta" e se manteve até à primeira metade de XVI; o segundo é o da cana-de-açúcar que se inicia na centúria de quinhentos, tendo o seu momento alto no século XVII. De seguida, a atividade dominante é a pecuária, que se desenvolve em simultâneo com a fase anterior. O século XVIII é o tempo do ouro e dos diamantes, que enriqueceram a Coroa lusa e tantos outros portugueses, mas também deram origem a uma nova burguesia urbana em território brasileiro[148].

No século XIX temos a era do café e do tabaco, a grande maioria para exportação. Já a borracha começa a ser rentável nos começos do século XX, com a exploração do látex das árvores da floresta amazónica.

A Primeira Guerra Mundial também trouxe benefícios económicos, uma vez que o conflito que se fazia sentir provocou o desenvolvimento das exportações de matérias-primas e bens essenciais, além de fomentar a produção fabril, como consequência das dificuldades de abastecimento no estrangeiro. Esta circunstância fez acelerar o ritmo de industrialização entre 1915 e 1919[149].

[147] Idem, *Ibidem*, p. 55.
[148] Idem, *Ibidem*, p. 359.
[149] Idem, *Ibidem*, *loc. cit.*

3. A atração pelos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro

Pelos dados apresentados no ponto 1 deste capítulo, percebemos a atração dos portugueses pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O primeiro recebeu muitas pessoas que desejavam começar uma nova vida, principalmente em Santos. Esta cidade, porto de acesso ao estado paulista, seduzia também ela própria os emigrantes, devido ao processo de urbanização que atravessava e que possibilitava novas oportunidades de trabalho. A vida dos lusitanos aqui não foi fácil, pois tiveram de enfrentar a concorrência que se fazia sentir devido à alta concentração de trabalhadores. Mas a cultura do café nesse estado, empregava também muita gente[150].

Já o início do século XX, no Rio de Janeiro não foi fácil, pois a população lutava por melhores condições de vida e contra epidemias como a febre-amarela, mas é também nesta altura que este estado se começa a modernizar. A nível económico o comércio tinha muito peso.

Assim, podemos concluir que tal como aconteceu em São Paulo, também no Rio de Janeiro foi a modernização e o dinamismo económico que atraíram os emigrantes portugueses.

4. Outros destinos no mundo para além do Brasil

Além do Brasil, outros locais foram escolhidos. No caso do sexo masculino, a América do Norte foi o segundo sítio com maior percentagem, registando 11,17%. Aí chegados, os portugueses dirigiam-se para os estados de Massachusetts, Nova Iorque e Califórnia[151]. Quem ia para os E.U.A. era proveniente de várias partes do distrito: Penacova, Coimbra, Figueira da Foz, Tábua, Arganil e Lousã.

É importante referir que a partir de 1910, e apesar de o Brasil continuar a ser o destino preferido, a emigração começa a dirigir-se, ainda que em pequena escala, para o Norte do continente americano. Em 1911, o número de indivíduos que a nível nacional vão para a América do Norte foi de 2.465 (4,98%), no ano seguinte baixou ligeiramente

[150] Matos, Maria Izilda Santos de, *Portugueses, Deslocamentos, Experiências e Cotidiano: São Paulo séculos XIX e XX, cit.*, p. 123-124.

[151] Não é possível apresentar a percentagem para cada estado americano porque os passaportes raramente dão essa informação, dizendo na grande maioria das vezes o seguinte: "América do Norte". O mesmo acontece para o sexo feminino e para os menores.

para 3,46% e em 1913 atingiu os 5,59% com 3.791 emigrantes[152]. Pelos dados mencionados, nota-se que o distrito de Coimbra seguiu o padrão da emigração portuguesa, sendo a América do Norte geralmente o segundo local mais escolhido.

África foi o terceiro ponto do globo para onde rumaram mais indivíduos do distrito coimbrão (5,41%). Destacam-se as colónias portuguesas de Angola, Moçambique e Cabo Verde, embora esta rota não tivesse muita adesão no período em estudo, devido à ideia que existia do mesmo: "terras de febres e degredados"[153]. Para aqui partiam homens naturais de Arganil, Figueira da Foz, Penacova, Soure, Condeixa-a-Nova e Figueiró-dos-Vinhos (distrito de Leiria).

Para a Europa se encaminharam-se 4,69% dos emigrantes do distrito de Coimbra, concretamente para a Suíça, Espanha, França e Inglaterra. Nos registos de passaportes nem sempre se esclarece qual o país europeu de destino, registando-se que ia "viajar pela Europa", presumindo-se que estas situações não eram de emigração. Já quando se sabe que é para a Espanha que se dirigem é possível ler-se: "subir pela via terrestre para a Espanha"[154]. Nestes casos também é possível que não se trate de turistas, até porque as suas profissões são na sua grande maioria ligadas ao comércio. Eram provenientes da Figueira da Foz e de Coimbra e há também um caso em que a naturalidade do individuo é Mirandela.

Por fim, a América do Sul[155] (Argentina) também é mencionada com 0,36%, assim como "viajar pelo estrangeiro" apresenta 0,24%. Em relação à Argentina, Bento Carqueja diz que entre 1890 e 1905 saíram para este país 3.508 portugueses. Um número muito reduzido se se comparar com o que se passava noutras nações europeias. Quem se deslocava para a Argentina era natural dos concelhos de Coimbra (mais propriamente de Ceira) e de Penela. Há ainda um caso de Santarém.

A América do Norte também foi o segundo território mais escolhido pelo sexo feminino, mas apenas com 4,11%. Estabeleceram-se nos mesmos estados que o sexo masculino. Estas mulheres eram naturais dos vários concelhos do distrito: Coimbra, Arganil, Tábua, Góis, Lousã, Oliveira do Hospital e Figueira da Foz, mas também de

[152] Carqueja, Bento, *O povo portuguez*..., cit., p. 406.
[153] Vaquinhas, Irene Maria, *Violência, Justiça*..., cit., p. 113.
[154] AUC, Registos de passaportes de 1914, 1915, 1916, 1917 e 1918.
[155] Optei por analisar a América do Sul sem o Brasil, para que fosse possível perceber o peso deste país na emigração nacional.

outros locais que pertenciam a outros distritos ou até países: Seia, Ansião e Brasil. Segue-se a França e Espanha com 2,68%, África (1,63%), Argentina e "viajar pelo estrangeiro", ambos com 0,19%. A proveniência destas mulheres era diversificada: Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Angola e Índia portuguesa.

Com os menores, o cenário pouco se altera: 7% escolheu a América do Norte, 6% a África, 1% a Europa (Espanha) e outro tanto a Argentina. Estas crianças e jovens eram provenientes de vários locais do distrito de Coimbra (Oliveira do Hospital, Penela, Lousã, Figueira da Foz) e de Lisboa.

Em jeito de conclusão, importa dizer que o Brasil era hegemónico na preferência dos emigrantes que deixavam Portugal nesta altura e que o distrito de Coimbra se insere nesse modelo. Mas outros locais, embora com valores muito reduzidos, e que na segunda metade do século XX irão impor-se, como África e a Europa (deixando as terras de Vera Cruz em segundo plano), começam também a atrair os portugueses e os homens e mulheres do distrito de Coimbra.

Capítulo V: O emigrante, o regresso, a saudade e a família nas cartas de chamada

O meu fascínio pelas cartas de chamada começou quando ainda frequentava a licenciatura, pois na minha opinião são documentos cativantes porque nos dão informações do quotidiano na primeira pessoa e deixam transparecer sentimentos impossíveis de apreender nas fontes de natureza administrativa. Não podia, pois, deixar de as incluir na minha pesquisa.

Para desenvolver este capítulo procurei essas cartas no Arquivo da Universidade de Coimbra, onde recolhi 31[156] que se encontram em caixas denominadas "Documentos de passaportes"[157]. Nestas, o número de documentos é enorme e as missivas acabam por passar despercebidas. No entanto, consegui reunir dez de 1914, catorze de 1915, seis de 1917 e apenas uma de 1918.

1. Aspetos comuns a todas as cartas de chamada

Ao explorar as várias cartas de chamada, repara-se que têm alguns aspetos em comum. O primeiro que gostaria de mencionar é de natureza formal: a datação. Em todas as missivas é apresentada da seguinte forma: local onde se encontra o autor, o dia, o mês e o ano: "Cravinhos 4 de Dezembro de 1914"[158], "Santa Adelia 1=2=915"[159], "Glancester 15-12-1917"[160] ou " Rio de Janeiro 13 de Janeiro de 1918"[161].

Mas a estrutura das cartas apresenta outras fórmulas invariáveis, como a saudação. Os maridos dirigem-se às esposas deste modo: "Minha querida mulher"[162], "Minha querida esposa"[163], "Minha querida mulher do meu coração"[164], "Minha boa

[156] Em anexo, encontram-se 27 cartas, as restantes devido ao seu tamanho não foi possível anexar.
[157] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[158] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[159] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[160] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1917.
[161] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1917
[162] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1917.
[163] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[164] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.

mulher"[165], O início do corpo da carta é estereotipado, revelando algumas grandes dificuldades de escrita:

> "Escrevote esta carta para saber de tua saúde e dos pequenos eu graças a Deus bem"[166];
>
> "Em primeiro lugar muito estimo a tua saude e dos nossos filhos que a minha ao fazer desta é boa graças a Deus"[167];
>
> "Maria muito estimo que ao receber de esta minha carta estejas no goso de uma perfeita saude na companhia do nosso querido filho que eu ate a data fico bom felizmente"[168];
>
> "Em primeiro do que tudo estimo que estejas de perfeita saude em companhia dos nossos filhos que a minha ao fazer desta é bôa graças a Deus para sempre"[169];
>
> "Com moito gosto i halegria vóu mandar lansar a mão a pena somente para saber da tua feliz saude na companhia dos nosus filhos que a minha é bóa grasas a Deus para sempre"[170];

Apesar das convenções epistolares, percebe-se um certo carinho por parte do marido em relação à esposa que ficou em Portugal. Claro que há casos em que as palavras de amor não são tão constantes, mas normalmente na saudação inicial do manuscrito, e mais tarde ao despedir, nota-se sempre algum afeto.

Diria que existem três fórmulas de despedida, duas delas carinhosas, embora uma mais que outra, e uma mais fria. O imigrante mandava lembranças ou recomendações para toda a família e no fim despedia-se da mulher e dos filhos assim: "Beijos aos nossos filhinhos"[171], "e as minhas [lembranças] para contigo só a vista terão fim. Deste teu marido que a vida vos deseja por muitos anos"[172]. Esta última expressão das saudades que "só a vista terão fim" é muito usual. Mas o adeus podia limitar-se a um abraço ("aceita um abraço deste teu marido"[173]) ou a um remate seco: "Com isto não te enfado mais teu marido que remete"[174].

As cartas terminam com o reconhecimento da assinatura por um notário, depois de duas testemunhas terem confirmado a sua veracidade e, ainda, a da morada

[165] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[166] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[167] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[168] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[169] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[170] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1917.
[171] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1917.
[172] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[173] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[174] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.

declarada. Tal procedimento transformava um manuscrito privado num instrumento legal que permitia à esposa ir reunir-se ao marido. Assim sendo, nunca se saberá até que ponto esse facto condicionava o seu teor.

2. "Vem ter comigo mulher"

Nos documentos que recolhi, o homem, chefe da família segundo o ordenamento jurídico da época, na grande maioria das vezes chamava para junto dele a mulher, mas existem situações em que chama um/a filho/a ou, ainda, casos raros, em que é a esposa que pede para se reunir ao marido.

Quando é o homem a chamar a mulher, é possível perceber que foi uma resolução ponderada e se trata de uma ordem:

> "assim que esta recebas trata de arranjar a tua vida para vires para a minha companhia"[175];
>
> "Esta carta é para tu embarcares para aqui"[176];
>
> "i o que rezolvo é o seguinte eu por emquanto não poço hir ahi i por isso mesmo quero que tu venhas para aqui por que agora nas condições que tu ahi ficaste quero que venhas para aqui o mais breve pocível"[177];
>
> "… por isso rezolvi mandar-te passagem para embarcares para o Brasil. Tendo já dado providências para receberes ahi as passagens eu mesmo as mandei directamente juntamente com a carta que servirá para tirares passaporte"[178].

O outro cenário que referi, o de ser a esposa a solicitar ao marido para ir ter com ele, pode ser exemplificado com este trecho: "Joaquina, eu aqui arrecebi a tua carta pedira ma para bires para a minha companhia"[179].

Importa dizer que, normalmente quando o elemento do sexo feminino se deslocava para junto do seu cônjuge, levava consigo os filhos. Destaco este caso em que o autor chama a esposa e o filho para o Brasil com uma alegria que perpassa para o papel e que se sente como sendo verdadeira:

> "Meu querido filho então tu ão receber dessta minha carta ficaras satisfeito mais tua querida mãe porque bos mando bir para a minha companhia querida esposa

[175] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[176] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[177] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[178] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1917.
[179] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.

> enchete de curajem não tenhas medo do mar que agora e tempo do mar estar manço que gosto eu tenho em tu bires ter comigo"[180].

Para que o reencontro da família fosse possível era necessário haver dinheiro suficiente para a viagem. Em certas circunstâncias, o imigrante ia enviando algum para Portugal: "Mando-te seis mil reis para a viagem"[181]; "Enviei a meu pai 120 escudos para que logo que te seja possível embarques para o Rio de Janeiro a onde te irei esperar"[182]; "Jumto te envió 100 dolares para a tua passagem e dos pequenos"[183].

No entanto, há casos em que a única solução é pedir emprestado a familiares ou conhecidos ou, então, vender o que for necessário até se obter a quantia desejada:

> "Maria se te deverem algum dinheiro tu pedio as ovelhas e galinhas que tenhas vende tudo"[184];
>
> "Pois enquanto ao dinheiro da tua passagem e das crianças pois se não achares quem to empreste podes vender aquillo que eu herdei da parte da minha jente"[185];
>
> "Maria devido a viagem eu agora não arrecebi dinheiro para te mandar por que este anno paçado as couzas estiveram pecimas agora o que tenho ganho bou receber so em maio mas tu fala com o tio Castanheira i vende ahi o que quizeres ate que tenhas para a viagem tua i do filho se tu queres vende a quinta"[186].

O marido, ao pedir à esposa para ir para junto de si demonstra sempre algum afeto porque são muitas as situações em que, como se vê, é necessário vender os poucos bens que possuíam. Ora, tal situação devia ser difícil, tanto para o marido como para a esposa, pois era um grande risco vender tudo o que tinham e deixar tudo para trás, sem saberem se esta "aventura" iria correr bem ou se, por outro lado, teriam de voltar mais tarde e sem nada.

Depois de ultrapassada a questão monetária, os maridos davam algumas indicações sobre a companhia que deviam trazer consigo durante a viagem:

> "Como o Manoel Balrraventa também vem para cá, aproveita e vem com elle por que vens muito bem acompanhada máis os nossos filhos"[187];

[180] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[181] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[182] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[183] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[184] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[185] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[186] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[187] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1917.

> "Se não quiseres vir sozinha pede ao meu irmão […] que te acompanhe que eu lhe pagarei todas as despesas que elle fizer com a viagem a mar caminho de ferro etc"[188];
>
> "vem o mais breve possível que eu cá te espero todos os dias. Também seria bom veres se encontras uma boa companhia para tu vires mais animada"[189].

Neste último excerto nota-se a preocupação do marido com o bem-estar da esposa, pois recomenda-lhe uma boa companhia para a viagem, até para que esta seja feita sem cair em receios ou melancolia.

Os homens faziam ainda outras recomendações, como esta, tão impressiva: "agora se resólveres a vir vai tu ja sabes o que é fas de conta que fostes dar um paseio a mais os nosus filhos"[190]. O redator desta carta poderia não querer que se soubesse na terra desta viagem porque de certa forma esta família poderia deixar algum tipo de dívidas e a partida da família não ser bem vista pelos conterrâneos. Importa referir que muitos indivíduos deixavam a decisão de partir para junto deles ao arbítrio das mulheres, estas é que tinham por assim dizer a "palavra final".

Outro conselho dado por um dos homens e que me causou alguma estranheza aparece numa carta em que se dirige à esposa e outra mulher, que se presume que seja cunhada, cujo marido também estava no Brasil: "… fallen com o Carlos mas talves seja melhor partirem como solteiras"[191]. É possível que este expediente servisse para facilitar procedimentos burocráticos que poderiam vir a complicar a partida das duas mulheres, mas isto não passa de uma suposição minha.

Assim sendo, após o cônjuge chamar a esposa e/ou os filhos para perto de si, reunido o dinheiro necessário e uma companhia adequada, poder-se-ia iniciar a tão esperada viagem.

3. O transporte de imigrantes

Ligada ao tema da emigração está a questão dos transportes. Em que condições seria realizada a viagem? Para responder, é importante perceber a evolução dos meios

[188] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[189] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[190] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[191] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1917.

de locomoção marítima. Mas também as cartas de quem já fizera a viagem nos fornecem elementos preciosos. Disso iremos, pois, tratar neste subcapítulo.

3.1. A evolução dos transportes e a emigração

Na segunda metade do século XIX o setor das comunicações e transportes sofreu mudanças significativas, em consequência da propagação e desenvolvimento da tecnologia industrial.

No nosso país tais transformações também se fizeram sentir, levando à alteração dos meios de informação e deslocação dos emigrantes. Antes da adoção dos barcos a vapor, o transporte de pessoas que se dirigiam para o Brasil ou Estados Unidos da América era feito em veleiros. Eram, na sua grande maioria, embarcações de 200 a 400 toneladas com capacidades para 100 e 200 indivíduos[192]. As condições não seriam as melhores, pois as pessoas pernoitavam no chão do porão que se caracterizava por ser atravancado, escuro e sufocante[193]. A juntar à falta de espaço e higiene, a alimentação praticada também não era a melhor: arroz e biscoito duro, carne e peixe salgado. E não havia mesas onde se pudesse comer comodamente.

As viagens feitas num veleiro eram lentas e estavam condicionadas pela inconstância do tempo e das correntes marítimas. Assim sendo, o período da locomoção variava de acordo com as conjunturas naturais, independentemente da tipologia do navio. Exemplo disso é a barca nacional, *Linda*, que fez o mesmo trajeto do Pará a Lisboa, na mesma altura do ano, em 38 dias em 1863 e em 50 dias em 1876[194].

No que diz respeito aos vapores e à sua implantação, não há uma data coincidente para diferentes cargas, passageiros e rotas. Ou seja, a substituição do veleiro pelo vapor não foi uma mudança imediata em todos os sentidos. Para deslocamento de emigrantes entre Portugal e o Brasil, a transição iniciou-se com os paquetes dos anos 50, mas teve o seu maior pico na primeira metade da década de 60 do século XIX[195].

[192] Leite, Joaquim da Costa, "O transporte de emigrantes...", cit., , p. 742.
[193] Idem, *Ibidem, loc. cit.*
[194] Idem, *Ibidem, loc. cit.*
[195] Idem, *Ibidem*., p. 747.

Atravessar o Atlântico num vapor proporcionava muito maior conforto aos passageiros. Era mais veloz, o que tornava a viagem mais curta e mais suportável no aspeto físico e psicológico. Este método de transporte era também mais previsível nas rotas e tempos de viagem, o que aumentava o sentimento de segurança de quem embarcava.

Além disso, o bem-estar era superior ao dos veleiros. Os passageiros podiam dormir em beliches e comer pão fresco, que se deduz que fosse fabricado no próprio barco, algo que o veleiro não podia oferecer. Existia também mais espaço onde se podia andar ou conversar. Nos finais do século XIX este meio de transporte vai inovando e melhorando em termos tecnológicos: a eletricidade e refrigeração são só alguns exemplos disso. Acabaram também por se tornar maiores e mais potentes.

Num primeiro momento, Portugal não se adaptou da melhor forma aos vapores, pois sendo capaz de construir, armar e gerir uma extensa frota de veleiros, não tinha capacidade para assimilar a nova tecnologia que exigia mais capital e organização. A situação viria a mudar nos finais do século XIX, o que se reflete nas cartas de chamada analisadas, uma vez que não existe qualquer referência aos veleiros mas sim aos vapores. Consegue perceber-se, pelos mesmos documentos, que o porto onde embarcavam os emigrantes provenientes do distrito de Coimbra era o de Lisboa.

Em alguns manuscritos, o próprio marido recomenda à sua esposa o tipo de embarcação que deve escolher: "Mas vê se embarcas num vapor Englez"[196]; "ve se podes vir em vapor que seja Holandêz por que são os que fazem milhor viagem podendo ser"[197]. Estes conselhos, de quem sabia do que falava, podiam ser determinados pelo nível de conforto que cada um deles oferecia, pelo preço do bilhete ou pela duração da viagem.

Nos inícios XX, os veleiros já estavam, pois, "ultrapassados". Agora, quem brilhava eram os paquetes. O trajeto entre os dois países podia ser feito em três semanas e, se o navio não fizesse escala em portos intermédios, duraria somente duas, o que era fantástico para a época em estudo[198].

[196] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[197] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[198] Leite, Joaquim da Costa, "O transporte de emigrantes...", cit., p. 746.

3.2. Cuidados a ter durante a viagem

Quando se analisam as cartas de chamada, ressaltam os conselhos que os homens dão às esposas em relação à viagem. Alguns são sobre os filhos: "Toma muita cautela com as crianças na viagem"[199]. Outros de caráter financeiro: "traz sempre algum dinheiro para bordo porque sempre pode ser nesseçario para comprar qualquer coisa para ti e para as crianças"[200] ou "Tu tras mais 10,000 ou 20,000 reis. Antes sobre que falte"[201].

Na viagem era também necessário ter alguns cuidados com a bagagem e com os bens de valor: "Toma conta com o ouro traz elle ao pescosso mas todo por dentro da roupa e as malas amarradas com corda em Lisbôa para não ser abertas manda tirar uma guia"[202]; "tem muito cuidado com o teu ouro"[203]; "na viagem cuando for para imbarcar da barca para o navio tu pede a um marinheiro que te leve a roupa no cimo da escada do vapor que elle ta leva por 100 ou 200 rs"[204].

Mas o que mais me impressionou numa das cartas de chamada que recolhi foi a consciência que tem quem a redige no que toca às doenças provocadas pela alimentação a bordo, pois indica à sua esposa o que tem que comprar em Lisboa para as prevenir: "Tu em Lisbõa compra fructas limão e laranjas e aseitonas para ti e para o nosso filho e bastante pão torrado"[205].

Por fim, havia homens que procuravam sossegar as esposas, provavelmente atemorizadas pela promiscuidade do barco: "não tenhas medo em viagem tu damdo te ao respeito tambem és respeitada"[206].

3.3. "Diz-me em que vapor vens para te ir buscar"

[199] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[200] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[201] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[202] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[203] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[204] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[205] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[206] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.

As palavras de carinho podem até ser raras, mas existem situações em que o leitor consegue entender que o sentimento implícito está lá. Penso que é isso que acontece com a preocupação respeitante ao que pode acontecer a quem vai. A apreensão não se encontra expressa diretamente nos documentos, mas percebe-se quando em quase todas as cartas o marido pede à mulher para o avisar do vapor em que vai: "Cuando tu viheres tu me escreve 8 ou 15 dias antes o mandame dizer o vapor que vems para eu te ir esperar em Santos"[207]; "manda me dizer no dia em que saiam de Lisvoá e o nome do vapor que é para ajente vos ir esperar a vordo"[208]; "Coando resolver a vir manda-me dizer o dia e o nome do vapor para eu te ir esperar em Santos, logar ahianda não deztinado mas daqui até então se arranjar"[209]; "…mandem dizer o vapor"[210].

4. A nova vida do emigrante português

As cartas de chamada são uma fonte que nos permite avaliar as condições de vida dos emigrantes, os trabalhos que realizam e ainda algumas das suas peripécias no dia-a-dia. Depois de as ler, percebi que muitos homens defendiam que, apesar da vida no Brasil não ser fácil, sempre era melhor do que estar em Portugal. E isso é visível nestes excertos provenientes, respetivamente, de Niterói, Rio de Janeiro, Cravinhos (município de São Paulo) e São Paulo: "de ganhos, não está muito bom, mas sempre está melhor do que em Portugal"[211]; "nos cá sempre nos arranjamos"[212]; "bem sei que te custa mas tem paciencia por que tu sabes que nós aqui governemos-nos melhor do que ahi"[213]; "as coisas aqui já estão como antigamente mas sempre se ganha mais alguma coisa do que nas nossas terras"[214]. Percebe-se também, ao explorar estes manuscritos, que o custo de vida no Brasil era maior, porque são imensos os pedidos de bens por parte de quem já se encontra lá fixado. A solicitação que é feita com mais frequência é a de vestuário e de roupa de cama, dizendo-se expressamente que este tipo de produtos era mais dispendioso no Brasil:

[207] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[208] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[209] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[210] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1917.
[211] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[212] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1917.
[213] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[214] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.

> "Trasme uns pares de meias e lenços brancos e de cor toda a roupa que poderes"[215];
>
> "agora tu fáz como te digo arroupa da cama traz a que poderes porque aqui é mais cara"[216];
>
> "compra roupas para ti e para a menina antes demais que ahi sempre são mais baratas e a mim trás tambem algumas roupas branca que é o que mais cá presiso"[217];
>
> "Que venha prevenida com fatos que cá são muito caros e que traga 2 camisas pro Mario e ceroulas e pra mim tambem algumas camisas"[218];
>
> "calças dis que é meia duzia, uma de cada qualidade e que mande dizer quanto custa que é pra elle mandar o dinheiro e pediume para eu te mandar dizer que lhe comprases panno para 6 bluzas uma de cada qualidade que é para fazer aqui mas é panno egual ao das outras que lhe fizerão ahi"[219].

Embora a roupa fosse o bem mais requisitado, também se pediam outros objetos. Pode ler-se, por exemplo, numa carta redigida em 1915 no Rio de Janeiro e dirigida à mulher: "em cuanto a bicicleta se a poderes trazer, trás, e se não poderes deixe-a ficar ou fas-lhe o que entenderes"[220].

De outro manuscrito que foi redigido em Santos, também em 1915, a encomenda é de um par de brincos e um livro de marcar: "A tia Rozaria manda-te pedir para tu comprares um par de brincos para a Maria mas que não sejam muito caros bem como um livro de marcar"[221]. Já noutra missiva proveniente da mesma cidade pedem-se sementes: "não tte esqueças das somentes que ja te pedi qu´e alfaçe e fajão […] e irvilha e couve femia"[222].

Como se pode ver, as solicitações eram muitas e variadas, o que se explica, como disse, pelo custo inferior que tinham em Portugal.

O trabalho realizado no Brasil dependia da região em que se encontravam, mas sabe-se que os portugueses tiveram tendência para se concentrar no estado de São Paulo, mais propriamente na cidade de Santos. No ano de 1914, os habitantes deste município brasileiro eram 88.697; desses, 23.000 eram originários de Portugal. Já seis

[215] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[216] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[217] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[218] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[219] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[220] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[221] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[222] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.

anos mais tarde, 58% da população da mesma cidade era lusitana[223]. Santos era (e é) o maior porto de mar do estado de São Paulo. Além disso, a concentração de imigrantes neste local justifica-se pela existência de muitas e novas oportunidades de trabalho proporcionadas pelo crescimento urbano. No entanto, os imigrantes tinham que lidar com a concorrência devido à alta acumulação de mão-de-obra.

No estado de São Paulo, as profissões dos imigrantes portugueses que se destacavam estavam ligadas ao trabalho de carpinteiros, ferreiros, ourives, sapateiros, calígrafos, alfaiates, seleiros, gravateiros[224]. Mas o sonho de qualquer pessoa que partia para o Brasil era um dia vir a ter condições para criar um estabelecimento seu e para isso acontecer eram necessários recursos financeiros. Pela leitura das cartas de chamada, percebe-se que alguns portugueses o conseguiram fazer.

Numa delas, escrita em 1914 e proveniente da cidade de São Paulo, o marido pede à esposa e aos filhos para irem ter com ele devido à "necessidade que tenho em bocês virem devido ao negócio que aqui tenho"[225]. Outra referência feita por alguém que trabalha por conta própria: "eu no serviço que estou quase não sinto a crise travalho por minha conta…"[226]. Noutra missiva que chegou de Santos é possível ler: "se tu não veis escuzas de me escrever mais porque eu conprei a parte o negosio poriço tenho de ter empregado, e poriço cuanto mais tu tte demorares mais prejuizo noz temos" (1915)[227]. Neste último excerto é notória a crueza com que o marido fala para a esposa, dando mesmo a entender que só necessita dela para o ajudar no trabalho e não demonstrando qualquer afeto pela sua companheira.

Um dos setores que fez muito sucesso entre os lusitanos no Brasil foi o da panificação. O desenvolvimento desta área no estado de São Paulo deve-se aos imigrantes italianos. Era um oficio em que os padeiros desempenhavam várias funções: tanto faziam o pão como ajudavam ao balcão e realizavam entregas ao domicilio. Esta última tarefa era muito cansativa. O entregador começava o seu trabalho por volta das quatro e meia da manhã e terminava só às duas horas mais tarde. O pão era vendido a armazéns, bares e casas particulares e o funcionário deveria ter o cuidado de agradar ao

[223] Matos, Maria Izilda Santos de, *Portugueses, Deslocamentos*..., cit., p. 124.
[224] Matos, Maria Izilda Santos de, *Portugueses, Deslocamentos*..., cit., p. 128.
[225] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[226] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[227] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.

freguês. O pagamento acontecia aos sábados, embora alguns clientes só o fizessem de quinze em quinze dias ou mensalmente[228].

A função de um padeiro era árdua, pois não havia descanso. O pão tinha de ser feito diariamente e as condições de trabalho nem sempre eram as melhores, mesmo quando se era o proprietário da padaria. Este tipo de atividade aparece numa das cartas de chamada analisadas. O marido escreve à esposa a dizer que vai abrir uma padaria em Santos: "Maria senpre chegou a ocazião de te escrever uma carta. Agora tu saberas que eu i o antonio vamos abrir uma padaria agora no dia 7 de abril uma bunita casa"[229].

Esta área alimentar teve um grande crescimento em 1915 e, por isso mesmo, os donos de padarias criaram a *União de Proprietários de Padarias de São Paulo*. Os seus estatutos foram aprovados a 9 de Março de 1915. Nesta espécie de "sindicato" discutiam-se os assuntos que mais incomodavam os panificadores, como aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial em que a farinha de trigo se tornou um produto muito caro. Este grupo deixou de funcionar em 1917 mas voltou a organizar-se em 1920[230].

Apesar de nas missivas se falar sobre negócios, só se sabe ao certo que um deles é a tal padaria referenciada. No entanto, o comércio também teve um papel preponderante na vida dos imigrantes lusos: "Falar de imigração portuguesa significa mergulhar em um espaço privilegiado: o do comércio, destino mistificado para todos aqueles que acalentavam sonhos de promoção social no além-mar"[231].

De facto, encontravam-se portugueses à frente de cafés e de mercearias, por exemplo. Vários cafés do estado de São Paulo eram de portugueses. Muitos destes estabelecimentos caracterizavam-se por serem simples, outros mais sofisticados e a ideia era reproduzir um estilo europeu. As mercearias de imigrantes portugueses estavam também espalhadas pelo mesmo estado e vendiam uma grande diversidade de produtos: frutas nacionais e importadas, laticínios, manteiga, congelados, azeite ou azeitonas[232]. Importa dizer que, dependendo da dimensão do negócio, o homem era

[228] Matos, Maria Izilda Santos de, *Portugueses, Deslocamentos...*, cit., pp.143-153.
[229] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1917.
[230] Matos, Maria Izilda Santos de, *Portugueses, Deslocamentos...*, cit., p. 147.
[231] Idem, *Ibidem*, p. 133.
[232] Idem, *Ibidem*, *loc. cit.*

auxiliado pela sua família: mulher, filhos ou até algum conterrâneo. Daí ser normal chamar a esposa para o ajudar naquilo que tinha construído longe da pátria.

Mas a atividade agrícola também tinha algum peso e muitos portugueses estavam empregados em fazendas, frequentemente na colheita do café: "bem sabes que logo estamos chegados na colheita do café e quando é na colheita do café não posso trabalhar sozinho e porisso ja fico contando contigo para vires ajudar a fazel-a"[233]; "Estamos esperando por uma bôa, assafra mas se não acabar a guerra não presta"[234]; "Eu estou collocado na fazenda Santo António do Lageado"[235].

Em relação ao sexo feminino e ao trabalho que viria a desempenhar no Brasil, pouco se sabe através das cartas de chamada por mim recolhidas, mas viu-se como alguns maridos não disfarçavam que mais lhes importava o trabalho gratuito que as mulheres iriam realizar do que outra coisa. De facto, sabe-se que as imigrantes sempre foram muito trabalhadoras, ocupando setores ligados à indústria e ao comércio. Desenvolveram também funções que são conhecidas como sendo especificamente femininas: cozinheiras, engomadeiras, lavadeiras ou "pajens" (amas). Em geral, procuravam atividades que lhes permitissem desempenhar o papel de mãe e esposa, preferindo serviços que pudessem realizar em casa, como por exemplo, doceiras, bordadeiras, floristas ou costureiras[236].

Mas nem só de ofícios se "falava" numa carta de chamada. Por vezes aparece-nos *flashes* dos quotidianos:

> "tenho de fazer comida todos os dias de madrugada e de noite para ir fazer as minhas obrigações"[237];
>
> "so em lavais de roupa pago 1000 rs por mes pagava o mesmo para me coser o pão agora coso eu mesmo de noite tenho uma vida aqui muito acanhada devido a tanto servisso venho do travalho inda tenho que faser a comida por isso estamos com duas casas a gastar por isso acho conveniente tu vires para aqui por todo o cintido enconomina-se a despesa ahi e vens-me aqui tirar desta vida penosa que estou passando"[238].

[233] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[234] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[235] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1917.
[236] Matos, Maria Izilda, "Estratégias de sobrevivência – a imigração portuguesa e o mundo do trabalho São Paulo 1890 – 1930" in Nizza, Maria Beatriz da Silva (org.), *Atas do Colóquio Internacional sobre emigração e imigração em Portugal, séculos XIX e XX*, Lisboa: Fragmentos, 1993, p. 228.
[237] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.
[238] AUC-GCC, Documentos de passaportes de 1915.

Nestes dois últimos testemunhos percebe-se um certo desespero relacionado com a realização das tarefas domésticas e, no último, a pressão para que a esposa o fosse libertar de tais funções.

A mulher que tinha visto o seu marido partir para o outro lado do Atlântico ansiava por notícias felizes, mas nem sempre isso acontecia. Duas das missivas recolhidas são exemplo disso. Datam ambas de 1914 e provêm do estado de São Paulo. Uma delas relata a doença de um filho e a outra um ferimento de bala, que o homem tentou ocultar:

> "Tereza peço desculpa em te não ter escrevido á mais tempo mas o nosso Mario adoeceu no dia 23 de setembro e steve a tempos de ahi não voltar mais teve a fevre tif mas por milagre de deus e da sr das Nacessidades está salvo evitei de ele ir para a santa casa trateio em casa dum amigo gastei muito com ele e tu ai podes imaginar a aflição que tive sem aqui ter o teu carinho"[239];
>
> "mandastes me dizer que estavas muito cintida de eu não te mandar diser que tinha apanhado um tiro pois não te mandei diser para te não aflegir quem me deu o tiro foi o Jose Doarte mas foi sem crer e não foi nada perdi poucos dias e elle pagomos todos"[240].

Os dois depoimentos mostram mais uma vez como as cartas de chamada revelam emoções e delicadeza de afetos nas relações conjugais destas pessoas que tão mal sabiam escrever, mas, mesmo assim, conseguiam transmitir o carinho, o respeito e a cumplicidade que sentiam.

O excerto onde mais claramente se exprimem as saudades que o marido sentia pela mulher foi redigido na América, não se percebendo se é a do Sul ou Norte, em 1917:

> "Olha amor eu quando vou alguma noite thiatro o meu coração está triste como a noite porque vejo os outros homens com as suas mulheres e eu tendo a minha estou aqui sosinho dando-me vontade de chorar quando me alembro disto tudo"[241].

Para finalizar, penso que será pertinente fazer uma breve referência ao mito do retorno e da fortuna. Os dois estão relacionados e são consequência de uma sociedade excessivamente hierarquizada, que se caracterizava por uma diminuída mobilidade social. A emigração é encarada, num momento inicial, como temporária,

[239] AUC/GCC/ "Documentos de passaportes"; (CX 671) 1915.
[240] AUC/GCC/ "Documentos de passaportes"; (CX 671) 1915.
[241] AUC/GCC/ "Documentos de passaportes"; (CX 686) 1917.

proporcionando a acumulação de capital que ajudaria a alterar a anterior posição social[242].

Mas, pelo que é possível perceber nas cartas de chamada, o retorno não seria algo muito pensável ou sequer desejável. Vimos como pediam às mulheres que se lhes juntavam que vendessem tudo. Numa missiva de 1915, o autor confessa à esposa que não tenciona regressar: "… se tu quiséres vir vem para aqui viver que eu ahi não me val apena para la ir eu aqui trabalho mas sempre tanho dinheiro i gósu boa saude grasas a Deus"[243].

[242] Pereira, Maria Halpern, *A política portuguesa de emigração...*, cit., p. 45.
[243] AUC/GCC/ "Documentos de passaportes"; (CX 677) 1915.

Conclusão

A emigração é um fenómeno que marca desde muito cedo a história de Portugal. Aliás, segundo Joel Serrão, que lhe demarcou cinco ciclos emigratórios, não se sabe quando começou. O período em estudo neste trabalho situa-se no segundo ciclo (1869-1918), o qual, apesar da quebra emigratória verificada entre 1914 e 1918 devido à Primeira Guerra Mundial, se caracteriza por um sucessivo crescimento. Este aumento deve justificar-se por Portugal ser nos finais do século XIX e inícios de XX um país predominantemente rural e com níveis de bem-estar muito baixos. Por isso, quem o deixava, saía em larga medida dos campos e procurava melhores condições de vida.

Percebeu-se através dos registos de passaportes do distrito de Coimbra (e através de outros estudos) que o sexo masculino era o maior agente deste acontecimento, embora nesta altura as mulheres comecem a deslocar-se mais para outras nações, maioritariamente com os filhos, mas também sozinhas em proporção elevada, enquanto os homens na sua grande maioria viajavam sem acompanhantes

Concluiu-se também que a região em estudo estava de acordo com o padrão que a emigração seguia a nível nacional em inícios do século XX: era maioritariamente jovem e os emigrantes tinham os traços físicos de um típico português da época.

O Brasil era na época o destino preferido para se iniciar uma nova vida. Era considerado pelos portugueses o local ideal para fazer riqueza, a "galinha dos ovos de ouro". Mas pelas cartas de chamadas analisadas compreende-se que nem sempre seria assim, pois muitos dos que escreviam para os familiares, com o objetivo de dar notícias e os chamarem para junto de si, diziam que o quotidiano nas terras de Vera Cruz não era fácil. No entanto, o sonho de fazer fortuna naquele local tornou-se realidade para um grande número de indivíduos que conseguiram abrir um negócio próprio. Quem não o fez trabalhava por conta de outrem em fazendas, na cultura do café, por exemplo.

Nas missivas recolhidas também é possível notar e perceber sentimentos, a saudade, a tristeza e a vontade de o emigrante voltar a rever a sua família. No entanto, há casos em que se nota desapreço do marido para com a esposa, a quem só deseja para trabalhar.

Importa dizer que as pessoas que emigravam raramente voltavam à sua pátria. Isto porque, no caso dos que tinham tido êxito, não queriam perder o que haviam construído com tanto esforço e, para os que nada conseguiram com esta experiência, era difícil regressar e admitir isso mesmo junto dos seus parentes e conhecidos. Muitos nem teriam possibilidades financeira de retorno, pois não nos podemos esquecer que, para partir, muita gente se vira obrigada a pedir dinheiro emprestado e a vender aquilo que tinha.

Com o avançar do século, a emigração persistiu com períodos mais ou menos agudos. Atualmente deixam o país milhares de jovens que anseiam por encontrar outras condições. É outra a sua tipologia social e intelectual, e já não é o Brasil o sítio mais procurado, mas a emigração em Portugal permanece um fenómeno inquietante.

Anexos

Tabelas

Tabela 1

Forma do rosto masculino	Casos
Oval	1374
Comprido	962
Redondo	160
Largo	1
Total	**2497**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil. Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 2

Forma do nariz masculino	Casos
Regular	2491
Grosso	6
Total	**2497**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 3

Cor dos olhos masculinos	Casos
Castanhos	2252
Azuis	199
Pardos	25
Verdes	11
Garços	4
Pretos	4
Cego	1
Claros	1
Total	**2497**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 4

Cor de cabelo masculino	Casos
Castanho	1528
Preto	675
Grisalho	231

Louro	44
Branco	17
Escuro	1
Ruivo	1
Total	**2497**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 5

Cor dos sobrolhos masculinos	**Casos**
Castanhos	1712
Pretos	702
Louros	45
Grisalhos	29
Sem informação	5
Brancos	3
Escuros	1
Total	**2497**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 6

Tonalidade da pele masculina	**Casos**
Natural	2458
Trigueira	34
Corada	2
Morena	2
Regular	1
Total	**2497**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 7

Profissões masculinas	**Casos**
Agricultor	1386
Proprietário	394
Carpinteiro	85
Pescador	83

Empregado do comércio	64
Operário	58
Comerciante	57
Pedreiro	56
Negociante	53
Serrador	40
Alfaiate	28
Sapateiro	25
Barbeiro	17
Serralheiro	12
Caixeiro	11
Industrial	10
Canteiro	8
Ferreiro	8
Professor	8
Padeiro	7
Motorista	5
Oleiro	5
Pintor	5
Empregado do caminho-de-ferro	4
Farmacêutico	4
Funileiro	4
Guarda-livros	4
Marnoto	4
Moleiro	4
Empregado público aposentado	3
Maquinista	3
Salineiro	3
Trabalhador	3
Engraxador	2
Estudante	2
Ferrador	2
Fogueiro	2
Ilegível	2
Ourives	2
Relojeiro	2
Sacerdote	2
Tanoeiro	2
Tecelão	2
Advogado	1
Amanuense da administração do concelho	1
Arquiteto	1
Cabouqueiro	1

Caldeireiro	1
Canastreiro	1
Carroceiro	1
Cocheiro	1
Comerciante ambulante	1
Construtor	1
Correeiro	1
Cozinheiro	1
Criado de mesa	1
Dentista	1
Empregado municipal	1
Empregado na companhia da Zambézia	1
Estucador	1
Juiz de direito	1
Marceneiro	1
Negociante ambulante	1
Seareiro	1
Tamanqueiro	1
Técnico	1
Tintureiro	1
Vigia municipal	1
Total	**2506**[1]

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

[1] Este número deve-se às profissões duplas, como está explicado em texto.

Tabela 8

Acompanhantes do sexo masculino	**Casos**
Nenhum	2014
Esposa e filhos	228
Esposa	146
Filhos	73
Não familiares	49
Outros familiares	10
Total	**2520**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 9

Forma do rosto feminino	Casos
Oval	708
Sem informação	374
Comprido	265
Redondo	72
Total	**1419**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 10

Cor dos olhos femininos	Casos
Castanho	943
Sem informação	374
Azuis	81
Pardos	11
Pretos	4
Verdes	3
Claros	2
Garços	1
Total	**1419**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 11

Cor de cabelo feminino	Casos
Castanho	648
Sem informação	374
Preto	306
Grisalho	52
Louro	31
Branco	7
Escuro	1

Total	**1419**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 12

Cor dos sobrolhos femininos	**Casos**
Castanho	950
Sem informação	374
Louro	60
Preto	32
Grisalho	3
Total	**1419**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 13

Tonalidade da pele feminina	**Casos**
Natural	1030
Sem informação	375
Trigueira	12
Clara	1
Morena	1
Total	**1419**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 14

Profissões femininas	**Casos**
Doméstica	914
Sem informação	376
Agricultora	55
Proprietária	22
Criada de servir	19
Costureira	15
Professora	6
Trabalhadora	4

Jornaleira	2
Paliteira	2
Doméstica/proprietária	1
Lavadeira	1
Modista	1
Peixeira	1
Total	**1419**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 15

Cor de cabelo dos menores	**Casos**
Castanho	446
Preto	82
Louro	25
Sem informação	2
Branco	1
Escuro	1
Total	**557**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 16

Cor dos olhos dos menores	**Casos**
Castanhos	513
Azúis	37
Pardos	4
Sem informação	2
Pretos	1
Total	**557**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 17

Cor dos sobrolhos dos menores	**Casos**
Castanhos	449

Pretos	81
Louros	25
Sem informação	2
Total	**557**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 18

Tonalidade da pele dos menores	**Casos**
Natural	552
Trigueira	2
Sem informação	2
Morena	1
Total	**557**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Tabela 19

Profissões dos menores	**Casos**
Agricultor	260
Doméstica	130
Estudante	34
Sem informação	22
Empregado do comércio	21
Caixeiro	12
Pedreiro	10
Proprietário	9
Criada de servir	9
Sapateiro	8
Carpinteiro	7
Barbeiro	5
Alfaiate	3
Canteiro	3
Negociante	3
Agricultora	2
Costureira	2
Funileiro	2
Serralheiro	2
Tecedeira	2

Trabalhador	2
Advogado	1
Carroceiro	1
Ilegível	1
Lavrador	1
Maquinista	1
Marçano	1
Praticante de farmácia	1
Relojeiro	1
Serrador	1
Total	**557**

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918.

Mapas

Mapa 1

Distritos de onde eram provenientes os homens que solicitaram passaporte (sem o de Coimbra)

Fontes: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918; http://papeis.blogs.sapo.pt/129094.html.

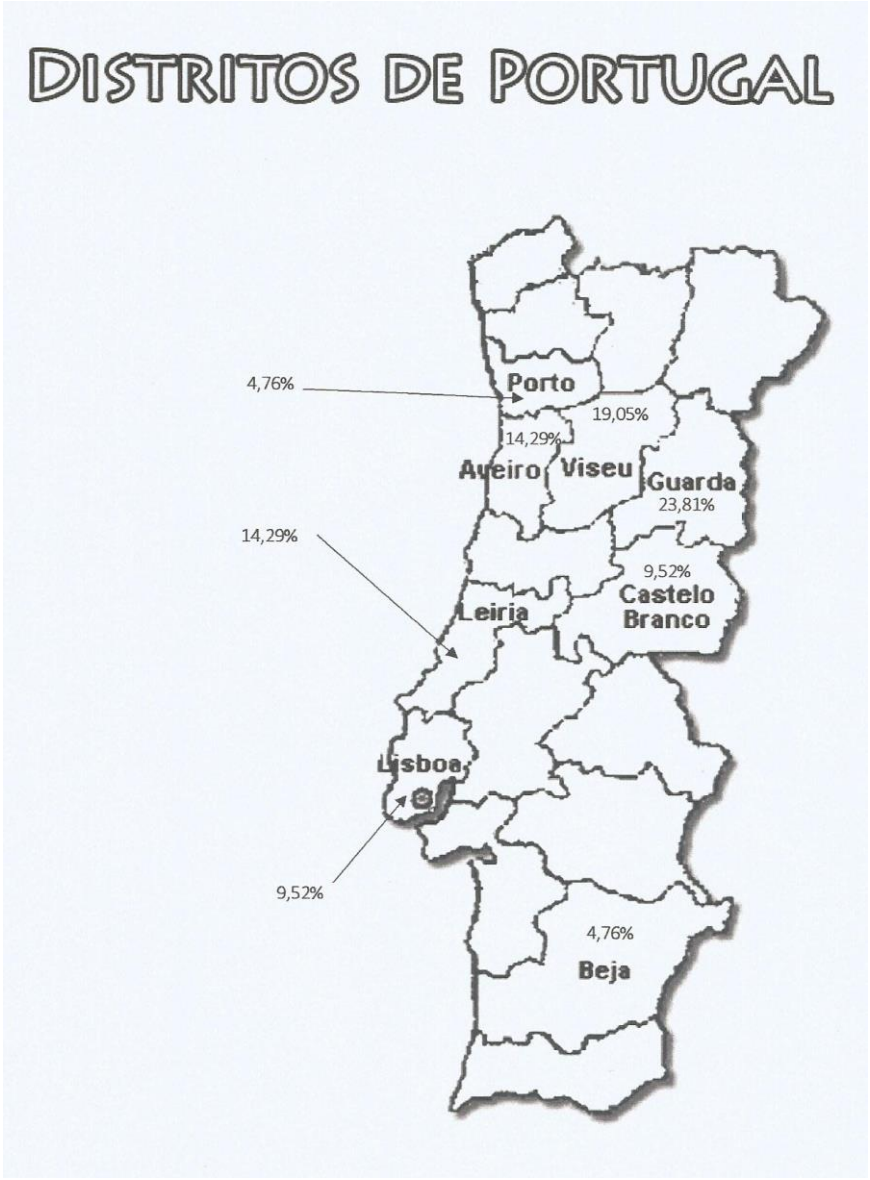
Mapa 2

Distritos de onde eram provenientes as mulheres que solicitaram passaporte (sem o de Coimbra)

Fontes: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918; http://papeis.blogs.sapo.pt/129094.html.

Mapa 3

Distritos de onde eram provenientes os menores que solicitaram passaporte (sem o de Coimbra)



Fontes: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918; http://papeis.blogs.sapo.pt/129094.html.

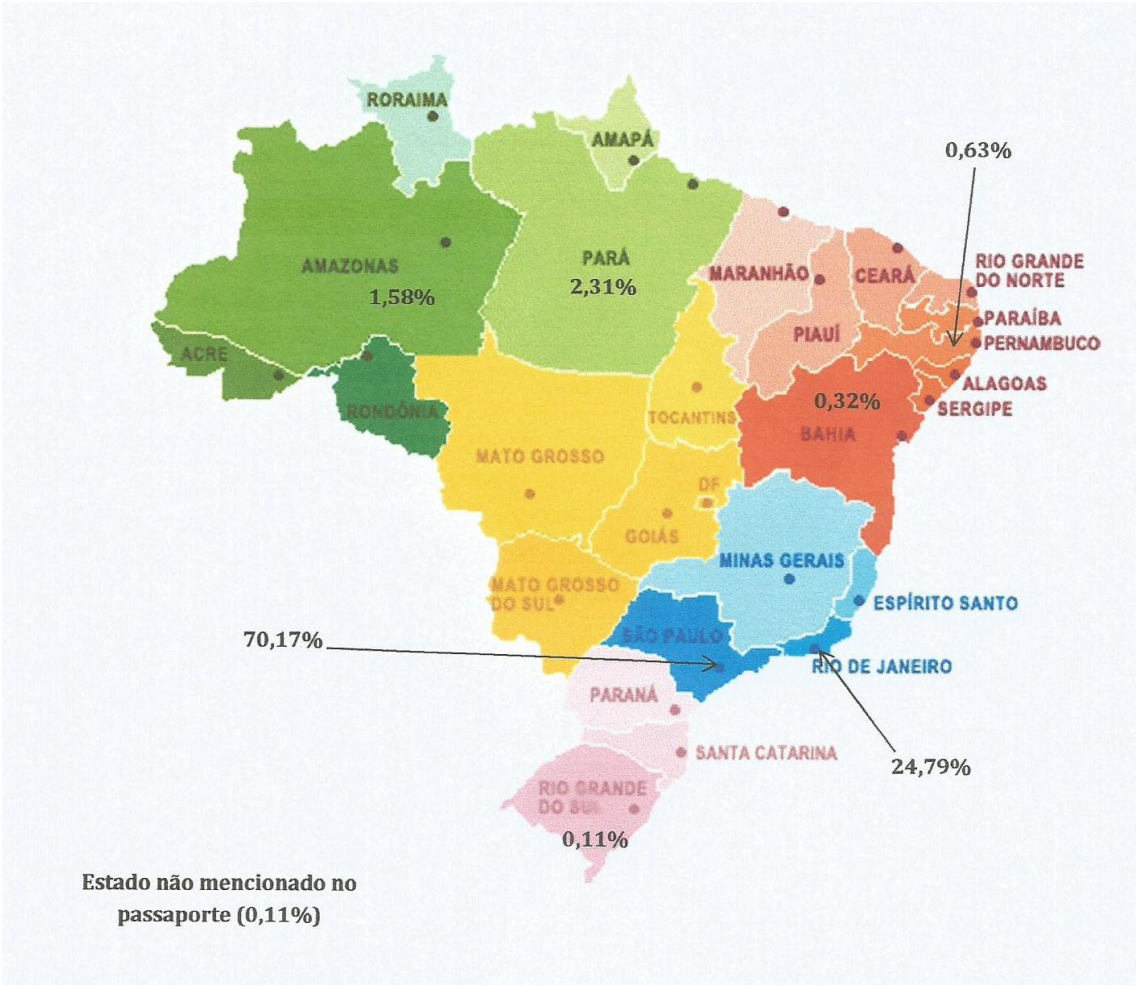
Mapa 4

Destinos da emigração masculina adulta (1914-1918) por estados brasileiros

Fontes: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918;
http://www.cbat.org.br/federacoes/default.asp?id=AM.

Mapa 5

Destinos da emigração feminina adulta (1914-1918) por estados brasileiros



Fontes: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918; http://www.cbat.org.br/federacoes/default.asp?id=AM.

Mapa 6

Destinos da emigração de menores (1914-1918) por estados brasileiros

Fontes: Arquivo da Universidade de Coimbra. Fundo do governo civil-Registos de passaportes do distrito de Coimbra 1914/1918; http://www.cbat.org.br/federacoes/default.asp?id=AM.

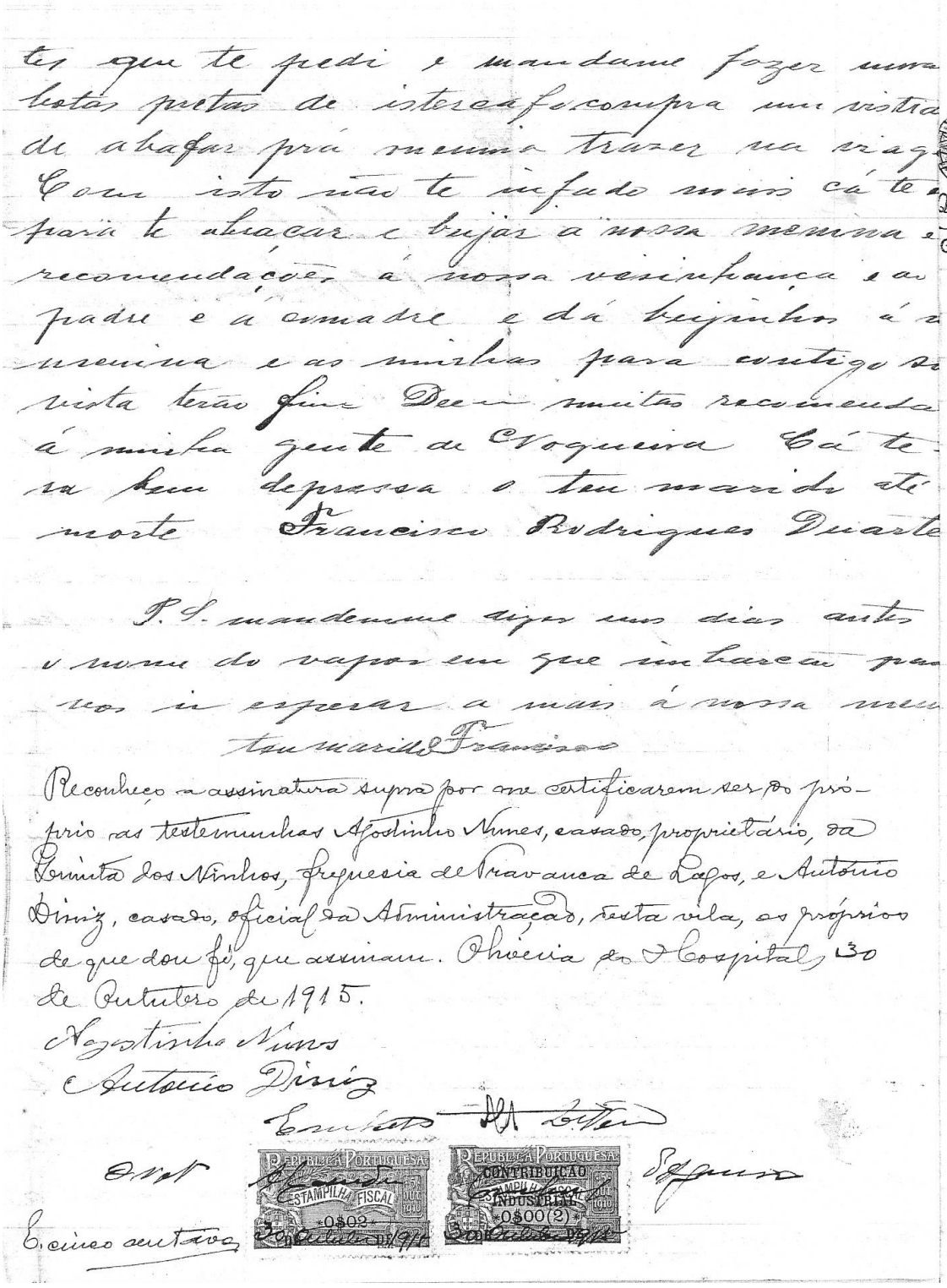
Cartas de chamada

Rio de Janeiro 25 de Julho de 1915

Minha querida Rita

Muito istimo que estas linhas mal nota-
as te vão encontrar de prefeita e feliz
nde na companhia da nossa menina
do teu pae e tua mãe que a minha ao fa-
r desta é boa graças a Deus.

Rita assim que esta recebas trata de
ranjar a tua vida para vires para minha
mpanhia não calculas a diferença que
me estas fazendo Na tua ultima car-
me dizias que logo que tivesses compa-
hia da terra ó de perto que logo vinhas.
sube aqui que vem para os principios
Otubro o Agostinho do Val do rocim a
ais a mulher e então a companhia não
de ser milhor e como o teu pae e a tua mãe
mbem teem vontade de vir venham todos
untos e se não tiverem o dinheiro todo
ençam algum que despois se mandará
que te peço é que venhas o mais breve que
nder ser, Compra roupas para ti e para a
reina antes demais que demenos que ahí
mpre são mais baratas e a mim trás tambem
lgumas roupas branca que é o que mais cá
esiso e não te isqueças de trazer as semo-
volta



Carta de chamada nº 1

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”,1915.

ADARIA E CONFEITARIA

ição em pães e doces de todas as qualidades.—
ceitam-se encommendas de doces para
amentos, baptisados, etc.—Entrega a domicilio.
PREÇOS MODICOS

PRINCEZA DO NORTE"
— DE —
FERNANDES, GOMES & COMP.

Rua Commendador Martins, 155 — Telephone N. ..... — SANTOS

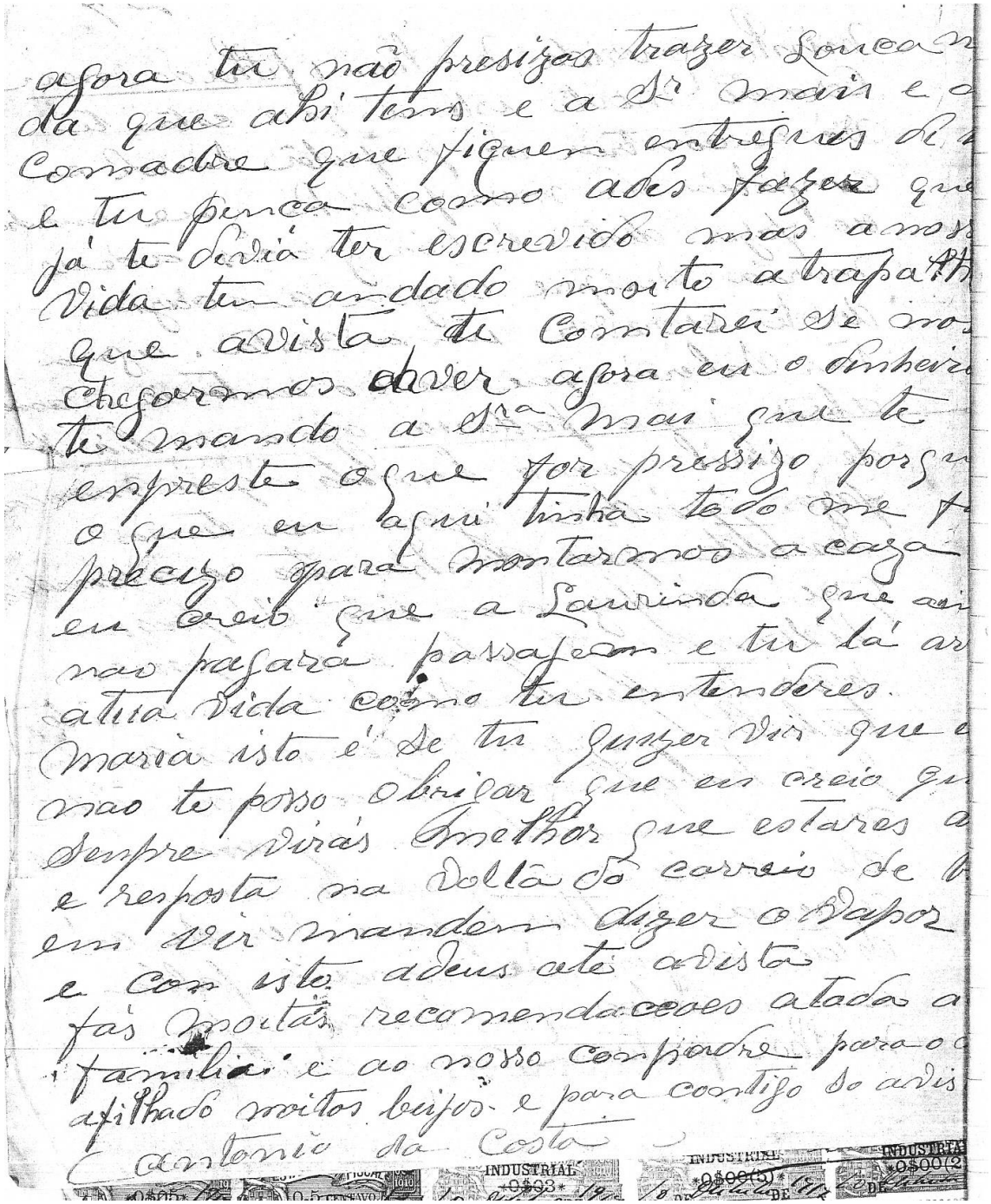
Padaria

Santos, 26 de Março de 1917

Illm. Snr.

F 7

minha querida mulher i filha do meu
Coração muito estimo que esta te
vá encontrar de prefeita saude em
compania da nossa filhinha que aminha
ao fazer desta é boa graças a deus
maria sempre chegou a ocazião
de te escrever uma carta. agora
tu. Saberás que eu i o antonio vamos
abrir uma padaria agora no dia 1º
de abril uma bunita casa que mandou
fazer o pinha agora nos temos
vontade que venhas tu e a candida
que nós fizemos isto só para
vivermos juntos e um pouco
mais tranquilo será com muito
trabalho porem fazemos de conta
que trabalhamos para nós isto
não é brincadeira e para vosses
se aviarem quanto mais
depressa melhor para ver se cá
estão no fim de maio fallem
com o carlos que talvez seja
melhor partirem como solteiras



Carta de chamada nº 2

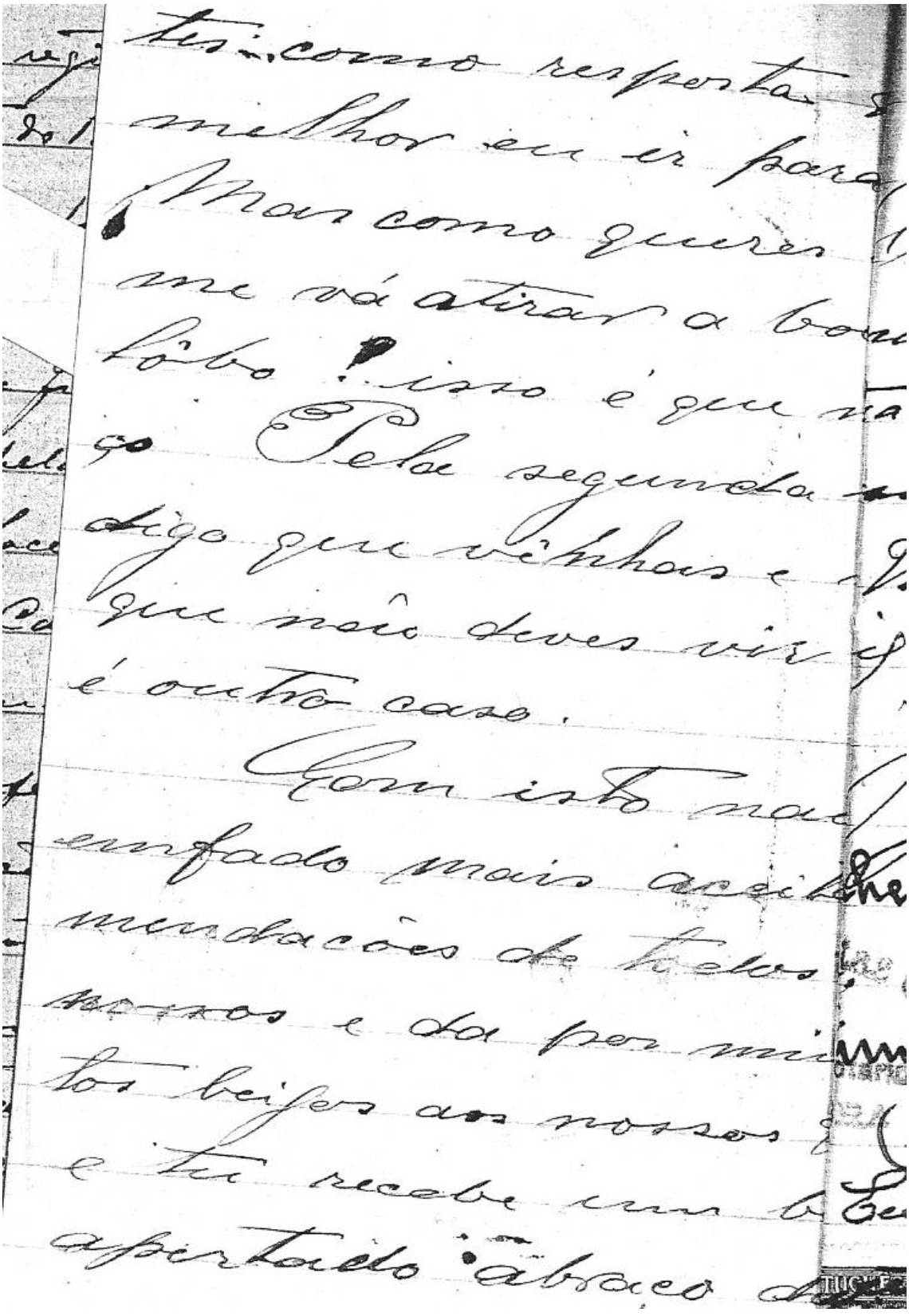
Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1917.

REPUBLICA PORTUGUESA
ESTAMPILHA FISCAL
0$10
OUT. 1910

...ntos 1 de Março de 1916

Maria

...imo muito a tua sau-
...em assim de dos
...s filhinhos que eu
...azer desta é boa gra-
...o que pode
...u fá te devi têr es-
...o a muito ~~da~~ mas
... sabes sôu um des-
...ado (tem pasciencia)
...dóutra vêz te mandei
... que em vista da gran-
...uerra seria melhor



Carta de chamada nº 3

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

Fls. 2
A Luquit

Brasil hoje dia 17 de Maio de 1915
Minha querida mulher do meo coração
com moito gosto iha legria vou mandar
lansar a mão apena sõmentes para saber
da tua felis saude na companhia dos
nosus filhos que a minha é bõa grasas
a Deus para sempre,
agora mulher eu isto isperando carta tua
não sou capás de resiber uma cã resebeu
a comadre agustia de S. Vicente uma
carta tua, pois eu aqui istou no Lugar
do Batuva na Linha de S. Antonio
de Juquiá trabalhando por minha conta
numa rossa a mais o compadre pedrõra
ja samiu o feijão i ja istemos para a susiadade
colher elle do mes de São João imdiente
vamos derobar mais mato para pelantar
milho iharrois

agora se tu vieres tras amachina não quero que tu
ahi avendas me tragas uma 12 de pares de meias i tr
uma dezia de flensos das algibeiras iho relojio pertad
tras elle tambem i compra uma corente de prata i
a estas minhas que eu ga tanho que é uma imca
da não presisas comprares roupa nevuma para tra
agora não presisas de contar para toda ajente não te
isquesas de trazer o sertidão do baptismo do menin
agora se resolveres a vir vai tu ja sabes o que e
fas de conta que fostes dar um paseio a mais os
nosus filhos agora se não vieres iscreve-me na vo
do correio sem falta alguma aminha direção e
esta Manoel Mendes Sinha S. Antonio
de Juquia Batuva Caicha da Agua istado d
S. Paulo Brasil Santos agora se quiser
escrever antes de vir iscreve por esta direção
agora a seita libransas de compadre pedrosa
ide toda a familia da lenbransas a teo pa
i tua mai i as minha conhadas i a toda a
nosa familia as minhas para contigo só a
vista terão fim da um abrasu ao nosus filhinhos
agora este teo marido Manoel mendes.

Fl. 1
Alfeguit

que eu ahi faso conta que não tenho

nada. agora se tu quiséres vir vem para

aqui viver que eu ahi não-me val a pena
para la ir eu aqui trabalho mas sempre
tanho dinheiro i gózu bôa saude grasas
a Deus. agora se tu quiséres vir vem por
todo o mes de Junho ão de Julho que é
o milhor tempo para viajes agora se tivéres
dinheiro para a pasaje vai a Figueira
ter comp o primo caiana que te abóne
o que faltar que o anno que vai ja-se
aranja aqui noma rósa dinheiro
agora as fazendas deicha ficar todo como
istava arendado i deicha apéçuração ou pai
com respeito as cazas o pai que mande ambucar
o tilhado

agora o compadre ja fes uma casa i eu isto
para faser uma tambem tu não sabes
a rósa que é mas vai a porto de Vinho
falar com o primo manoel grillo i contas
para elle que não que tumamos conta da
rosa do ~~manoel~~ Coimbra não do José coimbra
iha rósa é nósa só temos de pagar fóru
délla i fasu conta de aqui viver alguns annos
eu para portugal não vou tão de préssa
que eu agora isto gustando moito destes
Leugares por aqui. aqui ja é uma quelónia
de povuação ispéro de aqui viver agora
estes 2 meses mais tanho andado a tirar
durmentos para a companhia. eu por conta
da companhia agora Cazaré ja ca sube
que tu fazias conta commigo no
mes de Janeiro. agora tu vai ter commigo

Fls. 3

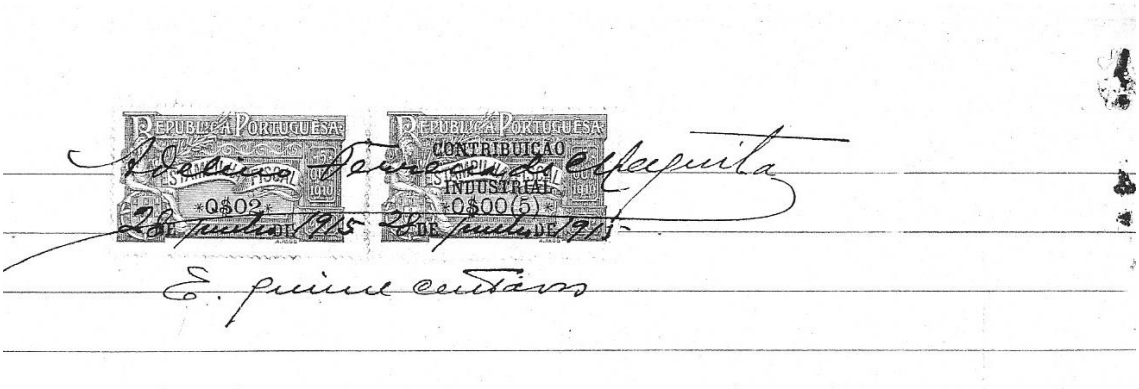
Reconheço como sendo do proprio Manoel Mendes, casado, trabalhador, do Serrião, freguezia do Paião, e atualmente ausente em Batuva, Estado de São Paulo, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, a letra e assinatura da carta que antecede, em que ele autorisa sua mulher e filhos á irem ter com ele ao Brazil, a qual me foi abonada por José da Silva Caiano, casado, proprietario, residente nesta cidade, e Antonio Ferreira de Carvalho, casado, proprietario do logar do Serrião, freguezia dita, os quais vão assinar este comigo. Figueira da Foz, vinte e oito de junho de mil novecentos e nove.

José da Silva Caianno

Antonio Ferreira de Carvalho

Em testemunho M de verdade

O notario Ade



Carta de chamada nº 4

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

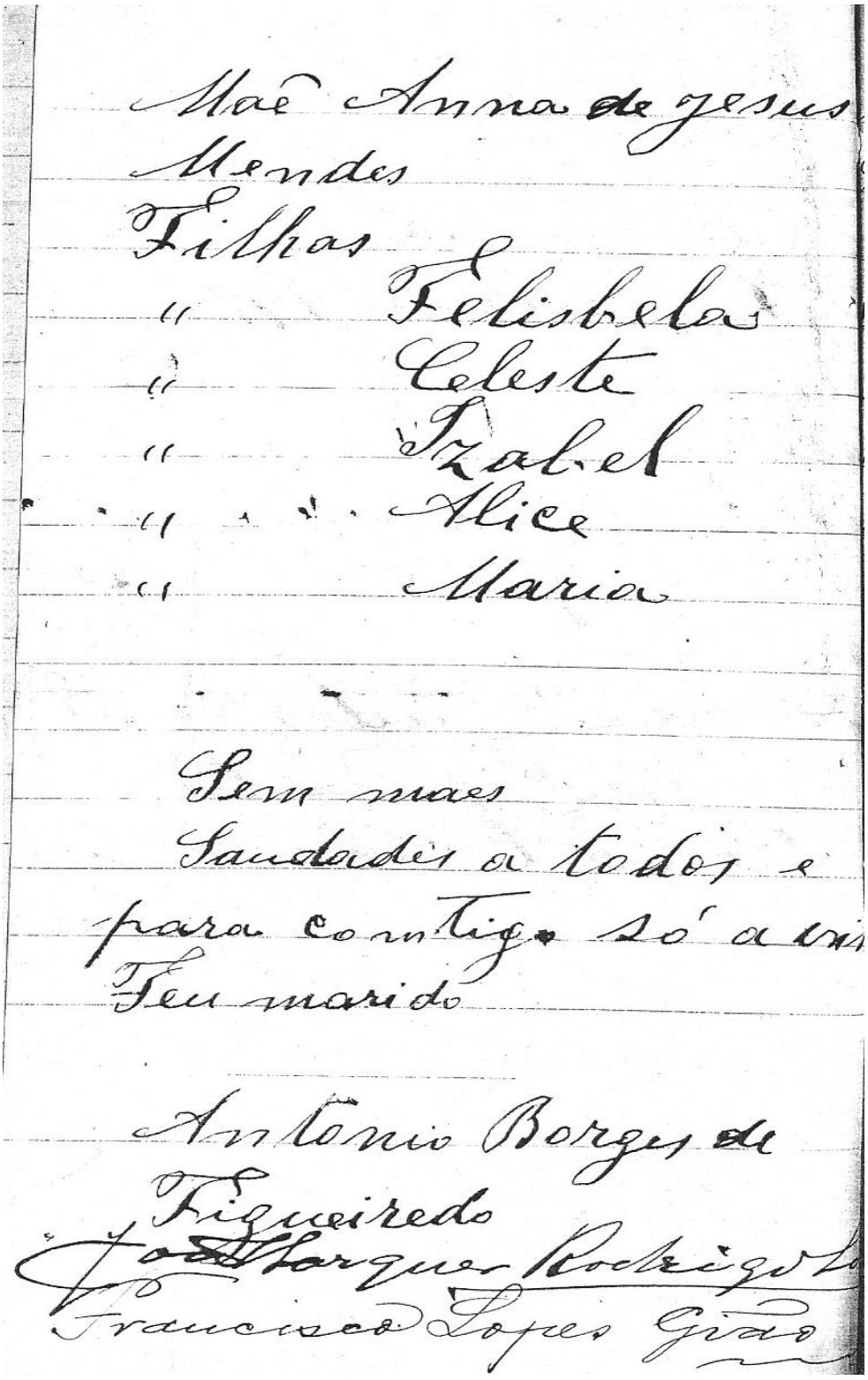
Visto. Governo Civil de
6 de fevereiro de 1912 —
O Governador Civil

REPUBLICA PORTUGUESA
ESTAMPILHA FISCAL
0$10
5 OUT 1914

1

[illegible]

...o de Janeiro
...e Fevereiro de 1915
...nna
...rtecipo-te que hoje
...esmo recebi a tua
...rta; vi que tinhas, saude
...dos nossos.
...és por cá todos bons
...erve esta para tu
...atares de arranjar a
...ua vida, e embarca
...es quando poderes
...om as filhas
...llas vê se embarcas
...n Vapor Englez


Mãe Anna de Jesus
Mendes
Filhas
" Felisbelas
" Celeste
" Izabel
" Alice
" Maria

Sem mais
Saudades a todos e
para contigo só a
Teu marido

Antonio Borges de
Figueiredo
Joaquim Marques Rodrigues
Francisco Lopes Girão

Carta de chamada nº 5

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. "Documentos de passaportes", 1915.

Campinas 2o de Junho de 1915

querida mulher eu ja te vai esplicado na carta como tu deves faser só o que eu tepesso a sim que recebas estas cartas trata logo de te arraizares vai tudo esplicado como atres faser eu mandei faser a carta o nosso Compadre porque elle estar mais o par das causas
Maria se te devereem Alguns Dinheiro tu pedio as ovelhas e Galinhas que tinhas vende tudo tu tras Alguma roupa que eu ahi tenho tras o que poderes e o resto fecha tudo dentro da Arca grande tu a sim que recebas estas 2 Cartas vai logo a ventosa falar Com a Comadre que ella te entregará o Dinheiro que for percisa para tua viagem mais a do nosso filho tu tras mais 10,000 ou 20,000 mil reis antes sobre do que falte tu em lisboa Compara frutas limão e laranjas e Asseitonas para ti e para nosso filho e bastante Pão Torrado eu espero a qui parte por todo mes de Agosto

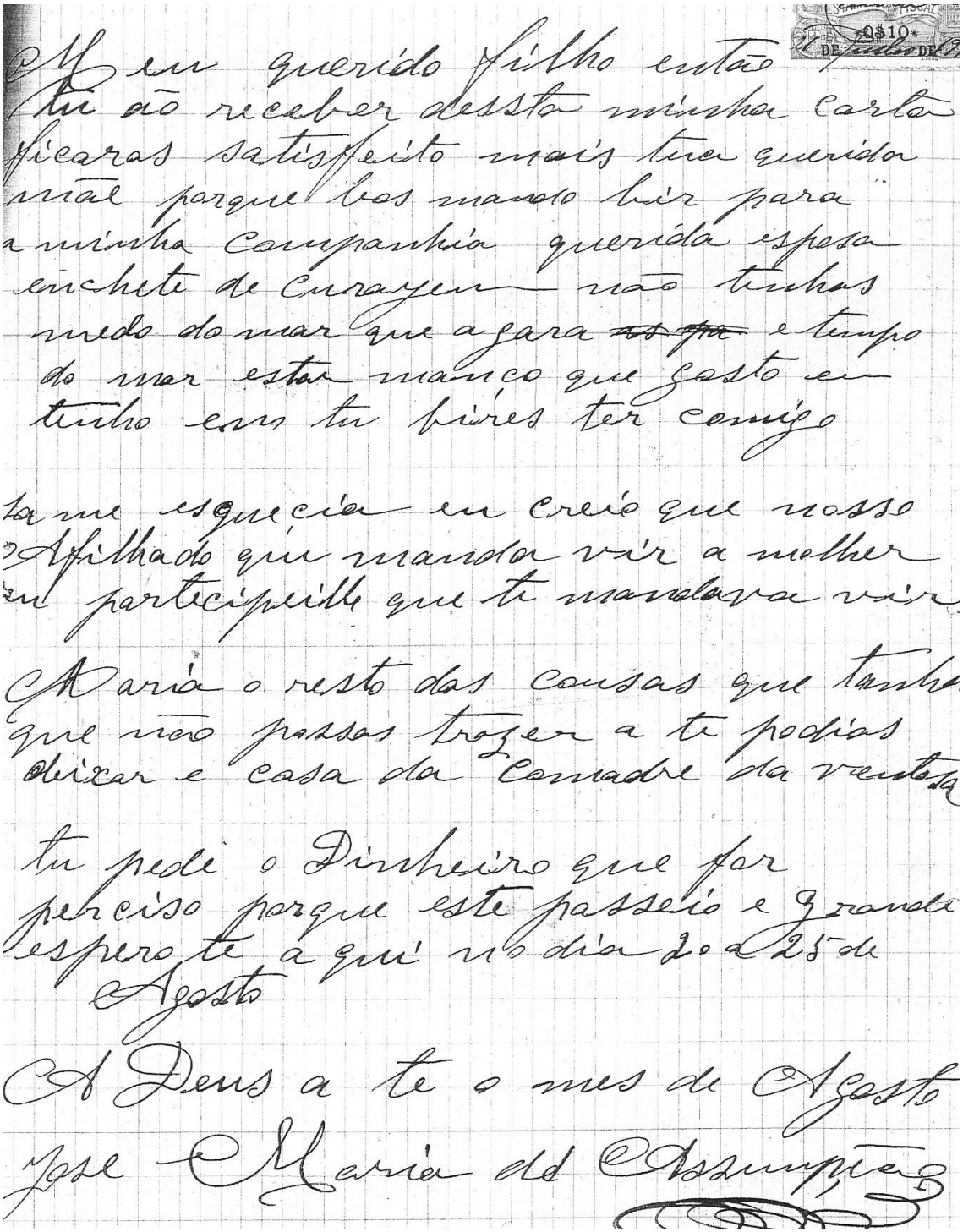
o milho e feijão que tenhas
vendido na terra. faz como tu entenderes
faz o negócio como entenderes
não te esqueças de trazer todos os Documentos podes trazer alguns retratos
tambem alguns copos milhores

tem muito guidado com teu auto
e tu quando chegares a Santos
bota logo um telegramma
comprra a viagem para Santos

eu não percisava de esplicar nada
porque na carta que me fez meu
Irmão e Comadre vai tudo
esplicado como ades fazer

trazme uspares de meias
e lenços Brancos e de cor
toda á roupa que poderes
eu não quero que tu passas mais
mais nada a sim que esta recebas
tem guidado embarque do vapar

recebe um apertado abraço deste
teu querido marido do Caracas
Jose Maria de Assunção



Meu querido filho então
tu ão receber dessta minha carta
ficaras satisfeito mais tua querida
mãe porque bos mando bir para
a minha companhia querida esposa
enchete de curayem não tenhas
medo do mar que agara ~~as pa~~ e tempo
do mar estar manço que gosto eu
tenho em tu bires ter comigo

Ja me esquecia eu creio que nosso
Afilhado que manda vir a molher
eu partecipeille que te mandava vir

Maria o resto das cousas que tanhas
que não possas trazer a te podias
deixar e casa da Comadre da ventosa

tu pede o Dinheiro que for
perciso porque este passeio e grande
espero te aqui no dia 20 a 25 de
Agosto

A Deus a te o mes de Agosto
Jose Maria da Assumpção

Carta de chamada nº 6

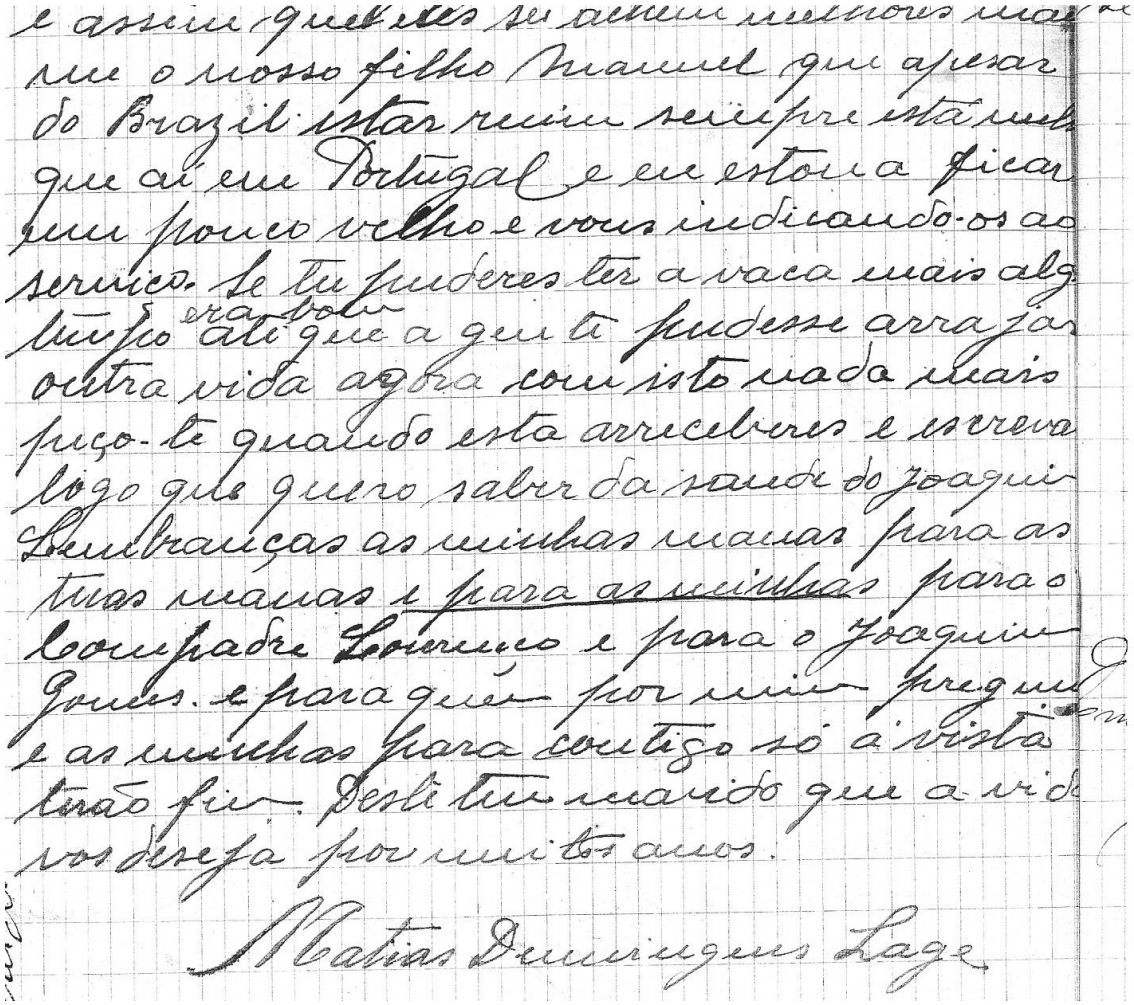
Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

Ramal do Monte 22 de Fevereiro de 1914

Minha querida mulher

Em primeiro de tudo estimo a continuação da tua saude mais dos nossos filhos assim como do nosso filho Joaquim e mais de toda a nossa familia que a minha ao fazer desta é boa graças a Deus para sempre.

Maria eu cá arrecebi a tua carta e nela vi tudo quanto me mandas-te dizer a qual fiquei muito satisfeito de tudo o quanto me mandas-te ~~dizer~~ menos e muito poço contente por causa da doença dele mas junto desta carta te mando a quantia de 100$000 para tu se puderes pagar ao Manuel Neves mas não fiques sem dinheiro para curar o Joaquim primeiro trata da saude dele e quando esta arreceberes manda-me dizer logo e que é passado mandas-te-me dizer que tinhas os filhos todos em casa pois eu fiquei muito contente com isso mas precizo e indique ao serviço e trabalhem



Carta de chamada nº 7

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

Reconheço a letra e assinatura desta carta.
Penacova, 13 de março de 1915
Em testemunho de verdade
O notario
José Alberto
Em.to quinze centavos

Escada do vapor que ele ia
leva por 100= ou 200 rs.
Nada mais da lembranças
para meu pai i mãe i para
meu conhado i mana o um
abraço no manequito i da
lembranças ao tio Castanheira
i a mulher i fala para elle que
a jude a dar os meios de tu
vires ao mais breve
i as minhas para contigo
so a vista terão fim deste
teu marido que te quer bem
Manoel Fernandes Novo

Santa Adelia 1=2=915

Maria muito estimo que
ao receber de esta minha carta
esteijas no goso de uma perfei-
ta saude na companhia do
nosso querido filho que eu ate
adata fico bom felismente.
Maria aqui recebi o sentimen-
to da morte do falecido pai
agora em cuanto ao que me
mandas dizer o teu irmão
Antonio esta muito longe
esta para minas i o que eu
rezolvo é o seguinte eu por
emcuanto não poço hir ahi
i por isso mesmo quero que
tu venhas para aqui por
siga

Carta de chamada nº 8

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

Antonio Pinto de Morais 1

Belo Horizonte, 29-11-914

Minha querida esposa

Muitas venturas e felicidades para ti e para todos é o que te desejo, eu felizmente bem. Esta tem por fim dizer-te, que enviei a meu pae 120$ escudos para que logo que te seja possivel embarques para o Rio de Janeiro aonde te irei esperar. Com anciedade espero o dia da tua chegada que será para mim a maior ventura que poderei sentir.

Reconheço as suas assinaturas retro feitas perante mim

Coimbra 1 de março de 1915

(Emolumentos cinco centavos)

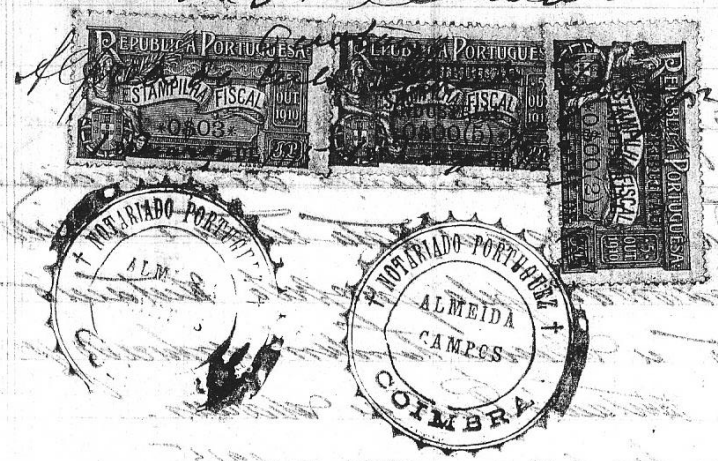
[illegible]

REPUBLICA PORTUGUESA ESTAMPILHA FISCAL 0$03 OUT 1910

REPUBLICA PORTUGUESA ESTAMPILHA FISCAL 0$00(5) OUT 1910

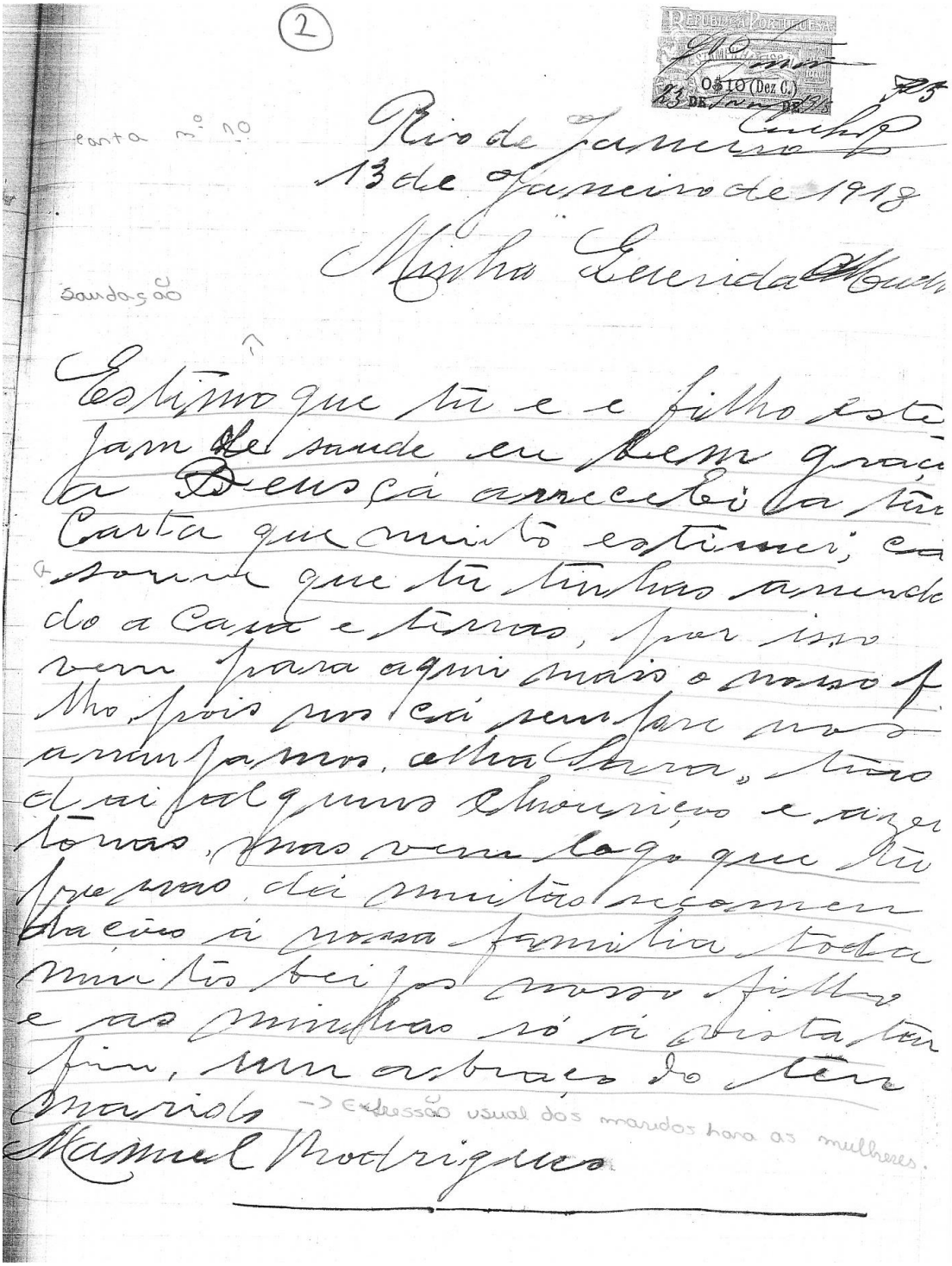
REPUBLICA PORTUGUESA ESTAMPILHA FISCAL 0$00(3) OUT 1910

NOTARIADO PORTUGUEZ ALMEIDA CAMPOS COIMBRA



Carta de chamada nº 9

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaporte”,1915.



Carta de chamada nº 10

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaporte”, 1917.

Carta de chamada nº 11

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaporte”, 1917.

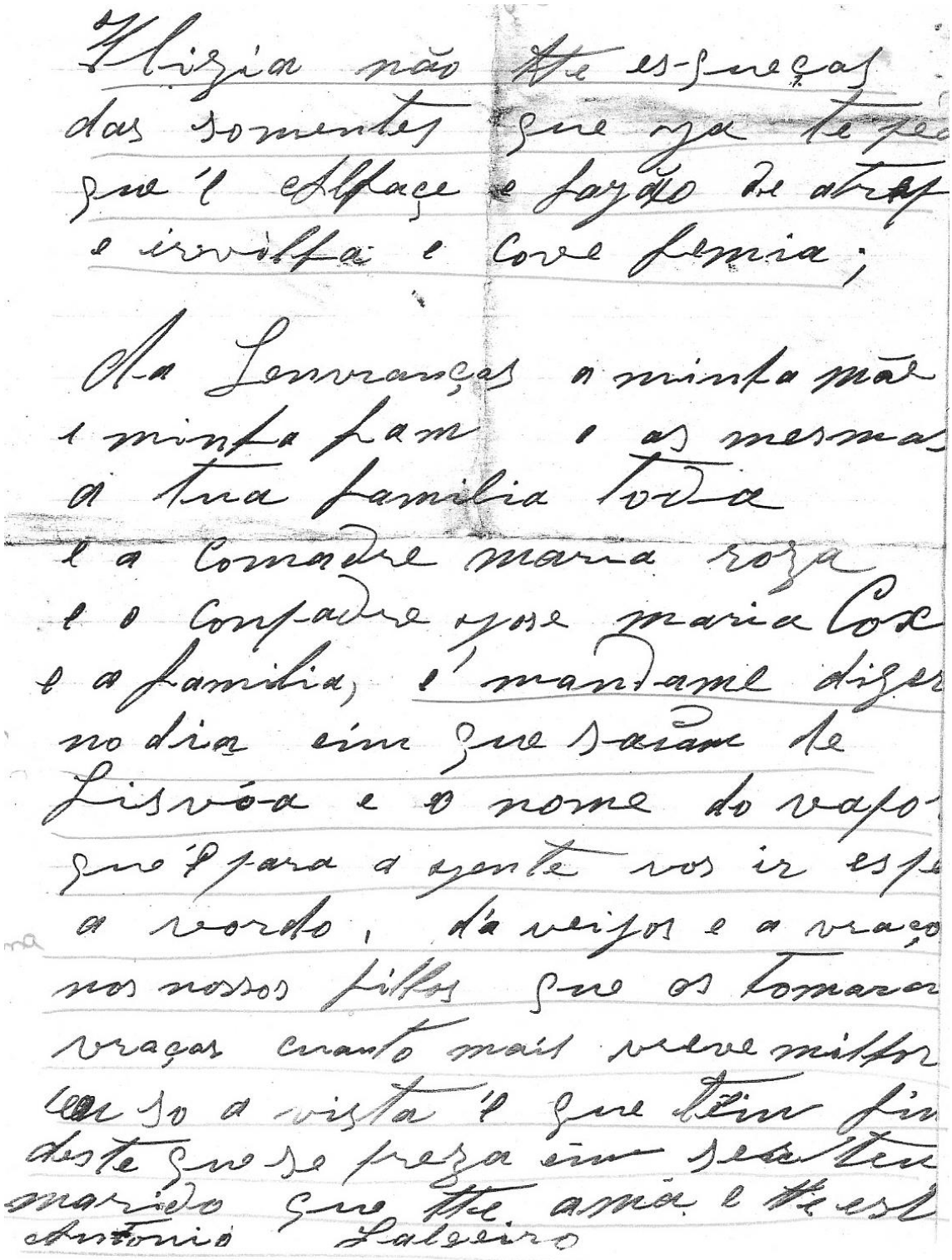
Santos 23 – 2 – 1975

Alizia eim primeiro
Logar dezeijo que esta minha
Carta the vá encontrar
Gozando vôa saude, na Companhia
Dos nossos filhos. que eu
feliz=mente eim the a data
estou vão Grasas a Deus?
Alizia eu the mando
uma Letra de valor de
80,000 reis oitenta milreis
que é para a tua viazeim
mais dos nossos filhos.
que é para tu vires para
O fé de mim. e se a quazo
o dinheiro não xigar, fala
gom o teu pãe o gom o

Sr. Gaio que lhe avon
o que faltar que eim tu
a qui obligando eu o mandar
e se tu não veis escuzas
de me escrever mais, porq
eu comprei a parte o me
sosio poriço tenho de ter
empregado, e poriço quanto
mais tu lhe domorares mai
preguizo noz temos;

E abei disto tu teis vóu
Gonpanhia que e a quei
oja lhe mandei dizer;
que noz oja estemos a
contar de vosses vireim
ojuntas;... Elizia pede o
teu pãe para elle vir

junto contigo em lhe
Lisvôa, se elle cuizer
porque eu lhe pagarei
todo seu travalho;
Elizia vê em todos modos
se pode vir o manoel
gastese-la o que se gastar
porque oja miera a qui muito
conviniente.. agora se não
poder vir vê se elle fica em
caza da minha mãe porque
em coimbra so a prendem
a ser vagavundos;.. e eu
lhe mandarei dinheiro para
as despezas dele..
e a precoração tras-ma
não a deixes ali ficar de
modo nihum;..



Carta de chamada nº 12

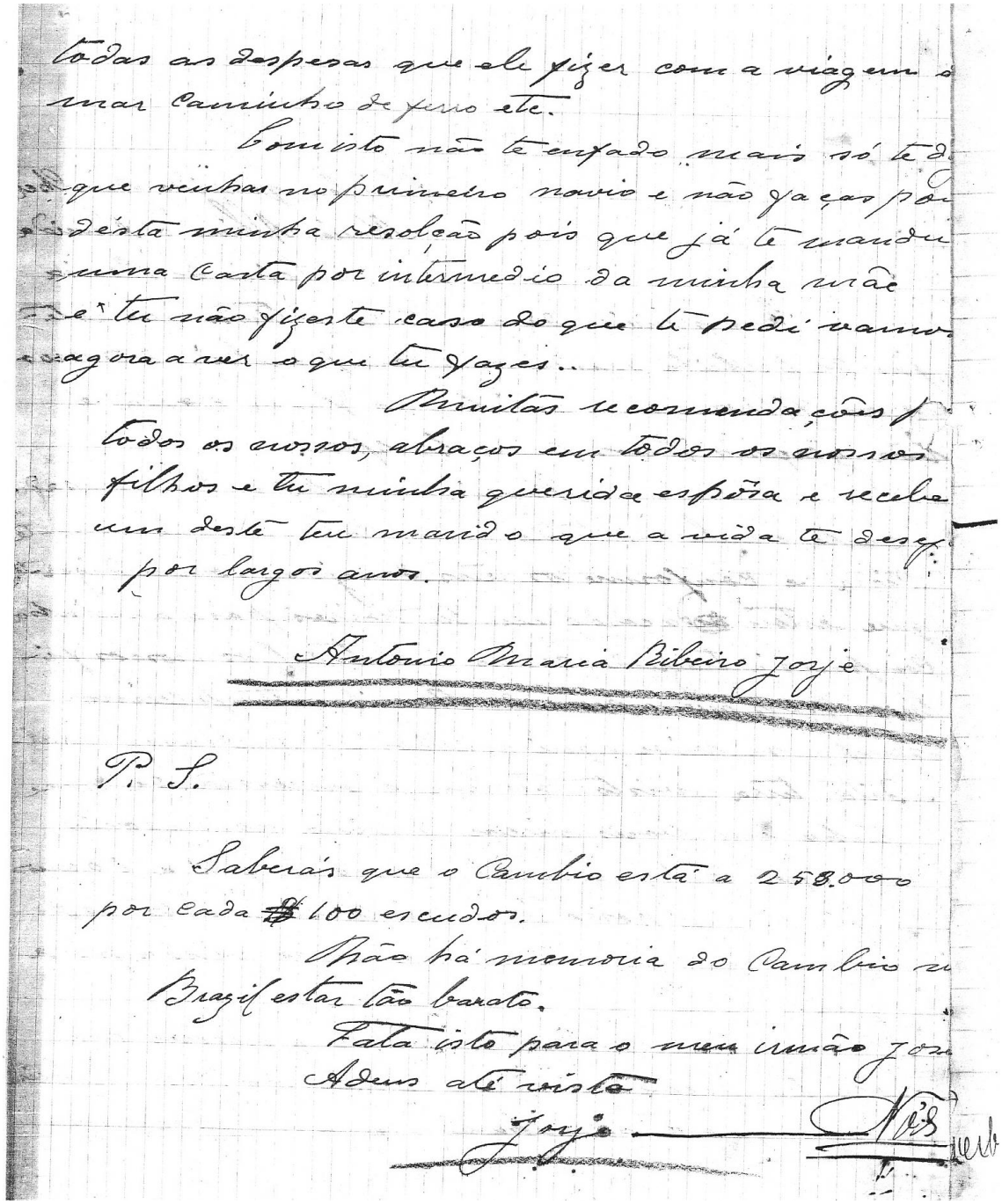
Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

Minha querida mulher
Maria Albina d'Almeida
Seisco de Mina

Em primeiro do que tudo estimo que estejas de perfeita saude em companhia dos nossos filhos que a minha ao fazer desta é bôa graças a Deus para sempre.

Maria recebi a tua presada carta e nela vi tudo quanto me mandas-te dizer e conforme os teus desejos sou a dizer-te que estou d'acôrdo em tu vires para a minha companhia trazendo como é natural os nossos filhos pois que apesar do Brazil estar pécimo sempre se vive aqui melhor do que nessa maldita terra visto tambem a necessidade que tenho em bocês virem devido ao negocio que aqui tenho que só depois daqui a 10 anos é que para aí posso ir e visto tudo isto espero que não haja demora na vossa vinda para aqui.

Maria se não quiseres vir sózinha pede ao meu irmão do José Ribeiro Jorje que te acompanhe que eu lhe pagarei



todas as despesas que ele fizer com a viagem
mar caminho de ferro etc.
Comtudo não te enfades mais só te d
que venhas no primeiro navio e não faças p
desta minha resolução pois que já te mandu
uma carta por intermedio da minha mãe
se tu não fizeste caso do que lhe pedi manda
agora a mãe o que tu fazes..
Muitas recomendações
todos os nossos, abraços em todos os nossos
filhos e tu minha querida esposa e recebe
um deste teu marido que a vida te desej
por largos anos.

Antonio Maria Ribeiro Joyce

P. S.

Saberás que o Cambio está a 258.000
por cada $100 escudos.
Não há memoria do Cambio
Brazil estar tão barato.
Fala isto para o meu irmão Jo
Adeus até vista
Joyce

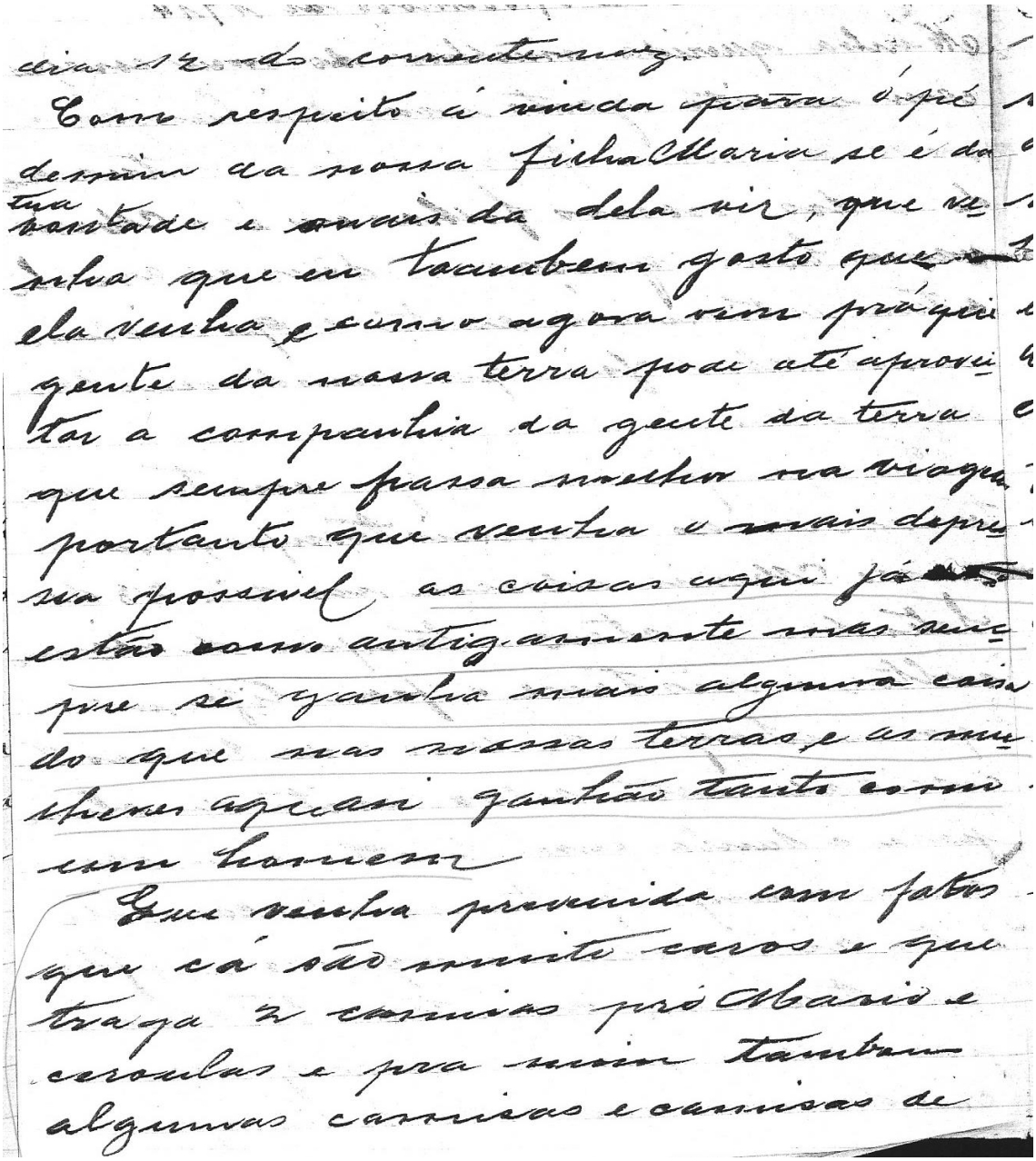
Carta de chamada nº 13

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

S. Paulo 22 de Novembro de 1914

Minha querida mulher do meu coração com muito gosto mandei lançar a mão á pena para saber da tua saude e dos nossos filhos eu e o Mario vamos bons graças a deus cá arecebi a tua estimada carta e que estimei mais saber foi que andavens todos de saude.

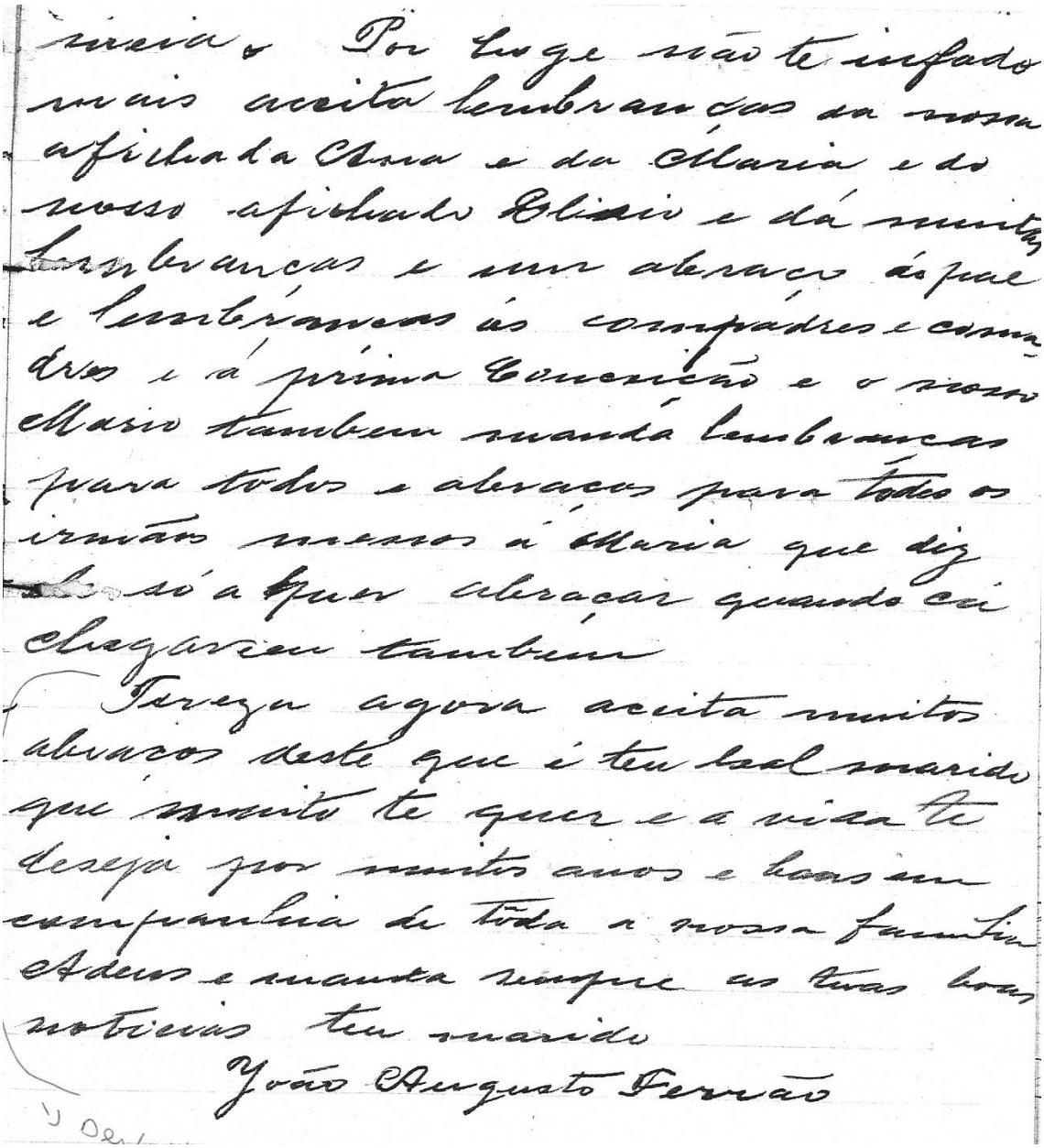
Tereza peço desculpa em te não ter escrevido á mais tempo, mas o nosso Mario adoeceu no dia 23 de Setembro e steve a tempos de ahi não voltar mais teve a feve tife mas por milagre de deus e da Sr das Nacessidades está salvo evitei de ele ir para a santa casa trateio em casa dum amigo gastei muito com ele e tu ai podes imaginar a aflição que tive sem aqui ter o teu carinho para olhar por ele mas graças á criador começou a trabalhar já no



dia 12 do corrente mez.

Com respeito á vinda para o pé de mim da nossa filha Maria se é da tua vontade e mais da dela vir, que venha que eu tambem gosto que ela venha e como agora vem pró que gente da nossa terra pode até aproveitar a companhia da gente da terra que sempre passa melhor na viagem portanto que venha o mais depressa possivel as coisas aqui já estão como antigamente mas sempre se ganha mais alguma coisa do que nas nossas terras e as mulheres aqui ganhão tanto como um homem

Que venha prevenida com fatos que cá são muito caros e que traga 2 camisas pró Mario e ceroulas e pra mim tambem algumas camisas e camisas de



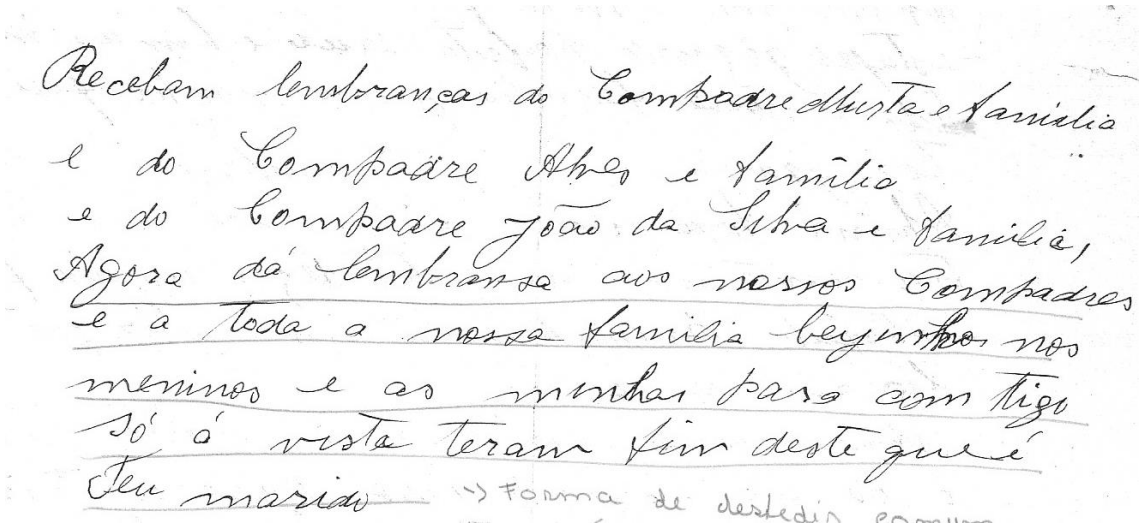
Carta de chamada nº 14

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

Cravinhos 4 de Dezembro de 1914
Alvina mto estimo que ao receber di este estajas gozando perfeita saude e bem assim toda a nossa familia, que a minha aqui é boa graças a Deus pa sempre.
Alvina hoje recebi a tua carta e n'ella vi todo coanto me mandastes dizer em tudo fiquei satisfeito principalmente em saber que todos ficaram de saude.
(4) Alvina coando resolver a vir manda-me dizer o dia e o nome do vapor para eu te ir esperar em Santos, logar ahinda não destinado mas daqui até então se arranjará, bem sei que te custa mas tem paciencia porque tu sabes que nós aqui governemos-nos melhor do que ahi,
Alvina mandastes-me dizer que estavas mto cintida de eu não te mandar dizer que tinha apanhado um tiro pois não te mandei dizer pa te não aflegir quem me deu o tiro foi o Jose Soarte mas foi crer, e não foi nada perdi poucos dias e elle pagamos todos,
Com respeito aos cordoes ahinda tenho 4 e 2 correntes coando eu resolvi voces verem deixei de vender tenhos-os guardados
Com isto nada mais, a Comadre Maria Casou-se com um rapos perto da ma terra a tua irmã cá Compro um citio

ituações de vida no Brasil - As mudanças

Oltesto que Herminia da Silva ou Herminda da Silva, de nove anos, fi-


Recebam lembranças do Compadre Augusto e Família
e do Compadre Alves e Família
e do Compadre João da Silva e Família,
Agora dá lembrança aos nossos Compadres
e a toda a nossa Família beijinhos nos
meninos e as minhas para contigo
só á vista teram fim deste que é
Teu marido

Carta de chamada nº 15

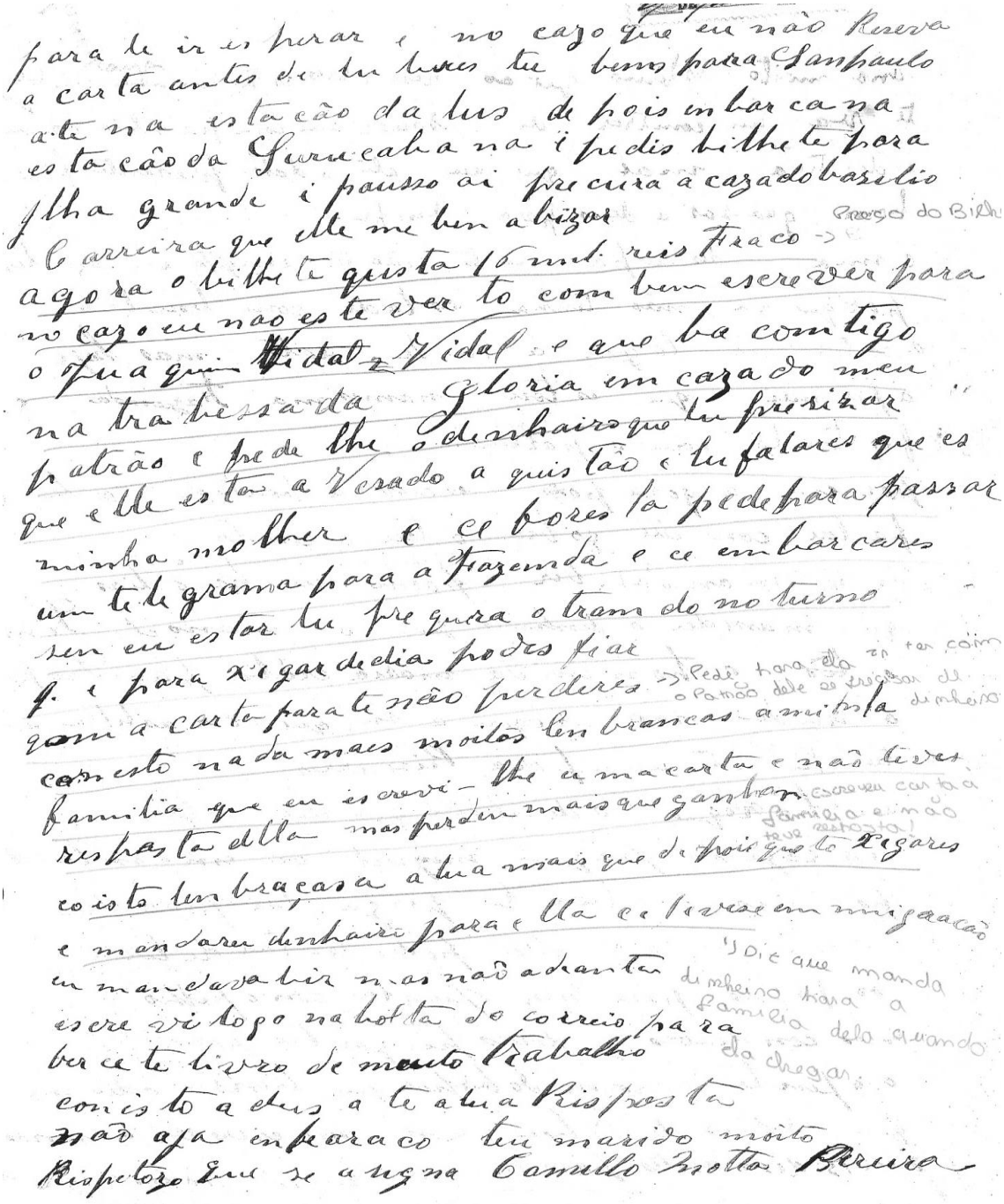
Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

Fazenda São Francisco 2-11-1917

É composta por 3 folhas

Ana muito estimo que ao rese veres esta minha carta
te vá em comtrar de saude em companhia do menino
e de tua mai que eu ate a data presente fico
bom grasas a deus para sempre.
a mia desculpa em te não ter escripto a maes tempo
porque eu não tenha estado com bontade
d. estar no logar a onde esto mas hoje
afirmei que estou namesma Fazenda e
fis trato com o patrão.
por em agora posso escrever a bontade a te que
falae con elle çobre o teu a comte
de te mandar bir porem eu ha 8 dias
que mandei o dinhairo por o manoel Simão
o tio o homem da maria crába para Sao paulo
a inda não xigou a sim que vier as letra eu
te Remeto uma para Riseveres
eu ha xõque o dinhairo que deve estar
na caza do Joaquim miguel ou em cantanhede
por isso e bon to perguntar para elle
se este ver com elle podes tratar de tirar
os papeis para beres junta con o filho
mas condicois q. deves perguntar para
o agente o nome do bapor que bens e o dia em
que sais de lisboa pram me escreve o menos
ou 15 dias antes para eu caler quando podes xigar em Santo

escreve estado são paulo
minha Chiracatuba



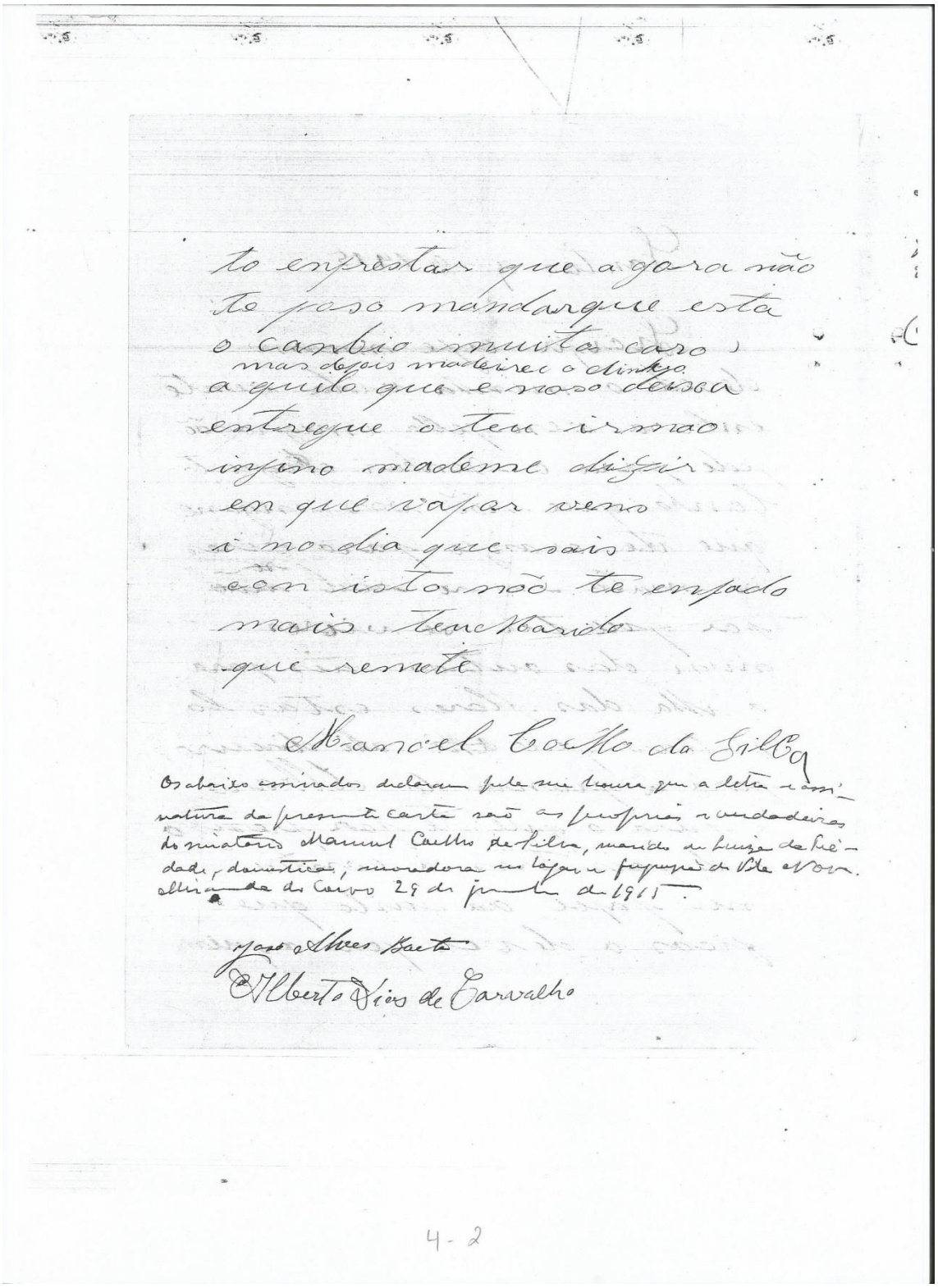
Carta de chamada nº 16

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1917.

Santos 9 - 9 1915

Hoiza oije mesmo
desedi o minha vida vente
enbora ven pella imigrasão
pede para o senhor Augusto
bonha que nõõ vos ingane
que te aranje para vires
na mala sesire rial ~~não~~ se
por que tu se vieres
nun dos outros vais para
a ilha das flores estas la
2 dias pede ~~alli~~ alli disseiro
para a fiansa do Albaro
i para o que te for presizo
i de pois tras a conta
nu papel da quilo que
ficas a dever pede a quem

4-1



to enprestar que agora não
te poso mandar que esta
o canbio muito caro,
mas depois madeirei o dinheiro
aquilo que e noso deixa
entregue o teu irmão
injino mademe dizir
em que vapor vens
i no dia que sais
com isto não te enfado
mais teu Marido
que remete

Manoel Coelho da Silva

Os abaixo assinados declaram pela sua honra que a letra e assinatura da presente carta são as proprias e verdadeiras do sinatario Manuel Coelho da Silva, marido de Luiza da Piedade, domestica, moradora no lugar e freguezia de Vila Nova. Miranda do Corvo 29 de junho de 1915.

José Alves Baeta
Alberto Dias de Carvalho

4-2

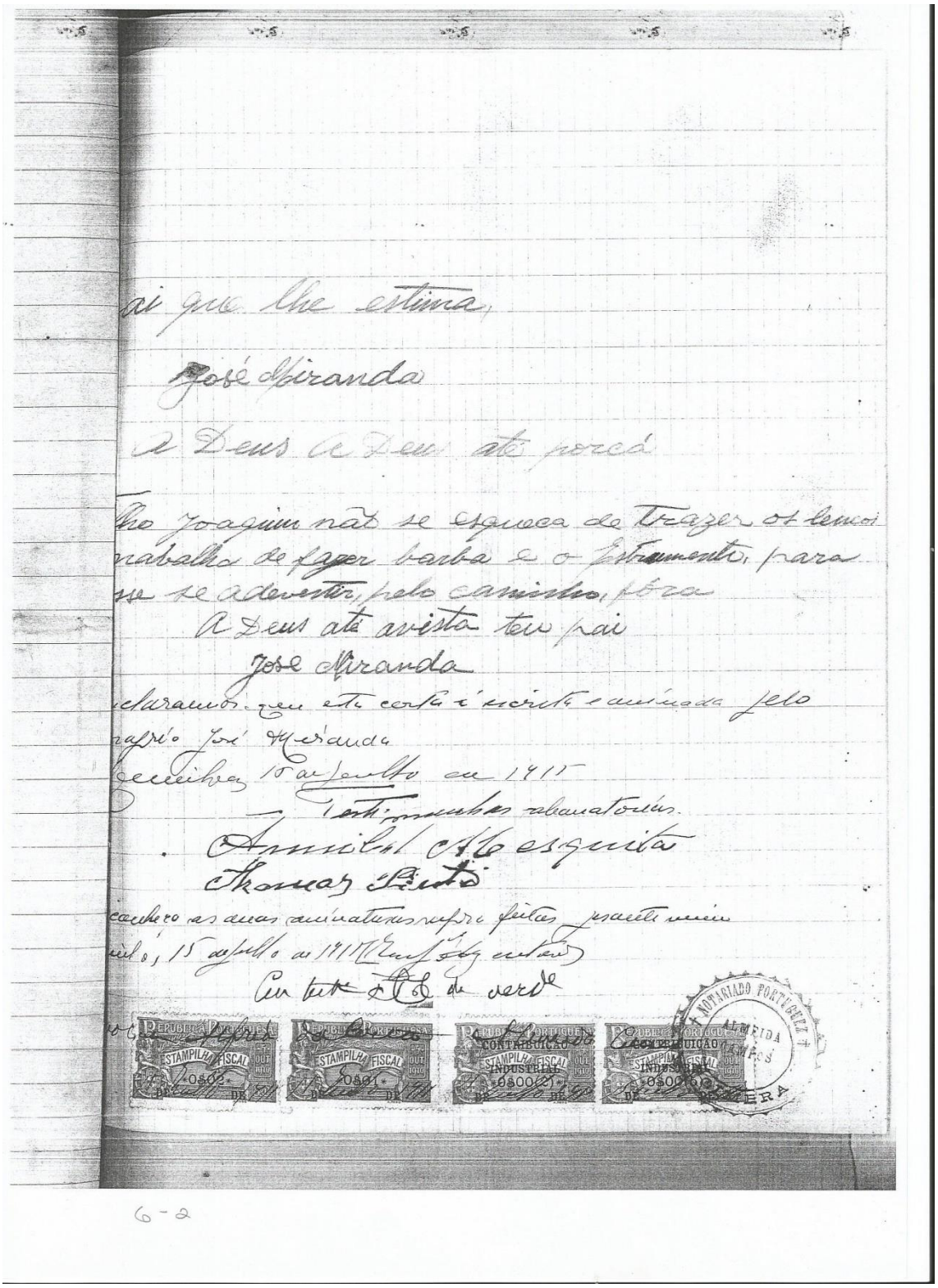
Carta de chamada nº 17

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

Itatiba, 29 de Maio de 1915

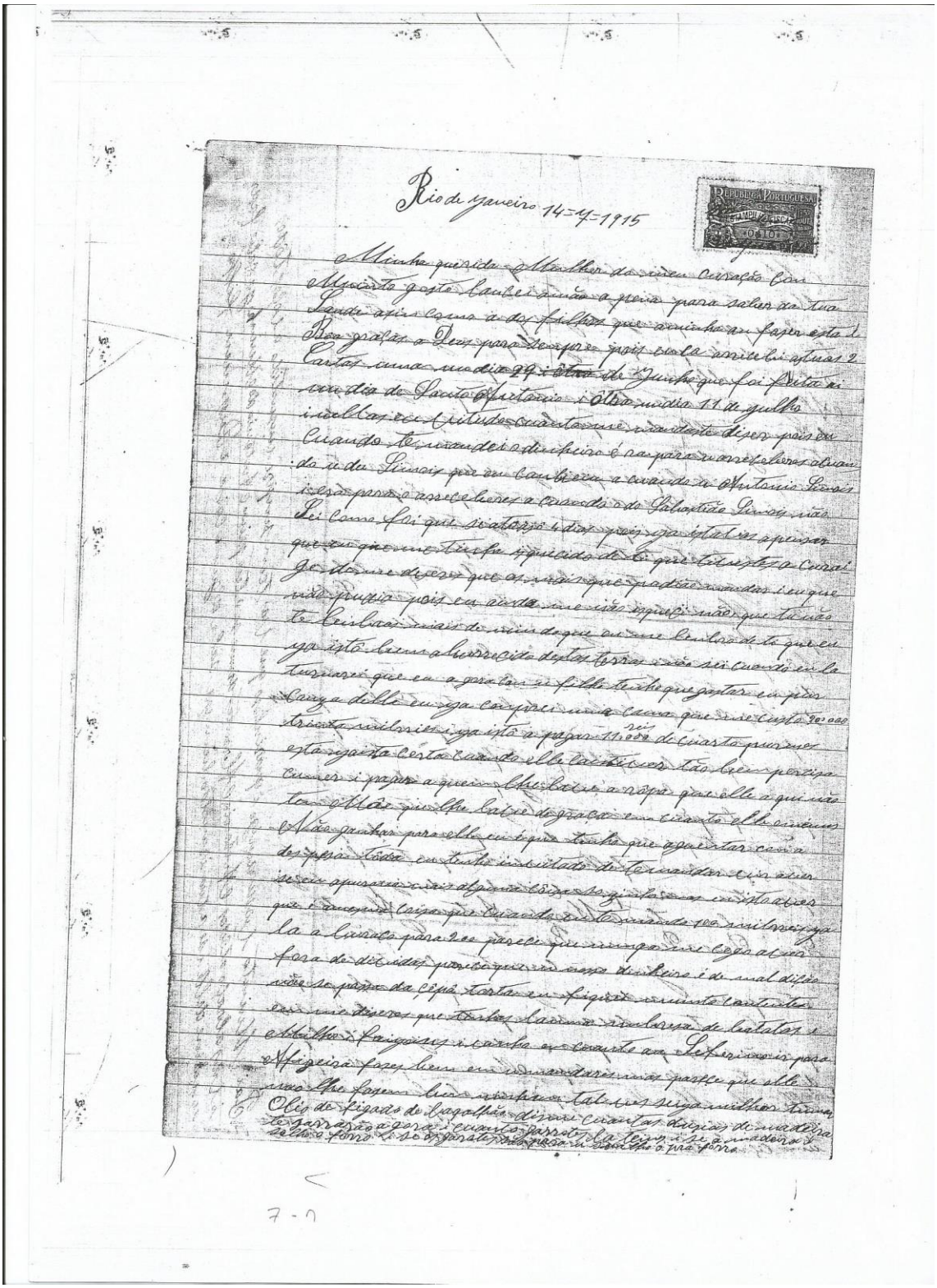
Filho Joaquim daqui segue a sua Certidão de Idade para você vir para a minha companhia vai tudo prompto vamos ver se vosse ainda se faz homem seu Irmão gabriel fica até segunda ordem e dirigase ao primo Narciso e ~~to~~ bote bem sentido no que ele lhe diz respeito a corrente de ouro que você me falou não traga ne nunca tive corrente de ouro em mosso agora em velho não quero mais ter veja se pode trazer é ~~um~~ bom cubertor de lã para guardar o frio e traga meia duzia de lenços para a sua mão de preço de 200 reis e veja se me pode trazer uma navalha de fazer barba e traga uma corrente de prata para dar ao seu tio Manoel Maria e se ~~t~~ sober tocar alguma qualidade de Instrumento traga um para você se advertir com isto não o enfado mais embranças de sua mãe e seus Irmãos que as mossas como sempre so avista me recomendo [illegible]

6 - 1



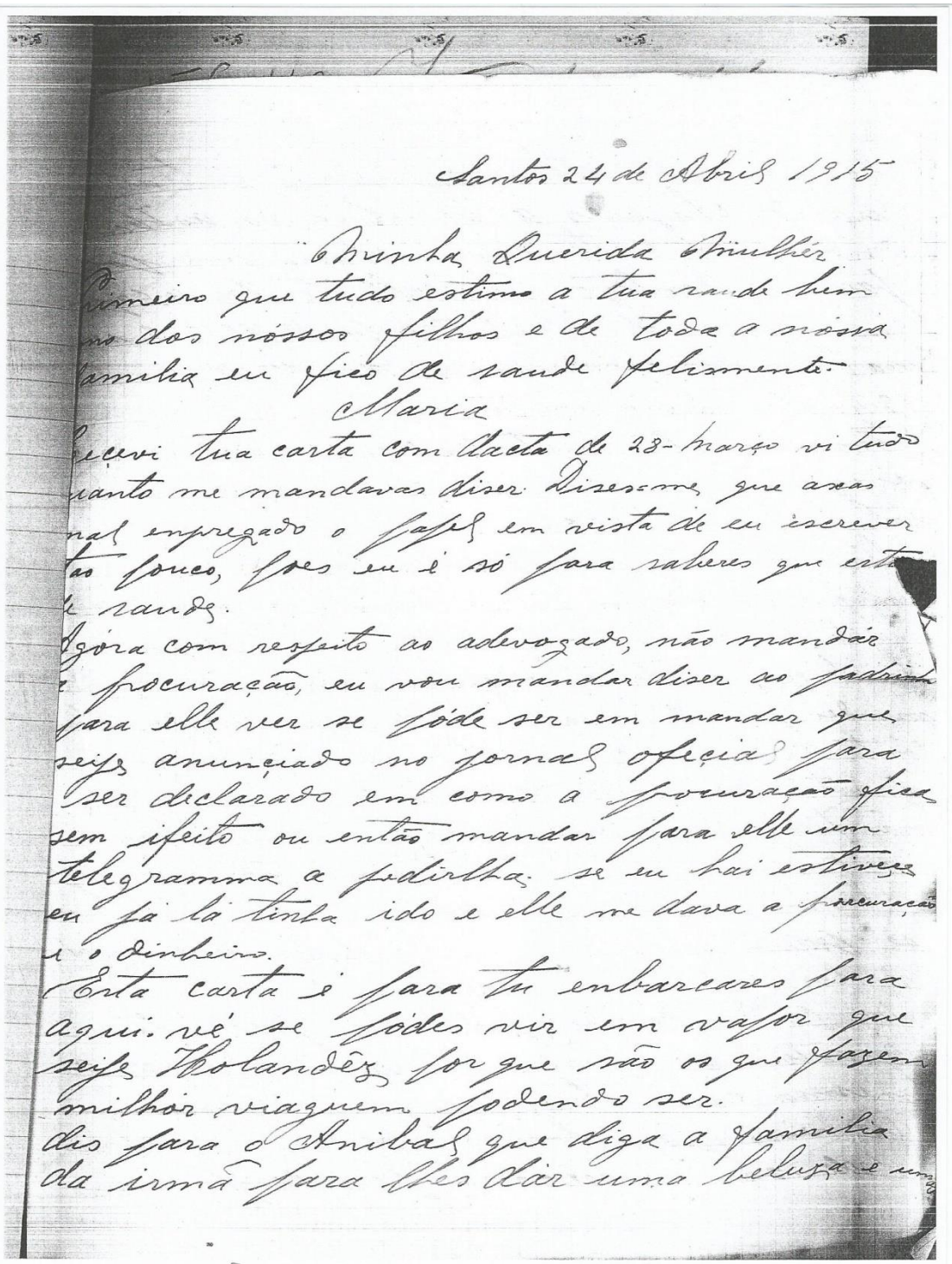
Carta de chamada nº 18

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes” 1915.



Carta de chamada nº 19

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.



Santos 24 de Abril 1915

Minha Querida Mulher

Primeiro que tudo estimo a tua saude bem
como dos nossos filhos e de toda a nossa
familia eu fico de saude felismente.

Maria

Recevi tua carta com dacta de 28-março vi tudo
quanto me mandavas diser. Dises-me que axas
mal enpregado o papel em vista de eu escrever
tão pouco, pois eu é só para saberes que estão
de saude.
Agora com respeito ao adevogado, não mandar
a procuração, eu vou mandar diser ao padrinho
para elle ver se póde ser em mandar que
seja anunçiado no jornal ofeçial para
ser declarado em como a procuração fica
sem ifeito ou então mandar para elle um
telegramma a pedirlha. se eu hai estivesse
eu já lá tinha ido e elle me dava a porcuração
e o dinheiro.
Esta carta é para tu enbarcares para
aqui. vê se pódes vir em vapor que
seja Holandêz por que são os que fazem
milhor viaguem podendo ser.
dis para o Anibal que diga a familia
da irmã para lhes dar uma beluza e um

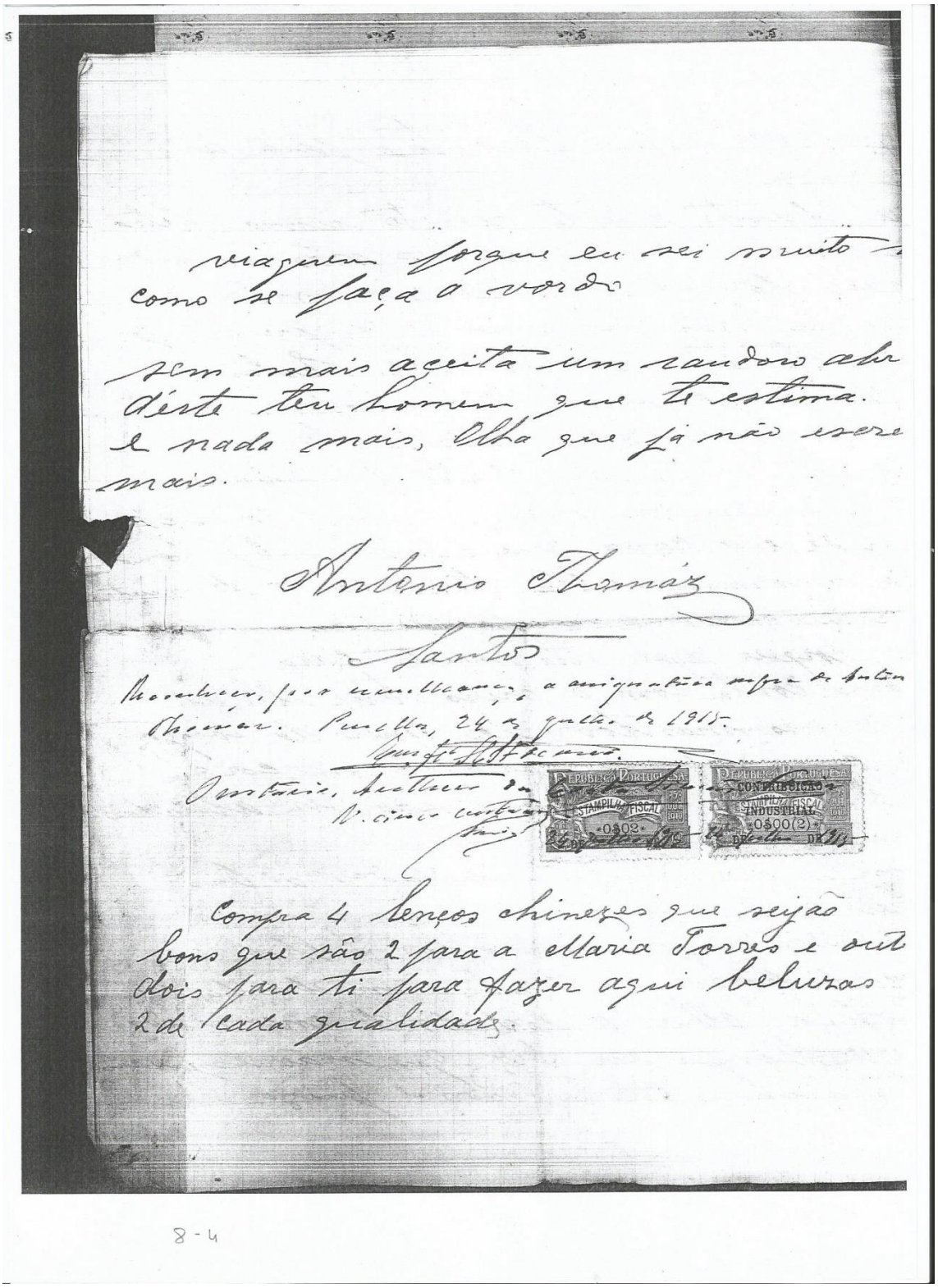
8-1

calças que hai lhes esqueçerão e traz
quando chigares a Lisbôa vae ao Ho
onde nós estivermos chama um po
para ir contigo para elle te dar a cap
que o moço de frétes chapa N. 535 de ser
na Rua dos corrieiros no dia 15 de junho
1914 lhes devia entregar.
toma muita cautella com as criancas
viagem e manda diser o nome do va
em que embarcas.
A tia Rozaria manda-te pedir para tu compares
um par de brincos para a Maria mas que não sej
muito cáros bem como um livro de marcar.
não te esqueças das encomendas que eu já á tempo
mandei pedir A roupa que ai deixares vê quem tom
conta d'ella e as camas e tudo deixa ficar em um
quarto trás vastante roupa de cama porque ai
não fica a fazer náda e as fazendas distina lá
isso comforme entenderes. tras-me todos esses pap
e livros que eu hai deixei
se poderes compra-me meia duzia de colarinho
móles 3 brancos e 3 de côr N. 39
fáz contas com o padrinho e pregunta
quanto é de juros, e o Anibal fáz a
mesma coisa traz sempre algum
dinheiro para bordo porque sempre
pode ser nesseçario para comprar

8-2

qualquer coisa para ti e para as
crianças.
eu junto a esta remeto uma letra
no valor de 110 escudos não mando
mais porque alem de nos não o
ganhar não há quem o empreste por
que está tudo muito rõe. Estamos
esperando por uma bôa assafra mas se
não acabar a guerra não presta.
escreve-me 8 dias antes de embarcar
e se cá chigares sem eu saber já sab
onde é a casa que é no Caimby. hond
já moramos. Não tomes conta de muitas
encomendas traz roupas de cama para
nós porque aqui esta muito cára.
toma conta com o ouro traz elle ao
pescosso mas todo por dentro da roupa
e as malas amarradas com corda
e em Lisbôa para não ser abertas
manda tirar uma guia.
sem mais muitas saudades a teus
pais e meus.
muitos veijos aos nossos filhos
saudades ao padrinho e madrinha e á
Profica. olha o pedido de encomendas
que a tempo eu fiz que não esqueção
toma muito cuidado e juizo em

8-3



viaguem porque eu sei muito
como se faça a vordo

sem mais aceita um raudoso abr
d'este teu homem que te estima.
e nada mais, Olha que já não escre
mais.

Antonio Thomáz

Santos

Reconheço, por semelhança, a assignatura supra de Antonio Thomaz. Pinella, 24 de julho de 1915.

Ontario, Antheu da
V. cinco centavos

Compra 4 lenços chinezes que seijão bons que são 2 para a Maria Torres e out dois para ti para fazer aqui beluzas 2 de cada qualidade.

8-4

Carta de chamada nº 20

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

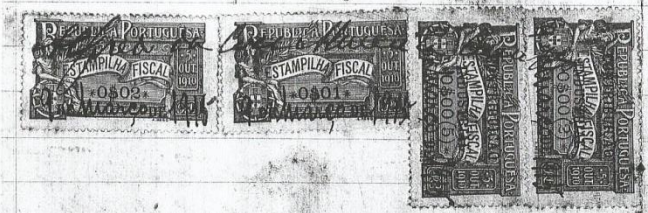
Aqui é a esposa que pede para ir
para junto do marido!

Brasil

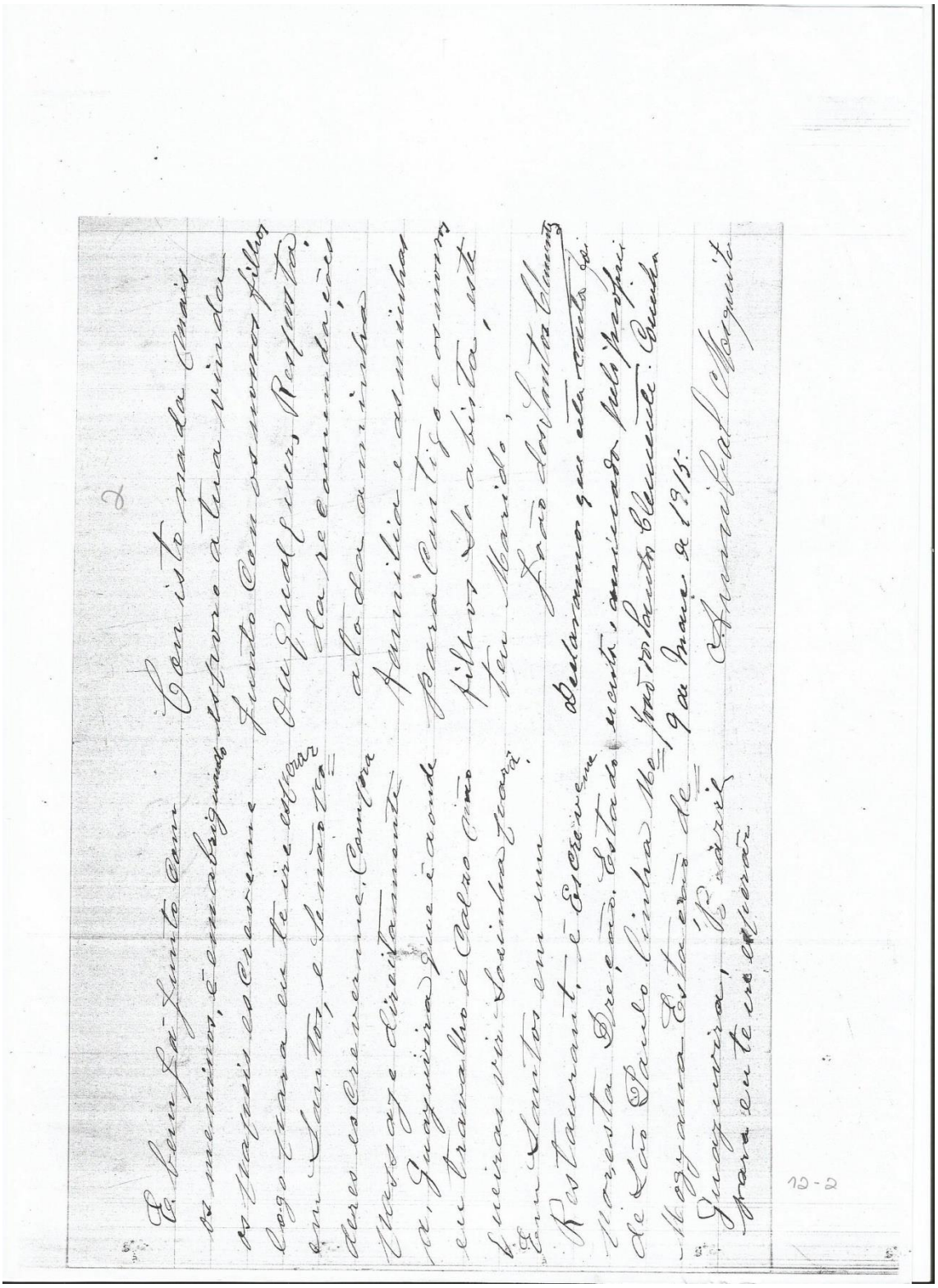
R

1

João Loutin
reconheço as duas ami-
noturas que antecedem
feitas perante mim.
Coimbra 9 de Março de 1915
(Emol.º Sez Cartaxo)
Em test.º [illegible] do verd.º
O notário

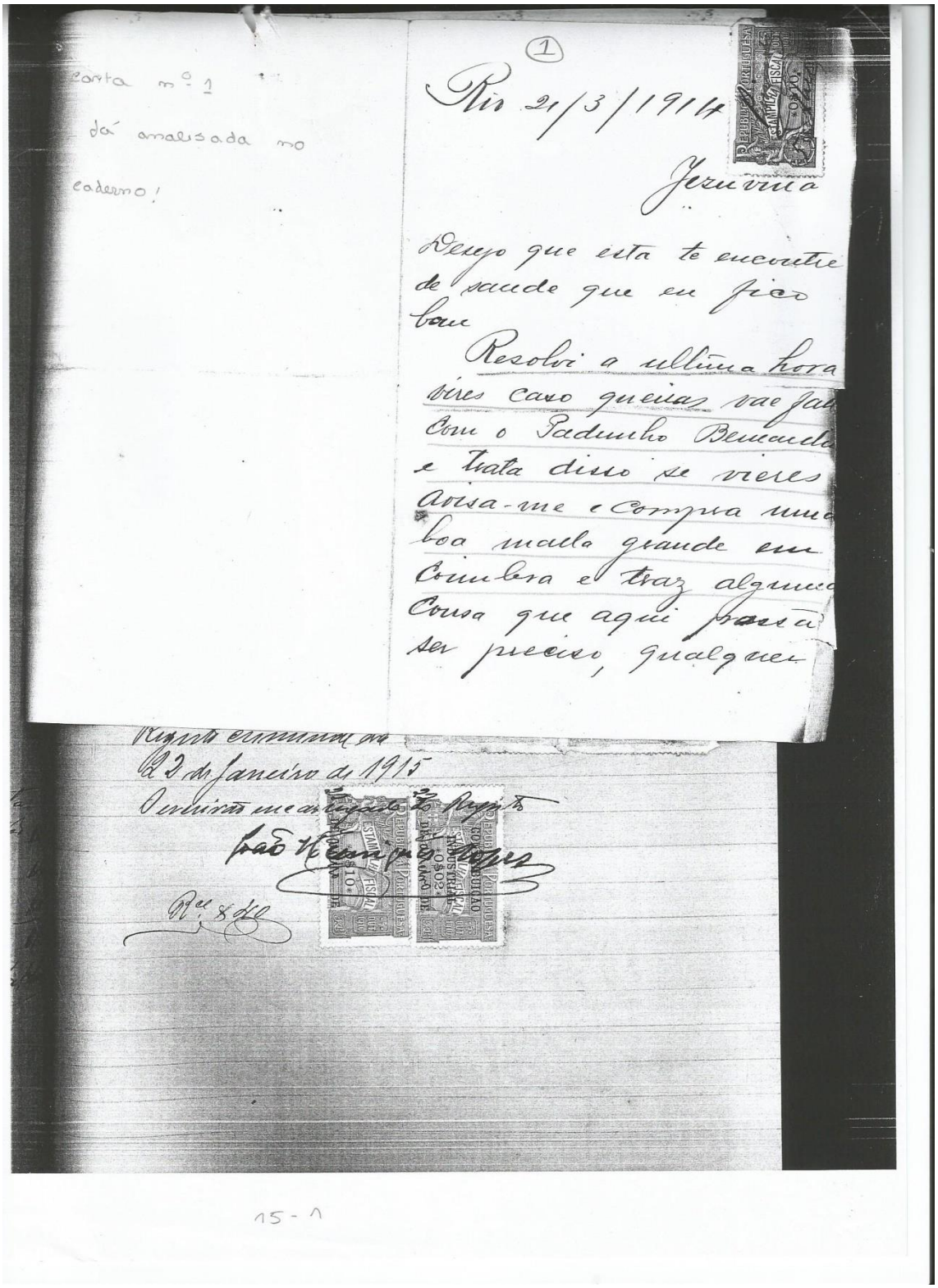


Guayuvira 23 de Janeiro,
de 1915,
Joaquina, Em primeiro
Lugar muito estimo a tua
Saude e dos nossos filhos
que a minha ao fazer
desta é boa, Graças a Deus
Joaquina, Eu aqui arre-
cebi a tua Carta pedindo
ma para bires para
a minha Companhia
pois logo que assim dizes
aqui te mando 100,
escudos ou 100,000 mil
reis para a tua biaye
e poder tratar dos papeis
Siga



Carta de chamada nº 21

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.



carta nº 1

dá analisada no

caderno!

(1)

Rio 21/3/1914

Jezuvina

Desejo que esta te encontre de saude que eu fico bom

Resolvi a ultima hora vires caso queiras vae falla com o Padinho Bernardo e trata disso se vieres avisa-me e compra uma boa malla grande em Coimbra e traz alguma Cousa que aqui possa ser preciso, qualquer

Registo criminal da

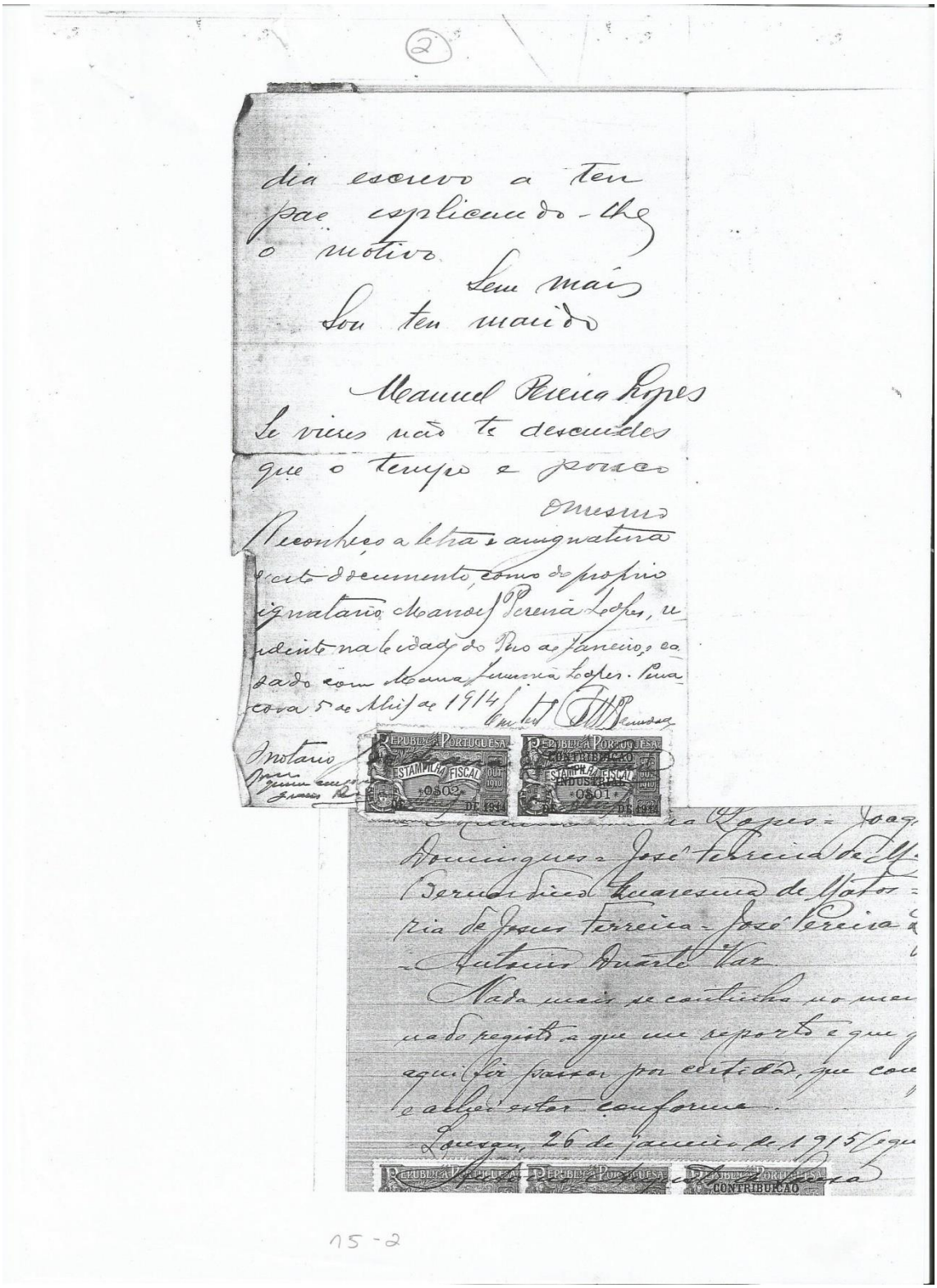
23 de Janeiro de 1915

O escrivão encarregado do Registo

João Henriques Lopes

Rec. 8 40

15 - 1



Carta de chamada nº 22

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

Reconheço por semelhança a assignatura de João Mineiro, escrevida no final d'esta carta.
Ruella, 12 de março de 1915
Em fé [illegible]
O notario, Antonio [illegible]
[illegible]

REPUBLICA PORTUGUESA ESTAMPILHA FISCAL 0$02 — REPUBLICA PORTUGUESA CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL 0$00(2)

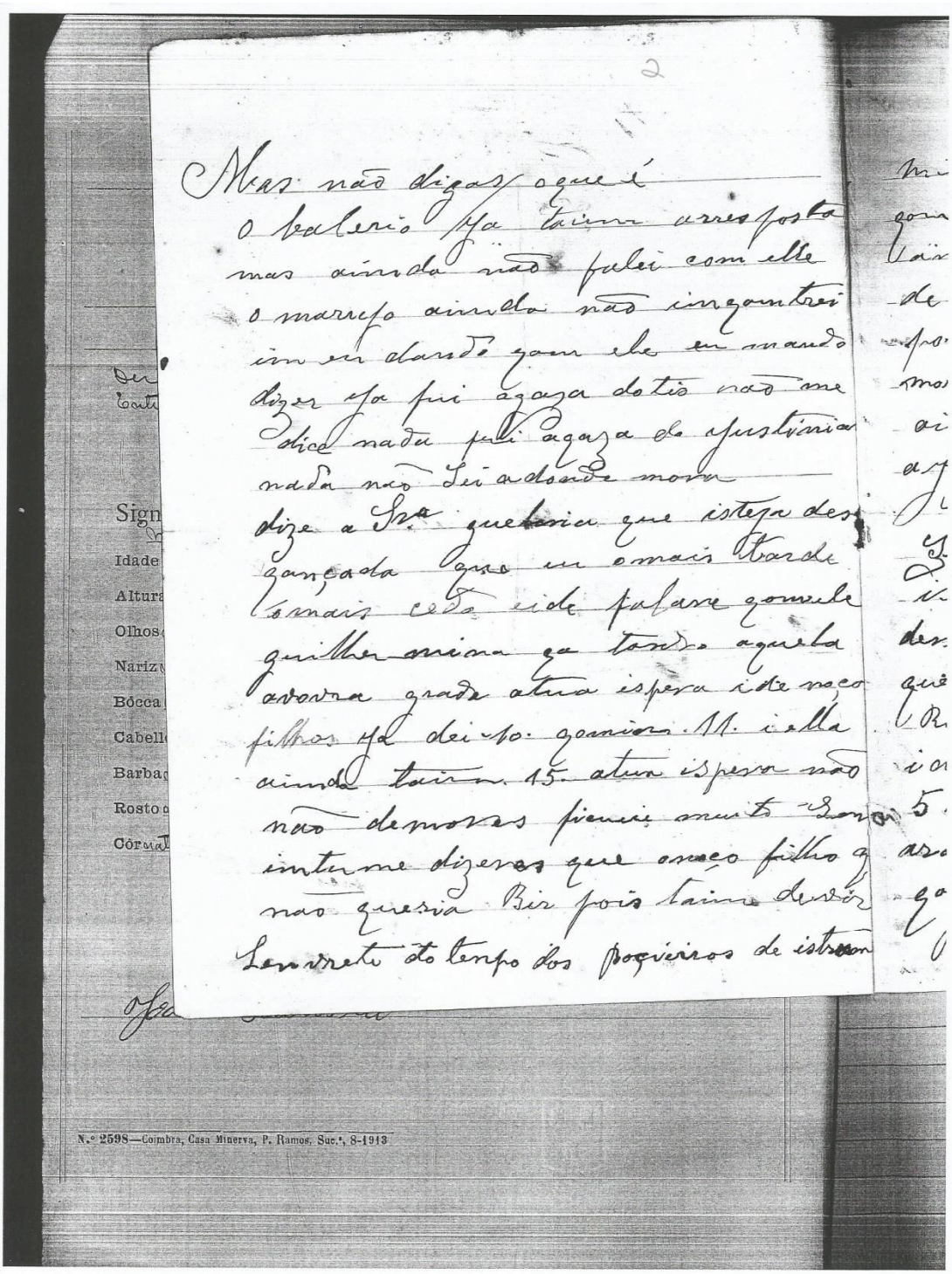
1

Santos 26.1 1915 muito estimo
atua Saude que aminha graços
adeus eva digo idos noços filhos
iminha maim eu qá Recivi
no dia 22 atua para mim istimada
carta muito Baim a Conspreendi
com Respeito omeu Serviço
ista para Ser muito Bom
e na companhia talegrafica
fazendo dia inoite São 18
mil reis o dia 6 ia note 12
ista tratado no prencipio do mez
Bamos Ber não te digo a conta
que me fico este no mercado ya
Saves o que devecer para este fim
eu me Beijo aqui muito Baim
mas mas arrespeito do que tanto
me pedias paralizo muito poco ó nada

Fala do quanto recebe

ares
ficha
em uma ci
atuzora testa
rignar de
rariola.

18 - 1

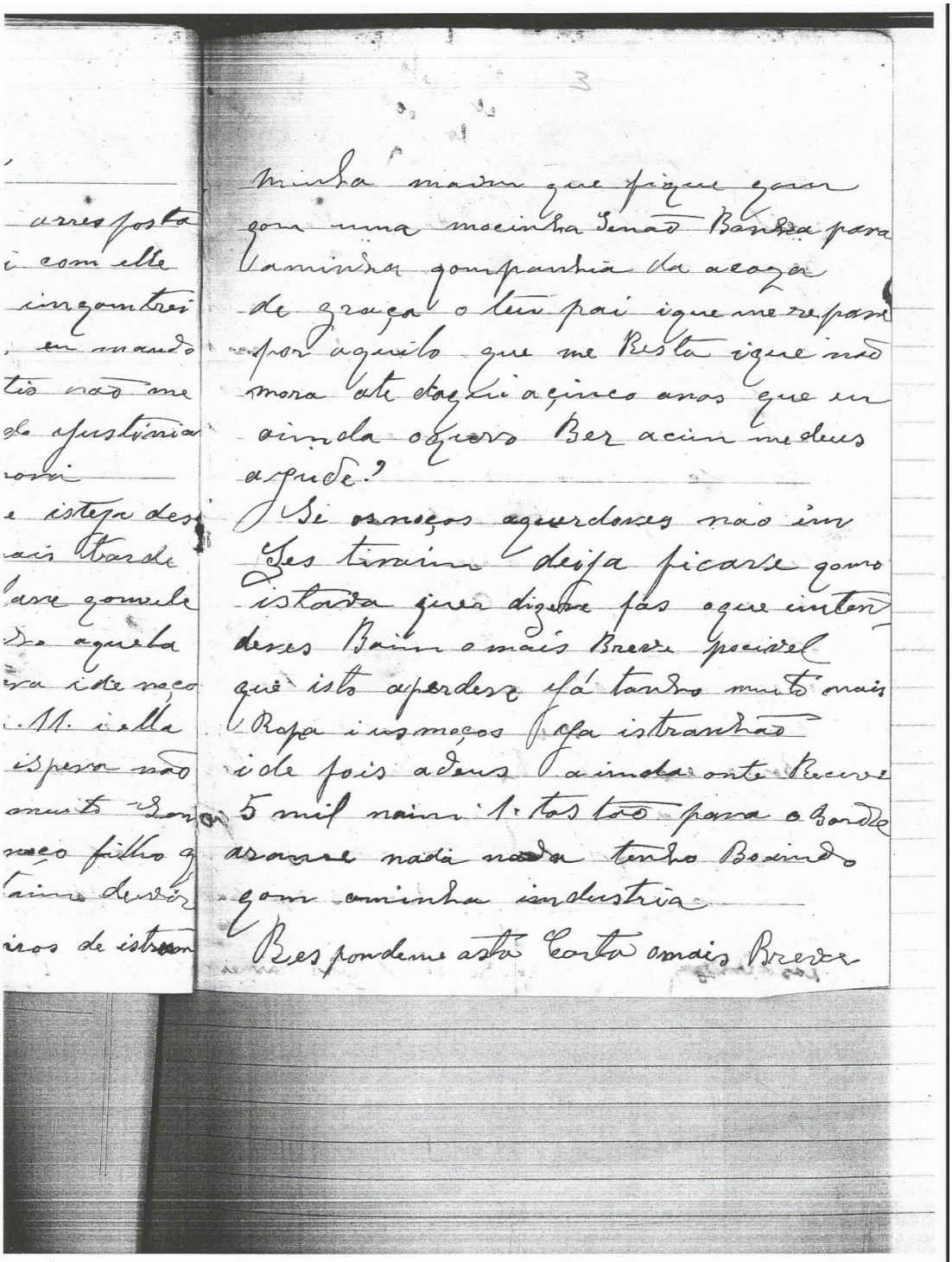


2

Mas não digas o que é
o balerio ja taim arresposta
mas ainda não falei com elle
o marrejo ainda não ingomtrei
im eu dando gom ele eu mando
dizer ja fui agaza do tio não me
dice nada fui agaza do Justinia
nada não sei adonde mora
dize a Sra guelaria que isteja des
gançada que eu omais tarde
omais cedo eide falare gomele
guilhermina ga tendo aquela
avovra grade atua ispera ide noço
filhos ja dei 10. gomiar 11. i ella
ainda taim 15. atua ispera não
não demoras ficuei muito Sonoi
inturme dizeres que o noço filho q
não queria Bir pois taim de vir
Lenvrete do tempo dos poçieiros de istrum

N.º 2598—Coimbra, Casa Minerva, P. Ramos, Suc.ª, 8-1913

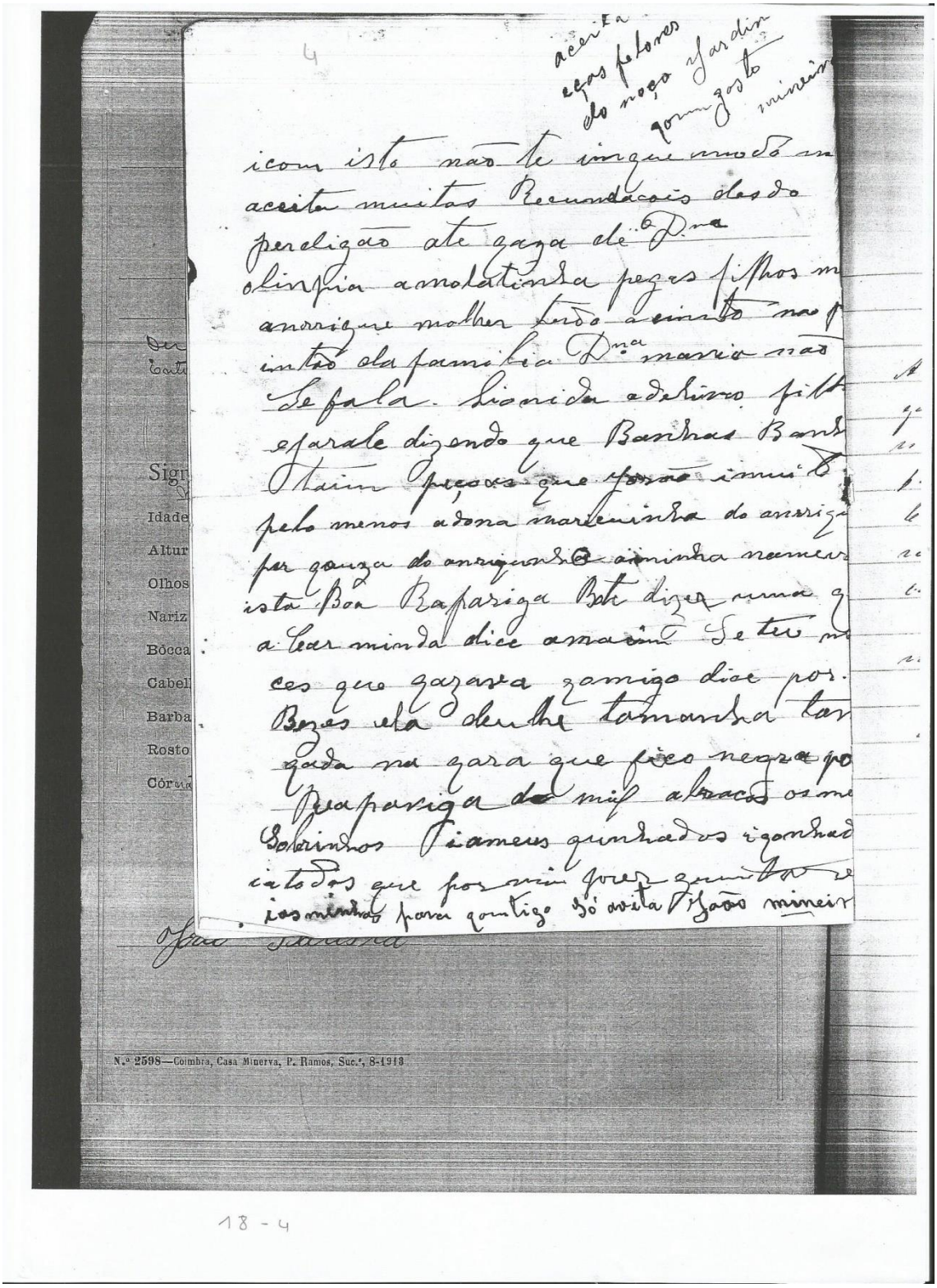
18-2



3

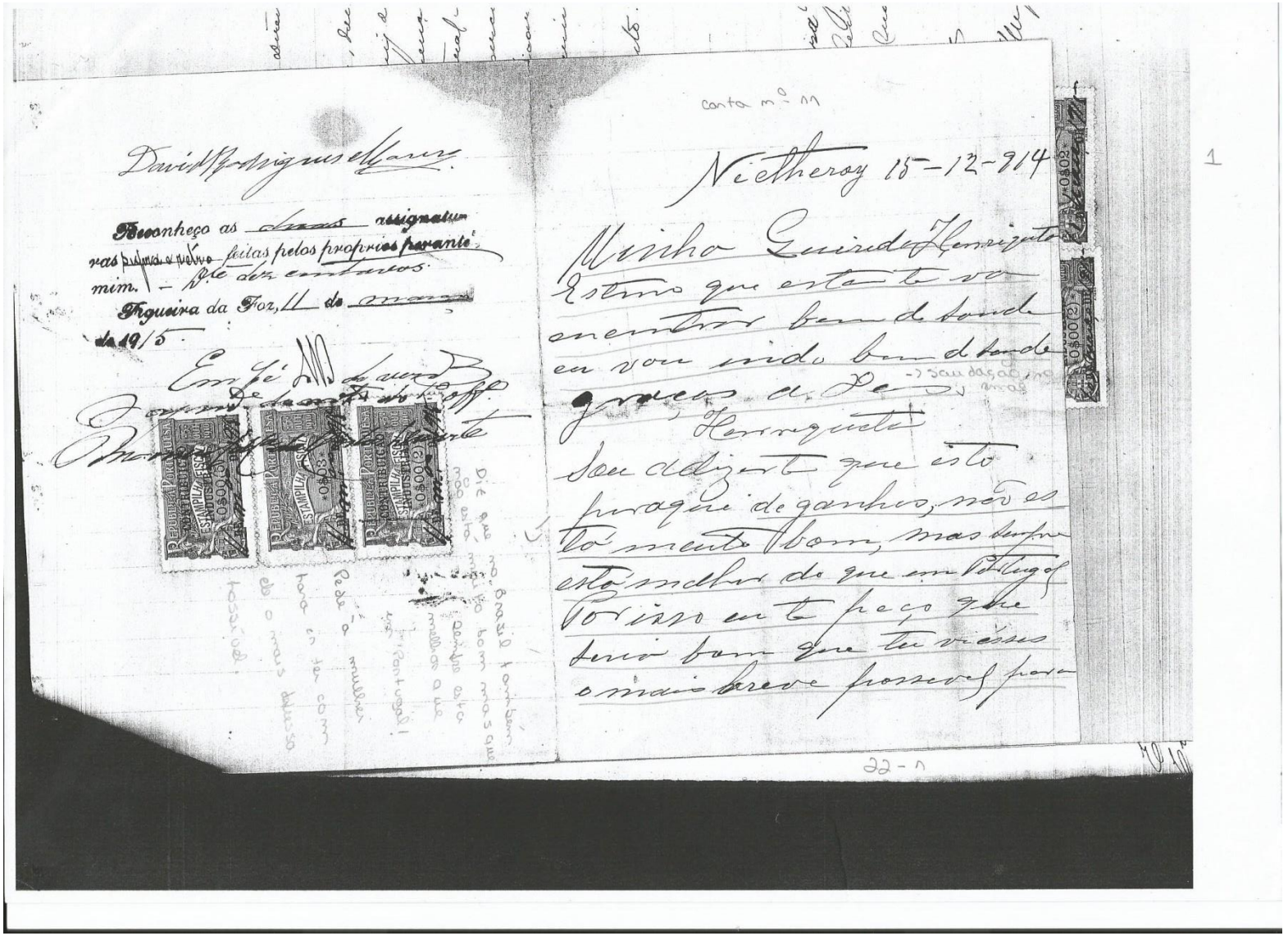
minha maim que fique com
com uma mocinha senão Banha para
aminha companhia da acaza
de graça o teu pai ique me repare
por aquilo que me Resta ique não
mora ate daqui a cinco anos que eu
ainda o quero Ber acim me deus
ajude?
Se os noços aquerdoves não im
Jes tiraim deija ficarse como
istava quer dizere fas oque inten
deres Baim o mais Breve pocivel
que isto aperdere já tanho muito mais
Ropa i os moços ja istranhão
i de fois adeus ainda onte Recive
5 mil naim 1 tostão para o Bordo
aranse nada nada tenho Boaindo
com aminha industria
Respondeme asta Carta o mais Breve

78 - 3



Carta de chamada nº 23

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.



David Rodrigues Marques

Reconheço as duas assignaturas [illegible] feitas pelos proprios perante mim. — Dte dez centavos.

Figueira da Foz, 11 de março de 1915.

Em fé [illegible] de verdade [illegible] do Pr. off.

[illegible]

Dic que no Brasil também não está muito bom mas que sempre está melhor que em Portugal! Pede à mulher para ir ter com ele o mais depresso possível.

conta nº 11

Nictheroy 15-12-914

Minha Guiseda Henriqueta

Estimo que esta te vou encontrar bem de saude eu vou indo bem de saude graças a Deus

-> saudação no mal

Henriqueta

Sou adizerta que isto para que de ganhos, não está muito bom, mas sempre está melhor do que em Portugal. Por isso eu te peço que seria bom que tu viesses o mais breve possível para

22-1

1

Carta de chamada nº 24

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

1 Carta nº 3

Bairro do Jardim 12 de Dezembro de 1914

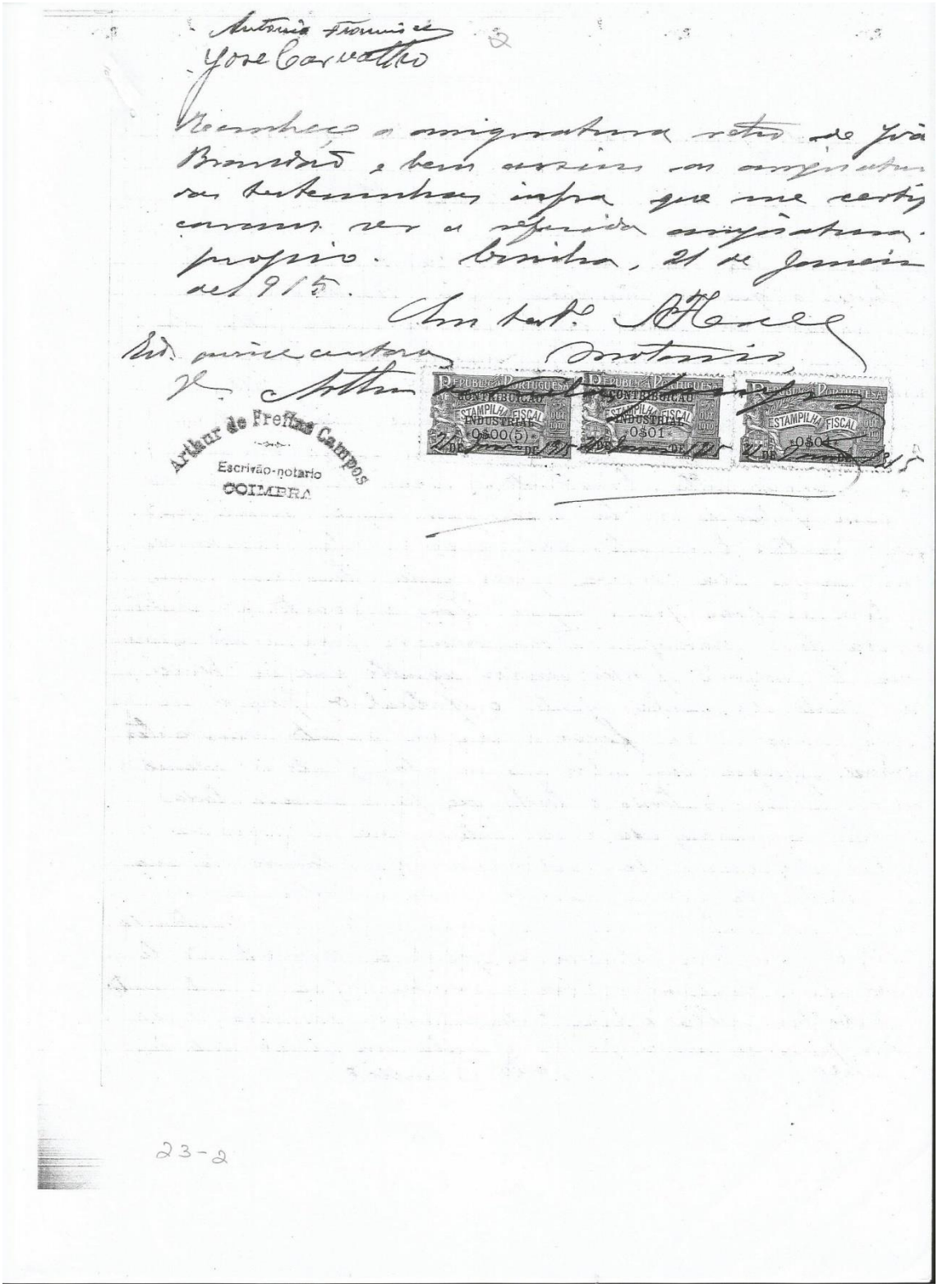
Querida Rachel

Aqui recebi tua cara do dia 15 de Novembro e nella vi tudo o que me mandavas dizer. Aonde me diziar que andavas de saude junto com os nossos filhos foi o que eu mais estimei. Pois manda-me dizer que a minha irmã Anna quer ficar com a nossa filha. pois eu não quero que ella ahi fique quero que a tragas junto contigo porque assim escuzo de estar com penção nella. Enquanto a essas tropalhadas de andam falando de tu e de mim aqui disso não faço conta. Enquanto ao padrinho estas dividando por cauza da reserva pois nada tem isso com a tua viagem para aqui. Pois enquanto ao dinheiro da tua passagem e das crianças pois se não achares quem to empresto podes vender aquillo que eu herdei da parte da minha gente o epotical-o porque eu o que quero é que faças a viagem quanto mais antes melhor. porque bem sabes que eu estou justo de colonio com o primo Antonio e tenho de fazer comida todas as dias de madrugada e de noite para ir fazer as minhas obrigações e bem sabes que logo estamos chegados na colheita do café e quando é na colheita do café não posso trabalhar sozinho - porisso ja fico contando contigo para vires ajudar a fazel-a. Com isto não te enfado mais. lembranças para a minha sogra e sinto muito os trabalhos della e para toda a nossa familia e da beijos para os nossos filhos. e aceita um abraço deste teu marido

João Brandão

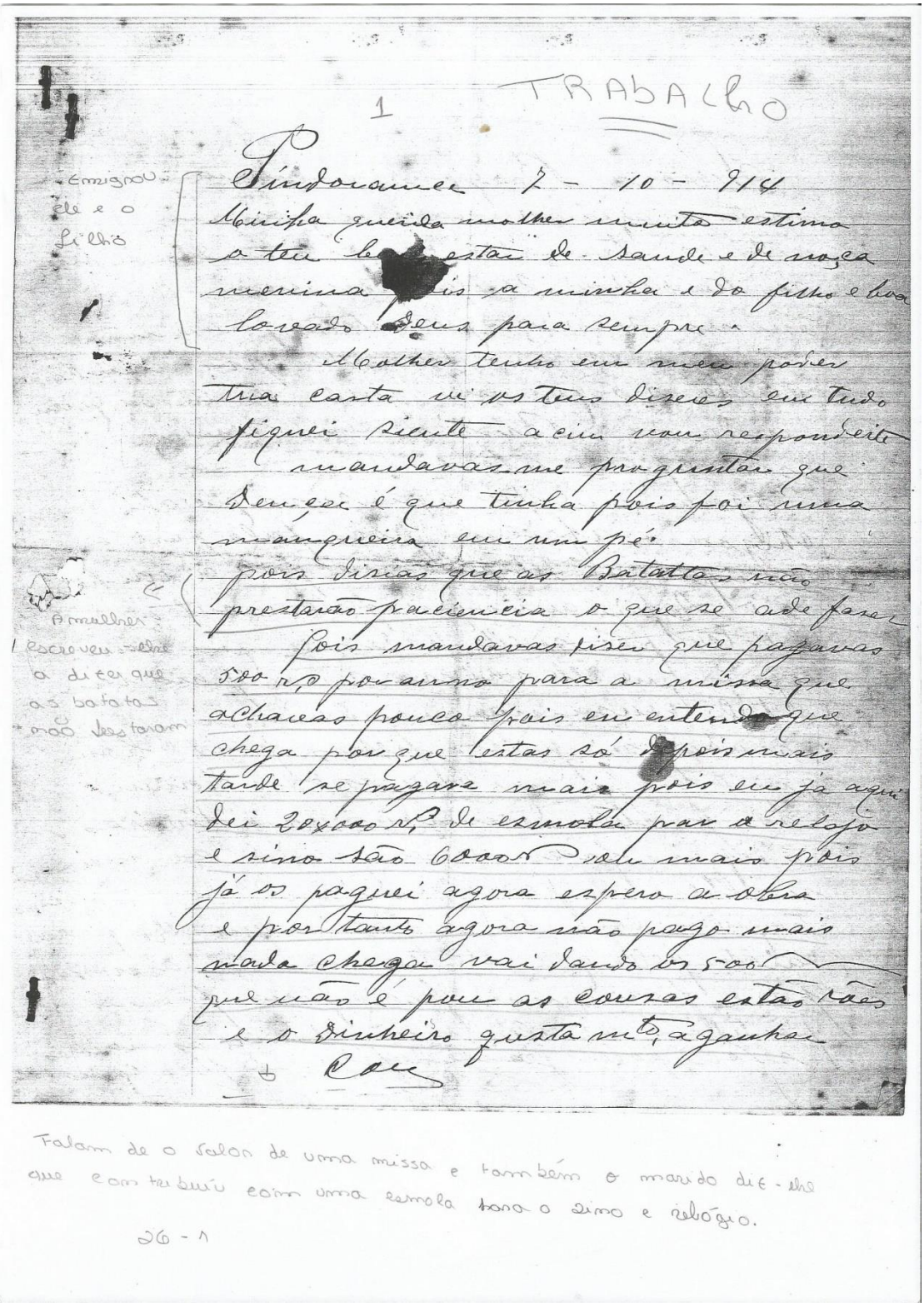
1) Trabalho no Brasil.

23-1



Carta de chamada nº 25

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.



1 TRABALHO

Emigrou ele e o filho

Pindoramce 7 - 10 - 914

Minha querida molher muito estimo o teu b[illegible] estar de saude e de noça menina [illegible]is a minha e do filho e boa lovado Deus para sempre.

Molher tenho em meu poder tua carta vi os teus diseres em tudo fiquei siente acim vou respondeite

mandavas me proguntar que Dença é que tinha pois foi uma manqueira em um pé.

pois disias que as Batattas não prestarão paciencia o que se ade fazer

A mulher escreveu-lhe a dizer que as batatas não prestaram

Pois mandavas diser que pagavas 500 r.s por anno para a missa que achavas pouco pois eu entendo que chega porque estas só depois mais tarde se pagava mais pois eu já aqui dei 20$000 r.s de esmola par o relojo e sino são 6000 r.s ou mais pois já os paguei agora espero a obra e portanto agora não pago mais nada chega vai dando os 500 r.s que não é pou as cousas estão rões e o dinheiro gusta m.to a ganhar

Cou

Falam de o valor de uma missa e também o marido diz-lhe que contribuiu com uma esmola para o sino e relógio.

26 - 1

Diz que o Brasil se encontra numa crise horrorosa e que os trabalhadores de estradas só trabalham 20 dias por mês.

Pois o Brazil se encontra nesta occasião numa crise orrorosa
ente os trabalhadores de estradas de f
só trabalhão 20 dias por mes
eu no serviço que estou quase não
sinto a crise trabalho por minha
conta e o que me vai triste de q
anda no Brasil sem serviço
na epoca atoal.

Das ele não sente a crise e trabalha por sua conta

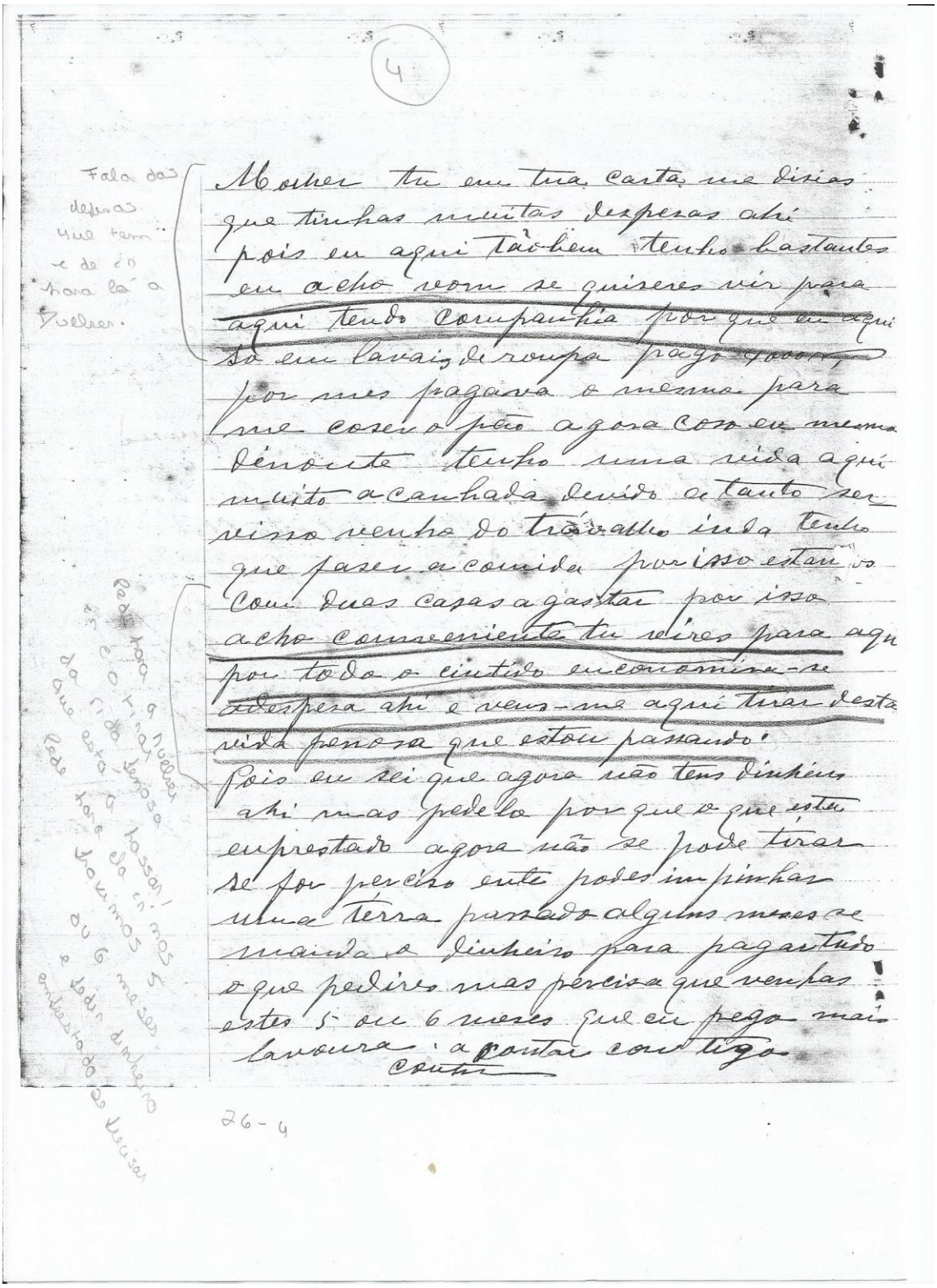
agora mulher aqui serve que ahi
chegou o africano pois fala para o
Compadre Teixeira que fale a um ho
e o Africanio que fale a outro
e o teu pai se elle poder ire que serve
aqui que elle vai na serra para um
de tal cousa não mandarão dizer
nada sei pellos filhos pois é bom
que o teu pai vá com os dois homens
ao pontão demarcar as holiveiras
e depois fazer uma parede ao meio
mulher se poder combinar com o Afr
troquem com elle a oliveira que esta pa
roicho pella que elle tem no meio das nosse
para ficar mais facil para fazer as
partidhas se elle se não chamar as maiore
se elle poser grande dificuldade fica como
Calum

Falam das oliveiras e ele dá indicações à mulher.

20-2

Minha querida mãe muitas felicidades
e a minha mana.
Minha mãe não imagina
quanto eu desejo ver aqui a Snª e minha
irmã em nossa companhia veija se vem
lijeiro o mais pocivel nos ca estamos
esperando a Snª, me disea que eu não
tinha mandado nada para a Snª e nem
para minha irmã pois não vio que
não tive tempo de de o ganhar
mas deiche estar que se Deus quiser
temos tempo recados a minha irmã
e a Snª receba de mim um abrasso
Seu filho Manoel Costa Novo
Mocher da recados a meu pai e mãe
e manos todos e a teu pai e ao compadre
Ferreira e familia e a comadre feitora
e filho e dos teus irmãos e recebeas
do meu mano e familia e do Primo
Manoel costa que no momento
em que estavamos acavando a carta
chigou o filho delle munda recados para todos
para a mãe e para os irmãos
e das ao compadre Jose Capella e
comade molheim
e da um abrasso no filha e tu recebe
de mim uma viva saudade deste teu
saudoso homem do coraçao
Jose Costa Carvalhal

26 - 3



Carta de chamada nº 26

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

Carta nº 12

Fendurcima 7 de Fevereiro de 19[illegible]

Minha querida mulher muito
estimo que esta minha carta te vá en-
contrar de perfeita saúde em companhia
da tua familia que é o que eu muito
desejo.

Esperança com respeito á
vinda de tu vires para aqui tu já sabes
que eu já há muito a minha vonta-
de por isso tu vem porque para mim
um grande gosto tem eu ter uma mulher
que não tem medo em passar as aguas do
mar por isso vem e mando-te [illegible] mil
reis para a viagem mas se não chegar
pede a tua mãe que te empreste que
eu cá te [illegible] chegando eu lhe mando
e ella que tome conta daquilo que é
nosso porque não temos ninguem que
tome tanta conta por aquilo que é
nosso como tua mãe dis-lhe que vá
amanhando as terras para não fica-
rem em pousio. Nada mais a gente
respeito Beijos para a Heitora e
para a Rosaria e muitas lembranças

— Manda dinheiro à esposa para a viagem. Se não chegar a mulher deve pedir
à sua mãe que lho empreste. Pede depois à mulher que o informe do valor
em que viajara para ele a poder ir buscar.

14 - 1

Carta de chamada nº 27

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. “Documentos de passaportes”, 1915.

Fontes e estudos

Fontes Manuscritas:

Arquivo da Universidade de Coimbra. Registos de passaportes (Cotas):

- 1913-1914- AUC/GCC/ILFS/E6/T4/212
- 1914-1915- AUC/GCC/ILFS/E6/T4/213
- 1916-1919- AUC/GCC/ILFS/E6/T4/214

Arquivo da Universidade de Coimbra. Documentos relativos à concessão de passaportes (Cotas):

- AUC/GCC/ILFS/E9/T5/671 (CX) 1915
- AUC/GCC/ILFS/E9/T5/677 (CX) 1915
- AUC/GCC/ILFS/E10/T1/686 (CX) 1917

Fontes Impressas:

- Código Civil de 1867, disponível em http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1664.pdf Visitado em 3/9/2014.
- Censos de 1890 e 1911 disponíveis em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt Visitados em 20/7/2014

Estudos:

- Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra*, Matosinhos: QuidNovi, 2010.
- Alves, Jorge Fernandes, *Ler, escrever e contar na emigração oitocentista*, separata da *Revista de História das ideias*, Vol. 20, Faculdade de Letras, Coimbra, 1999, pp. 289-313.
- Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, s.n., 1994.

- Barbosa, Diogo, "Tutela masculina ou o difícil caminho para fora de Portugal?", *A Comuna*, janeiro – março, nº 29, 2013, pp. 45 – 47.
- Baganha, Maria Ioannis, *"*As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional", *Análise Social*, vol. XIX, (128),1994-4.º, pp. 959-980.
- Barbosa, Rosana, "Um panorama histórico da emigração para o Brasil", *Revista Arquipélago História*, 2ª série, VII, 2003, pp. 173-196.
- Cascão, Rui, "Demografia e Sociedade" in *História de Portugal* dir. por José Mattoso, vol. V, *O Liberalismo*, coord. por Luís Reis Torgal e João Lourenço, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 365-377.
- Cardoso, Rui; Ramalho, Margarida Magalhães; Marques, Ricardo, *A Primeira Guerra Mundial*, vol. 7, Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.
- Carqueja, Bento, *O povo portuguez. Aspectos sociaes e económicos*, Porto: Livraria Chardron, 1916.
- Curado, Gonçalo Saraiva Loureiro Rego, *Entre a neutralidade e a beligerância: A Europa do Sul face à I Guerra Mundial*, Lisboa: dissertação de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013.
- *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, São Paulo: Verbo, Vol. 5, 1998-2003, pp. 351-386.
- Gilbert, Martin, *A Primeira Guerra Mundial*, vol. 1, Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.
- Leite, Joaquim da Costa, "O transporte de emigrantes da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914", *Análise Social*, vol. XXVI, (112-113), 1991-3.º-4.º, pp. 741-752.
- Lopes, Maria Antónia, "Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho da Meda (1886-1896) ", *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV (2001-2002), pp. 389 – 419.
- Marques, A. H. de Oliveira, *Breve História de Portugal*, Lisboa: Editorial Presença, 2009.
- Martins, Custódio; Pinheiro, R., "Portugal-Inglaterra. A mais antiga aliança da Europa actual", *Portugal na guerra, Revista patriótica ilustrada*, nº 2, Junho de 1916, pp. 5-6.

- Matos, Maria Izilda Santos de, *Portugueses, Deslocamentos, Experiências e Cotidiano: São Paulo séculos XIX e XX*, Barau, SP: EDUSC, 2013.
- Mendes, José Amado, *Coimbra no primeiro quartel do século XX: aspetos económico-sociais*, Coimbra: Imprensa de Coimbra, separata de *Biblos*, nº 60, 1984, pp. 385-394.
- Mendonça, Valterian Braga, *A experiência estratégica brasileira na Primeira Guerra Mundial,1914-1918,* Niterói: dissertação em mestrado em Ciências Políticas apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2008.
- Miranda, Sacuntala de, *A emigração portuguesa e o Atlântico: 1870-1930*, Lisboa: Edições Salamandra, 1999.
- Nizza, Maria Beatriz da Silva (org.), *Atas do Colóquio Internacional sobre emigração e imigração em Portugal, séculos XIX e XX*, Lisboa: Fragmentos, 1993.
- Oliveira, Maria José Monteiro de (2011)**,** *"Deste triste viver" – Memórias dos prisioneiros de guerra portugueses na primeira Guerra Mundial*, Lisboa: dissertação de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Pereira, Miriam Halpern, *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Lisboa: Instituto Camões, 2002.
- Pimentel, Soraia, "O adeus a Portugal: A emigração no distrito de Coimbra em 1907", trabalho de seminário apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.
- Pires, Rui Pena, (coord.), *Portugal: atlas das migrações internacionais*, Lisboa: Tinta-da-China, 2010.
- Roque, João, "Coimbra no século XIX - Breves imagens urbanísticas e sociais*", Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)*, coord. Maria José Azevedo Santos, Coimbra: Santa Casa da Misericórdia; Viseu: Palimage, 2003, pp. 23-90.
- Rossun, Arnold Arie van, *A questão das subsistências no Porto, no período da Grande Guerra*, Porto: dissertação de mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.
- Sampaio, Guilherme, "Religião, República e Guerra", *Agência Ecclesia Semanário de actualidade religiosa*, 2010, pp. 54-61.

- Serrão, Joel, *A emigração portuguesa: sondagem histórica*, Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- Serrão, Joel, "Emigração" em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. 2, Porto: Livraria Figueirinhas, 2000-2002.
- Silva, Joaquim Correia da Silva, "Breve estudo demográfico do distrito de Coimbra", *O Instituto*, nº 9, vol. 67, 1920, pp. 438-461.
- Sobral, Manuel José; Lima, Maria Luísa; Castro Paulo; Sousa, Paulo Silveira e (org.), *A Pandemia Esquecida: Olhares comparados sobre a pneumónica 1918-1919*, Lisboa: Imprensa de Ciências, 2009.
- Sousa, Silveira e Paulo; Castro, Paula; Lima, Maria Luísa; Sobral, José Manuel, *Responder à epidemia: Estado e sociedade civil no combate à gripe pneumónica (1918-1919)*, Coimbra: Faculdade de Letras, separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 29, 2008, pp. 469-500.
- Vaquinhas, Irene Maria, *Violência, Justiça e Sociedade rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Porto: Edições Afrontamento, 1996.

Referências eletrónicas:

- Pereira, Alexandrina; Almeida, Rui Pinto de, " Grandes Batalhas de Portugal-Batalha de La Lys", Documentários RTP, produção Braveant, 2006.
- Pires, Nuno Lemos, "Portugal na Grande Guerra de 1914-1918". Artigo disponível em http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents. Visitado em 1/6/2014.
- Primeira Guerra Mundial. Artigo disponível em: /www.infopedia.pt/$primeira-guerra-mundial .Visitado em 2/8/2014.
- Rita, Fernando, "A Primeira Grande Guerra em Moçambique (1914-1918)". Artigo disponível em: http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt. Visitado em 29/6/2014.
- Santos, Maria Cristina Ferreira dos, "A Guerra do Contestado: desfazendo as amarras do esquecimento", *Revista Nau Literária*, Porto Alegre, vol. 6, nº 1, Jan/Jun. 2010, pp.1-12 Disponível em:

http://www.seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/viewFile/13268/10332. Visitado em 4/7/2014.

- Silva, Pedro Ferreira da, "A entrada de Portugal na Grande Guerra", *Revista Militar*, nº 2424, Janeiro 2004, pp. 1-13. Disponível em: http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=372. Visitado em 4/6/2014.
- Teixeira, José Medeiros, "Centenário da República: A República no mundo", *Revista Seara Nova*, nº 1713-Outono 2010. Disponível em: http://www.searanova.publ.pt/pt/1713/. Visitado em 30/6/2014